



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL

ANÁLISE DOS PROCESSOS DE DEFINIÇÃO UTILIZADOS PELAS
PREFEITURAS, PARA O LOCAL DE IMPLANTAÇÃO DE
EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS (EUCs), EM
MUNICÍPIOS DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

ANSELMO FÁBIO DE MORAES

FLORIANÓPOLIS, SC
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL

ANÁLISE DOS PROCESSOS DE DEFINIÇÃO UTILIZADOS PELAS
PREFEITURAS, PARA O LOCAL DE IMPLANTAÇÃO DE
EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS (EUCs), EM
MUNICÍPIOS DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

Tese submetida á Universidade
Federal de Santa Catarina como
requisito parcial exigido pelo
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia Civil-PPGEC, para a
obtenção do Título de Doutor em
Engenharia Civil

ANSELMO FÁBIO DE MORAES

FLORIANÓPOLIS, SC
2013

**ANÁLISE DOS PROCESSOS DE DEFINIÇÃO UTILIZADOS
PELAS PREFEITURAS, PARA O LOCAL DE IMPLANTAÇÃO
DE EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS (EUCs), EM
MUNICÍPIOS DO ESTADO DE
SANTA CATARINA**

Anselmo Fábio de Moraes

Tese julgada adequada para obtenção do Título de Doutor em Engenharia Civil e aprovada em sua fórmula final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil-PPGEC, da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC

Prof. Roberto Caldas de Andrade Pinto, PhD. Coordenador do PPGEC

Prof. Roberto de Oliveira, Ph.D. - Orientador

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Francisco Henrique de Oliveira, Dr.- ECV/UFSC

Profa. Sandra Makowiecky, Dra.- UDESC/SC

Prof. Marcelo Gitirana Gomes Ferreira, Dr.- PPGEP/UFSC

Francisco Antonio dos Anjos, Dr.- UNIVALI/SC

Enaldo Nunes Marques, Dr. - PROPUR/UFRGS

Dedico este trabalho e o tempo de vida despendido nele, a meus pais, Nilza e Chico do Ernesto, pela educação moral, ética, espiritual e humana que me proporcionaram, com os seus ensinamentos e exemplos de vida.

Quem não compreende um olhar,
tampouco compreenderá uma longa
explicação.

(Mário Quintana)

Pesquisar, ler, concatenar as idéias, entender e, depois, escrever não é caminho para um só.

As forças do Universo fizeram com que eu encontrasse várias pessoas que entendem um olhar e agradeço aqui a todos que, com extrema boa vontade, me ajudaram a percorrer este caminho.

Agradeço ao Grande Arquiteto do Universo pela luz e proteção que me fornece, em todas as minhas jornadas;

Ao Professor Roberto de Oliveira, orientador e amigo, que acreditou na proposta do estudo e por estar sempre a disposição com sua alegria, otimismo e simplicidade;

Ao amigo e animador Dr. Roberval Felipe Pereira de Lima, pelos cartogramas, pelas horas de leitura, de conversa e de orientação;

Aos amigos: Romualdo T. de França, Luis Rogério P. Gonçalves, Fernando R. de Oliveira e Beatriz Goudard, pelas conversas e leituras do trabalho;

A todas as pessoas entrevistadas, servidores públicos, que disponibilizaram parte de seu tempo para que este trabalho pudesse ser executado;

Aos meus filhos, Thábata, Diego e Pablo, pelo que representam para mim;

E à Albertina, minha luz, pela paciência, pelo trabalho de correção e de informática, e por todo o apoio e carinho que tem me proporcionado neste tempo que vivemos juntos.

“Na natureza, primeiro vê-se o céu claro,
depois surge o vento,
e este traz as nuvens,
depois vem o trovão,
seguindo-se a este a chuva
Após a chuva volta o vento,
o qual traz a calma,
após a calma vem a luz, a alegria, o Sol,
seguindo-se, então, o contentamento, a serenidade.
E o céu volta a ser claro novamente”

(Trigrama– filosofia chinesa)

RESUMO

MORAES, Anselmo Fábio de. **ANÁLISE DOS PROCESSOS DE DEFINIÇÃO UTILIZADOS PELAS PREFEITURAS, PARA O LOCAL DE IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS (EUCs), EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.** Florianópolis, SC, 2013. Tese de Doutorado em Engenharia Civil. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Área: Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial. UFSC, 2013.

A partir da metade do século XX ocorreu, no Brasil, forte migração da população rural para as zonas urbanas das cidades, sendo que estas não estavam com as estruturas e legislações regulamentares preparadas para tal crescimento. Este aumento populacional criou a necessidade de serviços públicos que atendam os anseios da nova sociedade em termos de saúde e educação, entre outros. Levantou-se então, o problema da possível inadequação de planejamento no processo para a definição do local de implantação dos Equipamentos Urbanos Comunitário (EUCs), nas cidades do Estado de Santa Catarina. O objetivo deste trabalho, focado na gestão territorial, foi caracterizar os métodos empregados pelos gestores municipais de cidades catarinenses quanto à definição dos locais de implantação dos seus equipamentos urbanos comunitários. Para tanto, a metodologia usada foi a qualitativa do tipo exploratória com a estratégia de estudo de casos, além da bibliográfica e documental. O campo exploratório do trabalho está delimitado nas administrações entre o período de 2006 a 2010, em cidades do Estado de Santa Catarina, selecionadas por critério de seleção específico, ou seja, questões geográficas e maior população (a cidade mais populosa de cada mesorregião do Estado). A título de análise de consistência dos resultados obtidos, mais duas cidades menores, no entorno de cada uma destas (formando mais doze), foram pesquisadas. As seis cidades mais populosas de cada mesorregião do estado, pesquisadas foram: Florianópolis, Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma e Lages. As outras cidades incluídas foram: São Bento do Sul, Campo Alegre, Urubici, Bom Retiro, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, Laguna, Araranguá, Presidente Getúlio, Ibirama, Palmitos e Pinhalzinho. A revisão bibliográfica abrangeu o estudo das cidades, em relação ao domínio comum de conhecimentos destas, reflexões sobre planejamento

urbano e plano diretor, equipamentos urbanos comunitários, acessibilidade e qualidade de vida. A pesquisa de campo baseou-se em entrevistas semiestruturadas com atores responsáveis pelos planejamentos dos municípios. Aplicou-se também questionário composto por questões envolvendo os temas: plano diretor, análise de impacto de vizinhança, escuta à comunidade, índices de desenvolvimento social e produtos cartográficos que fornecem dados para a avaliação da capacidade de interação e as características das administrações. Avaliou-se ainda, que existe grande diferença entre as estruturas das prefeituras; que estas têm sistemas administrativos diferenciados em relação aos seus gerenciamentos e ao planejamento urbano; que a maioria dos entrevistados não demonstrou domínio considerável sobre o assunto e que as decisões são mais políticas que técnicas. Como conclusão pode-se, com os resultados da pesquisa, comprovar a hipótese do trabalho, uma vez que fica claro a não existência de método para a definição dos locais de implantação de equipamentos urbanos comunitários nestas prefeituras. Enfatiza-se que o mesmo que acontece com as cidades mais populosas, acontece, também, com as cidades menores.

Palavras-chave: Cidades, gestão urbana; Plano Diretor; acessibilidade; equipamentos urbanos comunitários.

ABSTRACT

MORAES, Anselmo Fábio de. **ANÁLISE DOS PROCESSOS DE DEFINIÇÃO UTILIZADOS PELAS PREFEITURAS, PARA O LOCAL DE IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS (EUCs), EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.** Florianópolis, SC, 2013. Tese de Doutorado em Engenharia Civil. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Área: Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial. UFSC, 2013.

From the mid-twentieth century there was a strong migration, in the Brazil, of rural population to urban areas of cities, but these cities did not have the structures, laws and regulations prepared for such growth. This population growth created the need for public services to meet the aspirations of the new society in terms of health and education, among others. The aim of this research, focused on land management, was to characterize the methods employed by municipal managers in Santa Catarina cities for the definition of locations of its community urban equipments, to assist municipal managers in public policy development, related to this subject. Therefore, qualitative and quantitative researches were applied, as well as literature and documents, and an exploratory and descriptive case study. The exploratory field work is delimited in administrations from 2006 to 2010, in cities of the state of Santa Catarina, selected by specific selection criteria, such as geographical issues and largest population (the most populous city of the state of each mesoregion). For the consistency analysis of the results, two further smaller towns around of each of these (another twelve cities) were investigated. The six most populous city defined by the criteria were: Florianópolis, Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma and Lages. Other cities included were: São Bento do Sul, Campo Alegre, Urubici, Bom Retiro, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, Laguna, Araranguá, Presidente Getúlio, Ibirama, Palmitos e Pinhalzinho. The literature review covered the study of the cities, in reference to the common domain knowledge, reflections on urban planning and master plan, urban community equipment, accessibility and quality of life. The field research was based on semi-structured interviews with actors responsible for the municipalities planning, as well as a questionnaire composed by information (master plan, neighborhood impact analysis, listening to the community, indices of social development and

cartographic products) that provides data for evaluating the capacity of interaction and administrations features. It was also evaluated that: there is a large difference between the structures of municipalities; these structures have different administrative systems in relation to their managements and urban planning, the majority of respondents did not demonstrate considerable expertise about the subjective and the decisions are more political than technical. As conclusion, with these research results, the hypothesis of the work can be proved, because it is clear that there is no method for defining the locations where community urban equipments in these prefectures in these cities. The same happens with the most populous cities also happens to smaller cities.

Keywords: Cities, Urban Management; Master Plan; Accessibility; Community Urban Equipment.

LISTA DE SIGLAS e ABREVIATURAS

EUC	Equipamentos Urbanos Comunitários
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SC	Santa Catarina
IPPUJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville
PM	Prefeitura Municipal
PA	Pronto Atendimento

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DE SANTA CATARINA REPRESENTANDO AS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS.	28
FIGURA 2 - FOTOGRAFIA DE TERMINAL URBANO DO SACO DOS LIMÕES – FLORIANÓPOLIS.....	32
FIGURA 3 - FOTOGRAFIA DO TERMINAL URBANO DOS SACOS DOS LIMÕES – FLORIANÓPOLIS.....	32
FIGURA 4 - FOTOGRAFIA DO MORRO DO MOCOTÓ – FLORIANÓPOLIS - SC.	44
FIGURA 5 – FOTOGRAFIA DO BAIRRO DE JURERÊ INTERNACIONAL – FLORIANÓPOLIS – SC	45
FIGURA 6 - CIDADE DE CRICIUMA, SC NA DÉCADA DE 1960	58
FIGURA 7 - CIDADE DE CRICIUMA, SC EM 2010	59
FIGURA 8 – CIDADE DE JOINVILLE, SC NA DÉCADA DE 1970.....	59
FIGURA 9 – CIDADE DE JOINVILLE, SC EM 2010	60
FIGURA 10 – CIDADE DE CHAPECÓ, SC, NA DÉCADA DE 1960	60
FIGURA 11– CIDADE DE CHAPECÓ, EM 2010	61
FIGURA 12 – CIDADE DE FLORIANÓPOLIS –SC, NA DÉCADA DE 1960	61
FIGURA 13 – CIDADE DE FLORIANÓPOLIS EM 2010	62
FIGURA 14 – A CIDADE DE LAGES NA DÉCADA DE 60	62
FIGURA 15 – CIDADE DE LAGES NO ANO DE 2010.....	63
FIGURA 16 – FOTOGRAFIA DE BLUMENAU – 1970.....	63
FIGURA 17 – FOTOGRAFIA DE BLUMENAU – 2010.....	64
FIGURA 18 - CENTREVENTOS CAU HANSEN – TEATRO JUAREZ MACHADO – JOINVILLE, SC.....	77
FIGURA 19- TEATRO ÁLVARO DE CARVALHO – FLORIANÓPOLIS – INAUGURADO EM 1875	77
FIGURA 20 – LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL...90	
FIGURA 21 - MESORREGIÕES DO ESTADO DE SANTA CATARINA	101
FIGURA 22- CARTOGRAMA COM AS MESORREGIÕES DE SC E CIDADES ESTUDADAS	106
FIGURA 23 - CARTOGRAMA COM AS CIDADES PESQUISADAS NO ENTORNO DAS CIDADES MAIS POPULOSAS	123

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL DO BRASIL, DE SANTA CATARINA E DE SUAS MESORREGIÕES, PERÍODO ENTRE 1991 A 2010. .53	
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NO BRASIL, SANTA CATARINA E SUAS MESORREGIÕES, PERÍODO ENTRE 1991 E 2010.54	
TABELA 3 - RESUMO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA EM SANTA CATARINA E NO BRASIL. PERÍODO ENTRE 1991 E 2010.....55	
TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DAS SEIS CIDADES MAIS POPULOSAS, DE CADA UMA DAS MESORREGIÕES DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ENTRE OS ANOS DE 1991 E 2010.57	
TABELA 5 – CIDADES PESQUISADAS –EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO (2010)96	
TABELA 6 – RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 01 DO QUESTIONÁRIO..... 107	
TABELA 7 – RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 02 DO QUESTIONÁRIO..... 108	
TABELA 8 - RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 03 DO QUESTIONÁRIO..... 110	
TABELA 9 – RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 04 DO QUESTIONÁRIO..... 112	
TABELA 10 - RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 05 DO QUESTIONÁRIO..... 113	
TABELA 11 - RESUMO DOS INDICADORES APONTADOS PARA A DEFINIÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SEUS EUCs..... 114	
TABELA 12 – RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 06 DO QUESTIONÁRIO..... 115	
TABELA 13 - CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES NA DEFINIÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE UM EUC. 117	
TABELA 14 - RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 07 DO QUESTIONÁRIO..... 117	
TABELA 15 - RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 08 DO QUESTIONÁRIO..... 118	
TABELA 16 – SISTEMAS DE INFORMAÇÕES UTILIZADOS PELAS PREFEITURAS PESQUISADAS PARA DEFINIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE UM EUC. 119	
TABELA 17 - RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 09 DO QUESTIONÁRIO..... 120	
TABELA 18 - QUADRO DE RESPOSTAS DADAS À PERGUNTA 09, PELAS CIDADES ESTUDADAS, COM OS SEUS RESPECTIVOS CRITÉRIOS DE TOMADA DE DECISÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE SEUS EUCs..... 121	

TABELA 19 - RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 01 DO	
QUESTIONÁRIO	123
TABELA 20 - RESUMO DOS DADOS, DE COMO SE BASEIAM AS CIDADES EM	
RELAÇÃO À DEFINIÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE UM EUC	125
TABELA 21 - RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 03 DO	
QUESTIONÁRIO	126
TABELA 22 - RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 04 DO	
QUESTIONÁRIO	127
TABELA 23 - RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 05 DO	
QUESTIONÁRIO	128
TABELA 24 – RELAÇÃO DAS CIDADES COM OS INDICADORES UTILIZADOS .	129
TABELA 25 - RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 06 DO	
QUESTIONÁRIO	129
TABELA 26 - RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 07 DO	
QUESTIONÁRIO	131
TABELA 27 - RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 08 DO	
QUESTIONÁRIO	132
TABELA 28 - RESUMO DOS SISTEMAS CARTOGRÁFICOS UTILIZADOS	133
TABELA 29 - RESPOSTAS OBTIDAS RELATIVA A PERGUNTA 09 DO	
QUESTIONÁRIO	134
TABELA 30 - COMO AS CIDADES DEFINEM SEUS LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO DE	
SEUS EUCs	135
TABELA 31 - RESUMO DAS RESPOSTAS DA TABELA 30.	136

SUMÁRIO

CAPÍTULO I.....	25
1. Introdução.....	25
1.1 CONTEXTO GERAL DA PESQUISA.....	25
1.2 MOTIVAÇÃO PARA O ESTUDO.....	27
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	29
1.4 QUESTÕES DA PESQUISA.....	34
1.5 OBJETIVOS.....	34
1.5.1 <i>Objetivo Geral</i>	34
1.6 HIPÓTESE.....	35
1.7 RELEVÂNCIA E INEDITISMO.....	35
1.8 CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA.....	36
1.9 ÂMBITO DA PESQUISA.....	36
1.10 ESTRUTURA DA TESE.....	37
CAPÍTULO II.....	39
2. Revisão Bibliográfica.....	39
2.1 A CIDADE COMO CONTEXTO SOCIAL.....	39
2.2 O CONCEITO DE IMAGEM E IMAGINÁRIO DE CIDADE.....	46
2.3 O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO.....	48
2.4 A CIDADE E A SUA EXPANSÃO URBANA.....	53
2.5 A LEGISLAÇÃO COMO UM INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO.....	65
2.6 PLANO DIRETOR.....	67
2.7 EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS – EUCs.....	71
2.8 ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO.....	78
2.9 QUALIDADE DE VIDA URBANA.....	85
CAPÍTULO III.....	89
3. Metodologia da Investigação.....	89
3.1 SANTA CATARINA: SUAS CIDADES E ETNIAS.....	89
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	97
3.2.1 <i>Caracterização da Pesquisa</i>	97
3.3 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS.....	98

3.3.1 <i>Pesquisa Bibliográfica</i>	99
3.3.2 <i>Pesquisa Documental</i>	99
3.3.3 <i>Levantamento dos dados</i>	99
3.3.4 <i>Estudo de caso</i>	99
3.4 UNIDADE DE ANÁLISE E RECORTE TEMPORAL.....	100
3.5 COLETA DE DADOS.....	103
3.6 ANÁLISE DE DADOS.....	104
CAPÍTULO IV.....	105
4. ANÁLISE, DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	105
4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS CIDADES MAIS POPULOSAS DE CADA MESOREGIÃO.....	105
4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS DOZE CIDADES DE ENTORNO ÀS MAIS POPULOSAS DE CADA MESOREGIÃO.....	122
4.3 COMENTÁRIOS GERAIS.....	137
CAPITULO V.....	149
5. CONCLUSÃO.....	149
5.1 RECOMENDAÇÕES.....	153
5.2 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	154
6 BIBLIOGRAFIA.....	157

CAPÍTULO I

1. Introdução

Este capítulo apresenta uma breve exposição da necessidade de planejamento por parte das prefeituras municipais, da definição dos locais das instalações dos equipamentos urbanos comunitários, para um melhor atendimento da população no que diz respeito as necessidades comunitárias. Descreve os objetivos do estudo; o problema pesquisa; as questões norteadoras da investigação, o interesse pelo tema e as contribuições do trabalho.

1.1 Contexto Geral da Pesquisa

Com o acentuado crescimento populacional das cidades, ocorrido a partir da metade do século XX, tendo como causas o êxodo rural e o crescimento vegetativo (diferença entre a taxa de natalidade e a de mortalidade), estas passaram a ter diversos problemas estruturais que afetam a população pela falta de serviços públicos essenciais. Neste contexto, parte-se do pressuposto que por falta de experiência e vivência dos seus gestores com essa nova situação e, também, por não possuírem a cultura do planejamento, incluindo neste, a falta de previsão à alta densidade demográfica, as cidades sofreram e vêm sofrendo com mais intensidade com essa falta de infraestrutura.

Observa-se, muitas vezes, através da mídia, que há falta de Equipamentos Urbanos Comunitários (EUCs) bem projetados e dimensionados e em quantidade suficiente para atender a todos os cidadãos, quer de um bairro ou de uma cidade. Neste trabalho, procurou-se fixar nos EUCs definidos pela Lei Federal nº 6766-79, no capítulo II, artigo 4º, parágrafo 2º, como sendo os equipamentos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.

A necessidade de equipamentos (avenidas, ruas, loteamentos, água, energia elétrica) considerados urbanos e de EUCs aumenta,

conforme cresce a população. Quando estes não são em números adequados e em locais apropriados podem acarretar aos municípios, grandes problemas que nem sempre são fáceis de resolver. A população pressiona a administração pública que, por sua vez, tenta responder, resolvendo de imediato às situações.

Infere-se que muitas vezes por estes não serem implantados em locais estrategicamente apropriados, não auxiliam a população desejada, implicando consequentemente, na sua má qualidade de vida. Aqui se leva em consideração um dos aspectos (materiais) da qualidade de vida enfatizado por Santos (2002) que fala a respeito das necessidades humanas básicas, como, por exemplo, as condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde, ou seja, aspectos de natureza essencialmente física e infraestrutural.

Procurou-se assim, saber se as administrações das cidades possuem métodos baseados em indicadores e nas ciências envolvidas, para resolver as questões urgentes e planejar o futuro de forma que contemplem em longo prazo, o crescimento da população e as suas necessidades que demandam deste crescimento.

É imperioso que se estude este processo e, principalmente, se entenda como as cidades têm se planejado para solucionar e definir a implantação de equipamentos em número e local certo. Se os administradores públicos estão se utilizando de experiência adquirida e de planejamento, com o objetivo de responder da melhor maneira possível às necessidades da população residente, atribuindo-lhes novas perspectivas no que se refere à qualidade de vida e bem estar. O interesse pela qualidade de vida existe desde tempos imemoráveis, como enfatiza Valente (S/D), e o conceito em si foi evoluindo ao longo dos tempos, não sendo uma criação do século XX. A preocupação de como os gestores municipais definem o local de implantação de seus equipamentos urbanos, é de grande importância, pois sabe-se que a dinâmica e o desenvolvimento das cidades e a capacidade para assegurar a sua sustentabilidade resulta, nos dias de hoje, dos esforços e da capacidade dos mais diversos agentes políticos, entidades públicas e privadas, sociedade civil organizada, para gerir as diversas questões urbanas, com o objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida. O que pode ser manifestado pela população, no seu grau de contentamento e na alegria de viver em uma comunidade, que realiza seus anseios desde os mais simples aos mais complexos tornando-os cidadãos mais satisfeitos.

Assim, tendo por base de estudo a análise fundamentada na problemática do planejamento das cidades na definição dos locais de implantação dos seus EUCs, procurou-se, de alguma forma, mostrar como as cidades do Estado de Santa Catarina fazem o seu planejamento dos EUCs e ao mesmo tempo, procura contribuir para futuros estudos que auxiliem na criação de métodos para a definição deste planejamento, visando com isso, uma atuação mais eficiente e eficaz dos gestores públicos no que diz respeito ao atendimento das necessidades das cidades surgidas com o crescimento urbano.

1.2 Motivação para o Estudo

Esta tese foi idealizada com base na experiência vivenciada pelo autor como Secretário de Serviços Urbanos de Joinville, o maior município de Santa Catarina, entre 1993 e 1996. Neste período, nesta cidade, foram implantados diversos equipamentos urbanos comunitários. Pela experiência adquirida nesta vivência, observou-se que uma cidade estruturada como Joinville, que tem como base de apoio e definição de sua estrutura um Instituto de Planejamento, não possui um método para a definição do local de implantação de seus EUCs, baseando-se, apenas, em alguns indicadores. Presume-se, então, que as outras cidades de Santa Catarina (SC) devam estar no mesmo estágio não científico de abordagem do tema, sendo esta a hipótese deste estudo.

Pode-se observar ainda com a experiência vivenciada, que as cidades do Estado são apoiadas por associações de municípios, divididas por área de abrangência, que objetivam dar suporte técnico às prefeituras, principalmente, para as de menor porte e sem estrutura. Estas associações contam com engenheiros e arquitetos que desenvolvem os projetos construtivos requeridos pelas prefeituras. A figura 01 ilustra como são subdivididas as regiões em associações.

isso, a falta de literatura mostra os desafios de se buscar informações e orientações para a adoção de métodos que orientem este planejamento em decorrência de vários fatores tais como: políticos, econômicos, cultural e educacional. O desenvolvimento futuro de método científico estruturado baseado nesta pesquisa assume relevância como suporte nas estratégias para definir, pelos gestores responsáveis, uma ação articulada com vista a um desenvolvimento harmonioso e sustentável de cada aglomeração urbana.

1.3 Contextualização e apresentação do problema de pesquisa

A vida na cidade continua a ser um desafio das sociedades atuais pelos conflitantes interesses que se apresentam tanto por parte da população quanto do poder público. Qualquer que seja a sua escala, a cidade é uma organização viva e dinâmica (Oliveira, 2001) com suas diversificadas partes em permanente interação e transformação causada pelo seu crescimento populacional. Embora o Estatuto da Cidade regulamente as exigências constitucionais que reúnem normas relativas a ação do poder público, na normatização do uso da propriedade urbana em prol do interesse público, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, ainda assim, as dificuldades existem na gestão e na execução desses princípios básicos, que norteiam estas ações. Isto, muitas vezes, pelo desconhecimento dessas normas ou mesmo, pela falta de capacitação das equipes técnicas e também, pelos limites econômicos para acessar às tecnologias que apontem para instrumentos que auxiliem e facilitem estas implementações.

No município, o Planejamento Urbano, que pode ser definido como o processo de produção, estruturação, organização e apropriação do espaço urbano, com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população (CNM, 2008), se concretiza por intermédio do Plano Diretor, que deve ser elaborado de acordo com as diretrizes gerais contidas na Lei no 10.102/2001, mais conhecida como Estatuto da Cidade.

Entender a necessidade e a importância do planejamento é essencial para se poder dimensionar a possibilidade de sucesso de uma gestão municipal na execução das políticas públicas. No entanto, a Coletânea de Gestão Pública no período de 2009 a 2012, realizado pela Confederação Nacional dos Municípios, mostra que as más experiências em investimentos públicos na busca de instrumentos de planejamento,

nunca colocada em prática, levaram a uma descrença, na atividade de planejamento criando-se assim, no decorrer do tempo, uma cultura do não planejamento, cabendo ao Ente Público a missão de resolver todas as suas demandas por ordem de prioridade: o que era urgente e o que é ainda mais urgente.

O mesmo estudo mostra que no âmbito dos municípios, uma das expressões mais significativas da descrença no planejamento se revela nas estruturas administrativas das prefeituras, onde dificilmente encontra-se um órgão específico para pensar e planejar a cidade.

Pode-se entender diante disto, que o planejamento deve estar voltado ao conhecimento da realidade, do pensar a cidade acompanhada da discussão com a comunidade e com o seu conselho, para suprir as suas necessidades prioritárias. Acredita-se que esta é uma atividade imprescindível para a Administração Pública e que deve ser levada a sério pelo gestor, com disciplina e vontade política para implantá-la.

Essa premissa deve ser considerada, também, no planejamento das implantações dos EUCs. Seria recomendável que todos os órgãos da administração se envolvessem com o planejamento. Secretários e servidores técnicos e administrativos precisam ter claro as metas e os objetivos que pretendem ser alcançados pela gestão municipal. Definir estratégias para interagir com a comunidade para que, de modo participativo, possam ouvir as suas reivindicações e necessidades em relações aos EUCs identificando assim as ações que venham a contemplar essas necessidades.

Cada cidade possui uma gama de EUCs, com características e funções próprias, dentro das áreas de conhecimento como: na saúde – postos de saúde; no lazer – praças; na educação – escolas, entre outros, que são fundamentais para organizar e qualificar o espaço urbano e que devem, através de suas características ou importância, fornecerem o melhor possível dentro daquilo para o qual foram construídos, constituindo-se em referências para os habitantes daquela área de abrangência e para o município como um todo. Como coloca Valente (S/D) no decorrer dos tempos e principalmente na forte urbanização do século XX, é habitual se afirmar que as cidades atraem as pessoas devido às condições de vida que oferecem, possibilitando vantagens tais como o fácil acesso e a abundância de bens e serviços. Isto, porém, traz por consequência um elevado e diversificado número de problemas. O intenso crescimento urbano, realizado na maioria das vezes de forma caótica, se tem traduzido na expansão do perímetro urbano onde a população sofre com a superlotação, com a falta de EUCs, com a

degradação ambiental e com várias outras questões causadas por este crescimento desordenado.

Diante deste contexto, como se viu anteriormente, a falta de previsão do crescimento populacional e de conhecimento dos gestores em relação ao planejamento urbano leva a problemas de definição do melhor local de implantação de um EUC que acaba sendo acentuado pela soma de mais alguns fatores, tais como:

- ✘ A inexistência de uma estrutura de planejamento forte e eficaz, especialmente pela falta de apoio no âmbito municipal;
- ✘ A falta de uma política de estudo de indicadores específicos para cada tipo de equipamento;
- ✘ O não estudo da área de abrangência destes;
- ✘ A falta de um método que sirva de ferramenta de apoio para a tomada de decisão da definição do melhor local de implantação.

Sabe-se que muitos destes equipamentos são construídos em lugares que nem sempre cumprem as funções para os quais são edificados e objetivados. Assim sendo, não caracteriza a melhor e a mais justa distribuição do erário público e dos benefícios para a população usuária.

Presume-se, também, que através dos tempos e hoje ainda, estas definições surgem de idéias e projetos pouco fundamentados dos próprios prefeitos, ou de solicitações encaminhadas por habitantes da *urbe* e avalizadas por vereadores, que detectam ou entendem ter carência de um tipo de EUC na Região proposta, por imediatismo ou necessidades localizadas, que nem sempre refletem a realidade e a necessidade do investimento.

Sendo assim, infere-se que muitos EUCs podem estar sendo implantados em terrenos pertencentes às prefeituras e que, muitas vezes, não estão localizados no local ideal, ou seja, naquele que dará o maior retorno e benefício a quem vai utilizá-los, que são justamente os habitantes daquela região e pode ser por isso que, não raras vezes, se tem Equipamento Urbano Comunitário ocioso e até abandonado, como mostra o exemplo nas fotos 1 e 2.

FIGURA 2 - Fotografia de Terminal Urbano do Saco dos Limões –



Florianópolis

FIGURA 3 - Fotografia do Terminal Urbano dos Sacos dos Limões –
Florianópolis



Fotografia – Alexandre Pereira (2010)

As fotos anteriormente mostradas exemplificam a materialização de EUC construído erroneamente. Em Florianópolis, o sistema de transporte e seus terminais foram inaugurados em 2005, com

várias estações de integração de ônibus entre bairros, implantado pelo município, com o objetivo de oferecer conforto e eficiência aos usuários. Pelo estado de abandono e desativação, sugere que houve falta de estudo e de definição correta, para o local de implantação. O objetivo das fotos tiradas em 2010 visa demonstrar por imagens a constatação clara e cabal do desperdício do erário, por falta de métodos adequados aplicados à alocação deste EUC. Este equipamento encontra-se no Bairro Saco dos Limões, Baía Sul da Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, construído em 2005, nunca utilizado estado até hoje desativado e em estado de abandono.

Pode-se constatar pelo contexto aqui referido que estudar as cidades e suas técnicas de planejamento através de seus EUCs pode ser importante no que se refere à busca científica do conhecimento da dinâmica de elementos urbanos, na busca do entendimento da morfologia urbana, podendo, assim, auxiliar no estudo das formas que a cidade, ou sua representação adquire, sendo um elemento a mais para o estudo da vida social e da iconografia urbana.

Considerando-se que a cidade não planejada é o resultado de uma lógica momentânea que depende de interesses pontuais da sua gestão pública ou da sua população, a sua construção baseia-se na ordem econômica, social, cultural e tecnológica presente nesta gestão em um determinado momento.

No entanto, à luz da teoria e das experiências concretas vivenciadas pelos técnicos de urbanismo, apesar de grande e diversificados números de contribuições produzidas em várias áreas do conhecimento, que se detêm sobre a cidade e/ou urbano, não se conhece uma conceituação de cidade que dê conta de sua complexidade. Estudar como são definidos os locais de implantações de Equipamentos Urbanos Comunitários, em cidades de Santa Catarina, por certo ajudará a entender melhor o formato destas cidades, como se planejam e como pensam seus gestores e habitantes, e a formatar em trabalhos futuros, métodos para melhor definir estes locais, visando o bem estar da população.

1.4 Questões da Pesquisa

Com base na perspectiva apresentada foram definidas e estruturadas as seguintes questões norteadoras desta pesquisa, visando facilitar a compreensão da lógica de organização da pesquisa de campo:

Como as Prefeituras estão definindo os locais de implantação de seus Equipamentos Urbanos Comunitários?”

Esta é a pergunta principal que deverá ser respondida a partir de estudo e análise em prefeituras do Estado de Santa Catarina. O entendimento sobre o assunto, além de descobrir como se tem feito, abrirá frente para a elaboração de novas pesquisas, com o intuito de servir de ajuda aos gestores das prefeituras municipais.

Para auxiliar a internalização do estudo, foram ainda definidas perguntas complementares tais como:

1. - Quais os indicadores avaliados?
2. - Que dados são considerados na definição do melhor local para a implantação de um EUC?
3. - Quais são os elementos ou fatores que possibilitam uma melhor distribuição de um EUC na cidade?
4. - A definição para a implantação de um EUC se baseia em algum método de apoio para a tomada de decisão?

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo Geral

Analisar os processos de definição utilizados pelas prefeituras, para o local de implantação de Equipamentos Urbanos Comunitários (EUC) em municípios do Estado de Santa Catarina e reconhecer oportunidades de melhoria na escolha destes locais, mediante a aplicação de um método estruturado.

1.5.1.1 Objetivos Específicos

1. Compreender através da literatura e das legislações vigentes os conceitos e parâmetros definidos para as configurações das cidades e dos equipamentos urbanos comunitários;
2. Definir critérios para escolha das cidades a serem estudadas.
3. Levantar os métodos utilizados na definição dos locais de implantação dos EUCs nos municípios determinados para o estudo.
4. Identificar por meio de entrevistas e questionários junto a gestores (prefeitos, secretários e técnicos) os critérios (técnicos, políticos, sociais etc.) utilizados pelas prefeituras catarinenses escolhidas, quando definem o local de implantação de um EUC.

1.6 Hipótese

Os gestores das cidades catarinenses definem a implantação de um Equipamento Urbano Comunitário sem um método científico, que se baseie em indicadores, para implantá-los no melhor lugar da cidade que atendam a acessibilidade, a mobilidade, o uso e melhor aproveitamento do espaço público, visando uma melhor qualidade de vida.

1.7 Relevância e Ineditismo

O entendimento deste estudo através da análise dos resultados da pesquisa de campo desenvolvida nas prefeituras escolhidas é altamente relevante para uma posterior definição de um método científico e lógico. Método este, que poderá auxiliar os gestores na tomada de decisão, na definição do melhor local implantação de um EUC. Importante salientar que dentro da linha de pesquisa de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial do Grupo de Infraestrutura do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da UFSC, já se desenvolvem estudos nesta direção o que demonstra a carência de estudos e de métodos que orientem os gestores neste sentido.

A tomada de decisão, fato cotidiano presente nas ações desenvolvidas pelos gestores municipais, no que se refere também à definição da implantação de um EUC, faz com que estes se defrontem com situações normalmente conflitantes e difusas. Neste tópico de conhecimento, a partir da revisão da literatura existente, não se encontrou nenhum estudo similar, caracterizando assim o ineditismo.

Este tema, com o fenômeno do crescimento da população urbana, que transforma as cidades rapidamente em relação aos seus perímetros, ao seu formato, a seus equipamentos e serviços públicos necessários, é pertinente e totalmente atual, tendo-se em conta que a qualidade de vida nas cidades tem sido uma preocupação cotidiana mundialmente.

1.8 Contribuição Científica

Nas cidades, predominam problemas complexos, onde diversos atores (sociedade e os gestores) participam ou deveriam participar do processo decisório de resolução destes.

Na definição de um EUC, importa convergir para o melhor formato, não só dele próprio, como também, do local onde será implantado. Isto nem sempre acontece, pois, cada um destes atores tem uma perspectiva e uma interpretação diferente acerca do evento.

A definição do local de implantação de um EUC é um evento importante. Cada um dos atores participantes do processo, além da sua própria interpretação, tem valores e objetivos distintos e não raras vezes conflitantes (questões comunitárias, econômicas, sociais e políticas).

O entendimento dos dados obtidos na pesquisa executada nas prefeituras traz uma contribuição substancial para a compreensão de como funcionam estas decisões e um possível direcionamento para a solução destes problemas conflitantes através de um modelo lógico e multi-criterial.

1.9 Âmbito da Pesquisa

Este trabalho limitou-se levantar e analisar os critérios de como as prefeituras, da cidade mais populosa de cada uma das seis mesorregiões do Estado de Santa Catarina, (Vale do Itajaí: Blumenau;

Norte Catarinense: Joinville; Grande Florianópolis: Florianópolis; Serrana: Lages; Oeste Catarinense: Chapecó; Sul Catarinense: Criciúma), e duas menores de seu entorno (Vale do Itajaí: Ibirama e Presidente Getúlio; Norte Catarinense: São Bento do Sul e Campo Alegre; Grande Florianópolis: Santo Amaro da Imperatriz e Rancho Queimado; • Serrana: Urubici e Bom Retiro; Oeste Catarinense: Pinhalzinho e Palmitos; Sul Catarinense: Araranguá e Laguna) definem os locais de implantação de seus Equipamentos Urbanos Comunitários. Os resultados visam servir de base para posterior criação de métodos de tomada de decisão que facilitem e ajudem às administrações municipais, na definição do melhor local de implantação de seus EUCs. A pesquisa foi realizada no período de 2006 a 2010.

1.10 Estrutura da Tese

No **Capítulo 1**, tem-se a introdução, a delimitação do problema existente, como também a sua justificativa, o problema da pesquisa, os objetivos gerais e específicos e demais razões que levaram a escolha do tema em questão.

No **Capítulo 2** apresenta-se, a fundamentação teórica para a estruturação da pesquisa realizada como forma de dar sustentação ao tema estudado, abordando o entendimento sobre cidades e suas configurações, equipamentos urbanos comunitários, planejamento urbano, plano diretor e as legislações vigentes que definem os parâmetros para auxiliar a pensar as cidades, nas suas complexidades surgidas com o crescimento populacional.

No **Capítulo 3** aborda-se, uma visão panorâmica do Estado de Santa Catarina e dados das cidades a serem pesquisadas, com o objetivo de contextualizá-las.

No **Capítulo 4** apresenta a caracterização da pesquisa e os procedimentos metodológicos usados no estudo.

No **Capítulo 5** são apresentados a análise dos dados obtidos e os seus resultados.

O **Capítulo 6**, apresenta a conclusão e as sugestões de futuros e estudos.

CAPÍTULO II

Este capítulo apresenta uma revisão da literatura com o objetivo de contextualizar as cidades, elemento de estudo deste trabalho, no que se refere ao contexto social, à Imagem e Imaginário, assim como ao conceito de representação.

Faz-se uma breve abordagem sobre o processo de expansão urbana ocorrido nas últimas décadas nas cidades brasileiras e mais especificamente no Estado de Santa Catarina. Mostra-se que após o advento do Estatuto da Cidade, Lei aprovada em 2001, as cidades brasileiras passaram a ter um marco regulador, ou seja, um Instrumento de Planejamento Urbano, onde estas ficaram obrigadas a elaborar um Plano Diretor, assunto também abordado neste capítulo. Enfatiza-se ainda os temas da acessibilidade e da qualidade de vida urbana, temas também considerados de relevante importância pelo Estatuto da cidade e pela sociedade em geral e, sobretudo para este estudo.

2. Revisão Bibliográfica

2.1 A Cidade como Contexto Social

Entende-se que as cidades abrigam, dentro de seus perímetros e de suas estruturas, uma complexa rede de pensamentos e articulações políticas, econômicas e culturais, que orientam e regulam a sociedade que a compõe. Estes pensamentos e articulações são inerentes aos modos como ela mesma, a sociedade, pensa e vive dentro destes abrigos.

Segundo Diniz (2003), dentro do seu perímetro, estes abrigos configuram guetos sociais e funcionam como bolhas de cultura, poder, saber, riqueza e miséria, construindo uma pirâmide de posições onde a ascensão social é possível, embora sempre enquadrando o indivíduo em sua origem étnica, classe social ou econômica.

A partir da literatura apresentam-se conceitos de vários pensadores sobre cidades contextualizando-as e criando um parâmetro a ser seguido nas discussões adjacentes.

Cidade pode ser definida como uma porção da superfície terrestre, apropriada por um grupo social para assegurar a sua reprodução e a satisfação de seus desejos vitais (LE BERRE, 1992, p. 617).

Na visão de Hurriot (1996, p. 28) cidade é:

Um espaço de vida, é o passado dos cidadãos, mas também são seus pensamentos atuais e suas visões de futuro. Representa a cidade não somente um espaço construído, ela representa uma sociedade, um verdadeiro microcosmo. Com as representações morfológicas da cidade, com a sua evolução, se faz uma ligação com a evolução da sociedade. Tudo que envolve esta sociedade traduz as lutas pela ocupação do espaço urbano. No conceito de cidade-território cabe a idéia de organização política, econômica e social e, suas dimensões históricas, ideológicas, afetivas e mesmo imaginárias estão efetivamente presentes nela.

Enquanto Ferrari (1977), baseado em Wirth, define a cidade como uma grande e densa aglomeração de indivíduos heterogêneos que vivem sob condições de anonimato e de relações interpessoais.

Para Landim (2004, p. 23):

Dentre os espaços construídos pelo homem, a forma mais importante é aquela referente ao ambiente construído para o seu uso mais constante e diário, o abrigo de seu grupo social, ou seja, as cidades: desde as pequenas vilas [...], até a grande cidade, onde o homem no seu cotidiano está habituado a um horizonte completamente edificado.

Entende Landim que as formas de aglomeração humana não se limitam simplesmente a suas dimensões e funções, mas também diferem em qualidade e significação. Dentro das formas das cidades e nas suas morfologias, nos seus arranjos e organização estão inseridos os espaços livres, que incluem suas praças, jardins, logradouros, etc., seus espaços

residenciais, comerciais, industriais e seus equipamentos urbanos comunitários edificados, que concorrem para a estruturação e qualificação do ambiente cidade.

Clark (1985) entende que uma cidade pode ser encarada de variadas formas como, por exemplo, um conjunto de imagens ou como uma unidade estatística e espacial. Analisa que estas diferentes formas de abordar o espaço urbano é que subsidiam as perspectivas para a compreensão e resolução de muitos problemas urbanos contemporâneos.

Na visão de Falcato (2002, p 37):

A palavra cidade tem origem na palavra latina *civitate*, que quer dizer conjunto de cidadãos. Não quer dizer conjunto de edifícios, de ruas, de praças ou equipamentos urbanos. Assim, a cidade física, não deve ser mais do que um instrumento que permita e incentive a vida em comum deste conjunto de cidadãos.

Não se deve esquecer as polaridades que envolvem as reflexões urbanísticas e que, segundo Rouanet (1997, p.11) são: “a polaridade da relação abertura/clusura; a polaridade da relação entre o estético e o utilitário e a polaridade da relação entre o velho e o novo”.

Considera-se neste trabalho, baseado nas definições de Landim (2004) e Lefebvre (1991) a cidade como artefato, definindo-a como o resultado da atividade bem planejada e organizada ou não, pela sociedade que a compõe, mas que a sua construção é, ponto por ponto, expressão da ordem econômica, social, cultural e tecnológica presente nesta sociedade.

Para Antonucci (2001) os estudiosos da morfologia urbana analisam a evolução das cidades partindo de seus princípios formadores, considerando seus vários elementos constitutivos e suas constantes transformações e diz: “A cidade é a acumulação e a integração de muitas ações individuais e de pequenos grupos, governados por tradições culturais e moldados por forças sociais e econômicas ao longo dos anos”.

No entanto, hoje, à luz dos inúmeros textos teóricos, das experiências concretas do urbanismo, apesar do grande e diversificado número de contribuições produzidas em várias áreas de conhecimento, que se detêm sobre a cidade e/ou o urbano, não se tem elaborado uma conceituação de cidade que dê conta da sua complexidade.

Uma cidade é uma imagem abstrata, que nos faz evocar algumas das suas partes, mas também é iconografia, ou um quadro surrealista ou uma vítima que nos faz vivê-la como uma imagem sedutora. Uma cidade, pois, é uma soma de espaços, desde o físico, o abstrato, o figurativo e o imaginário (SILVA, 1994, p. 134).

O domínio comum de conhecimentos e de sentimentos sobre a cidade forma uma opinião mutável, errante, anamórfica (CAUQUELIN *apud* BRESCIANI, 1997, p. 14).

Lynch (1960) argumenta que a cidade não é construída para um indivíduo, mas para grande quantidade de pessoas, com origens variadas, com temperamentos diversos, de classes sociais e ocupações diferentes.

Lê Goff (1988) diz que a cidade é um lugar em que mais se constrói do que se conserva ou se destrói.

Sant'Anna (2002) escreve em seu artigo *A cidade como objeto de estudo: diferentes olhares sobre o urbano*, abordando as visões de Marx, Weber e Durkheim:

Marx diz que a cidade ocidental moderna constitui o local de produção e reprodução do capital, produto da sociedade capitalista, e, portanto, parte integrante de processos sociais mais amplos. Ela expressa a miséria e a degradação da classe operária.

Weber concebe a cidade como tipo-ideal, demarcando outro campo teórico. Na sua forma típica ideal, a cidade caracteriza-se por constituir-se como mercado e por possuir autonomia política. A cidade medieval ocidental é a que mais se aproxima de seu tipo ideal de cidade.

Durkheim considera que no contexto da anatomia da sociedade, em seus aspectos marcadamente estruturais, a cidade surge como substrato da vida

social, acumulando e concentrando parcelas significativas da população.

Mumford (1991, p. 9) contextualiza as cidades afirmando que:

Não há definição que se aplique sozinha a todas as manifestações, nem descrição isolada que cubra todas as suas transformações, desde o núcleo social embrionário até as complexas formas da sua maturidade e a desintegração corporal de sua velhice.

Makowiecky (2003) afirma que é na cidade que a produção artístico-cultural encontra estímulo e canais de divulgação, que se gera uma grande mobilidade de signos e símbolos, que são a verdadeira essência da vida urbana e de seus produtos simbólicos. Oliveira (1994) diz que a cidade é um lugar de atividades mistas e diversificadas.

Como se observa, existem vários entendimentos, das mais variadas amplitudes, do que é e como funciona uma cidade. No entanto, pode-se depreender que as cidades, sendo elas do tamanho e da forma que forem, independentemente da sua origem e de como pensam e as definem os estudiosos, são uma síntese real do pensar e do agir em cada momento, de seus gestores e de seus habitantes. E em consequência deste pensar, acredita-se que as cidades modernas têm sido pensadas a partir de distintas óticas, criando diversas concepções que marcam o pensamento sobre elas determinando o seu modo de ser.

Analisando-se sobre outro aspecto, o social, observa-se que cada classe social entende e anseia a cidade de acordo com as perspectivas que cria para o seu viver. Esta visão é corroborada por Holanda (2002) que entende que as diversas classes sociais não têm o mesmo tipo de expectativa sobre a forma das cidades e não se pode ignorar os vários modos de inserção dos agentes sociais no funcionamento de uma sociedade contraditória, devido aos distintos modos de vida, no produzir, no usar e no avaliar o espaço urbano.

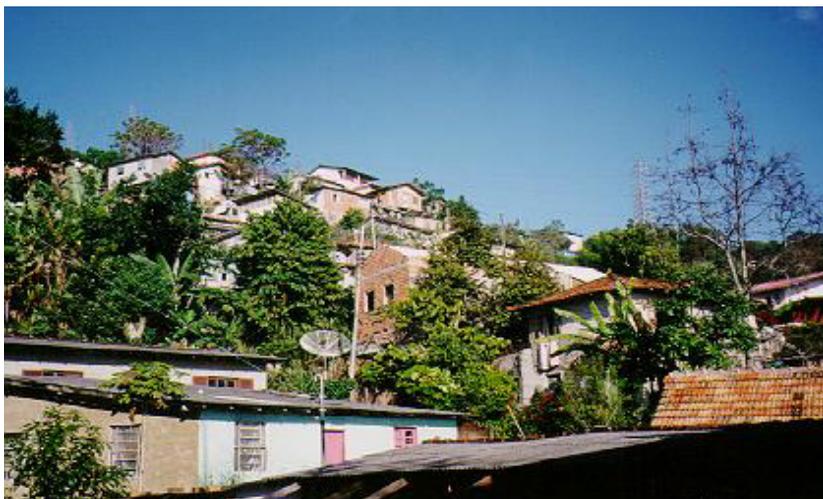
Nesse aspecto, poderia-se enunciar que dentro de uma cidade existem várias outras cidades. A população que a compõe é diversa e desigual, tanto no sentido econômico como no cultural, criando, então, impasses e tornando difusos os pensamentos dessa como um todo. Decorre daí, a dificuldade de se atender a todos os anseios e desejos

desta população, e é o que se tenta com os planos diretores, através da interpretação das audiências públicas e de todas as formas de manifestações, conforme orienta o estatuto da cidade.

No Brasil, o que se depreende é que as cidades são gerenciadas através de demandas reprimidas e pela visão de seus gestores e, normalmente, sem planejamento. No entanto, existem cidades que são administradas de formas diferentes, baseadas em pesquisas e planejamento, como por exemplo a cidade de Barcelona, na Espanha, considerada modelo pelos estudiosos. Esta cidade é configurada por seus vários distritos e cada qual, já tem definido todos os seus espaços direcionados a todos os aspectos que compõem a cidade, inclusive os locais de seus equipamentos urbanos comunitários. A cidade é planejada como um todo e não por demanda, visando assim, criá-la mais homogênea, procurando com que todos os habitantes tenham, em maior número possível, igualdade de condição na qualidade de vida.

Nas figuras 4 e 5 a seguir, mostram-se dois exemplos referenciais, que focalizam e exprimem diferenças nos modos e padrões de vida, em uma mesma cidade, neste caso Florianópolis.

FIGURA 4 - Fotografia do Morro do Mocotó – Florianópolis - SC



Fonte: Departamento de Geociências - CFH- LAAM – UFSC, (2008)

Figura 5 – Fotografia do Bairro de Jurerê internacional – Florianópolis – SC



Disponível em: <http://picasaweb.google.com/marciabrios>. Acesso em 02/07/2008

Não se pode desconsiderar que nos dias atuais, as sociedades locais apesar de suas diferenças, não ignoram o que está acontecendo do lado de fora do “muro” do seu abrigo, ou seja, nas outras cidades do mundo.

A influência do pensar de outras comunidades e do modernismo que se difunde, a cada instante, através da informação que chega rapidamente no espaço mais íntimo de cada habitante da cidade, altera e influencia o pensamento da sociedade. Diferente do que acontecia há pouco tempo atrás.

Pode-se observar, nos dias de hoje, que esta influência externa vem pelo desenvolvimento e socialização de novas tecnologias de comunicação e pela difusão de hábitos novos no morar, trabalhar e no se comunicar.

Como consequência, a sociedade tem organizado e reorganizado os seus espaços urbanos com a visão do que espera ser melhor para seus cidadãos, configurando-se assim, como uma entidade viva pelo seu

próprio jeito de ser, mas também, pelas influências externas. Espelhar-se em modelos de outras cidades, interpretando-os como inovadores, adotando-os com o objetivo do seu bem-estar, desenvolvimento e transformação pode ser uma boa estratégia, no entanto, não se deve descuidar de associar as questões culturais, as tradições e os costumes que a identificam e a caracterizam como uma sociedade, preservando-os através de seus ícones e imagens.

2.2 O Conceito de Imagem e Imaginário de Cidade

Pode-se entender que a imagem, que se tem de uma cidade, mantém um vínculo estreito com a produção cultural e social de um período e traduzem, de certa maneira, as múltiplas formas de consciência da sua população. Pode-se, também, supor que a sua estética apresenta uma autonomia, cuja fonte é à inventividade humana, no que ela deve à subjetividade e ao imaginário dentro de um espaço de tempo.

Rolnik *apud* Leite (2006) diz que a cidade é tida como local de produção e fixação de uma memória. É como se a cidade fosse um imenso alfabeto, com o qual se montam e desmontam palavras e frases.

Ao se olhar para a cidade, as formas de linguagem e sua relação estreita com o imaginário e com as ideologias de quem as olham, mostra que não há nas imagens absorvidas uma forma unívoca de perceber o real, ou seja, cada olhar colocará o seu imaginário na imagem vista.

Imagem não é produto do imaginário, mas imaginário advém do pensar e refletir imagens, assim, ambos se constroem mutuamente. O registro descritivo da imagem da cidade leva, freqüentemente, a confundir-se imagem e imaginário, tomando-os como termos sinônimos, indistintos nas suas manifestações e significados.

Para o estudo da imagem como categoria de análise da cidade, é necessário distingui-la do imaginário. Imagem e imaginário correspondem à capacidade cognitiva do homem de produzir informações, mas de modo diverso.

Segundo Ferrara (2000), a imagem corresponde à informação solidamente relacionada a um significado, que se constrói numa síntese

de contornos claros, que a faz única e intransferível. A imagem tem apenas um significado, que corresponde a um dado solidamente codificado no modo de ser daquela síntese.

Ao contrário, o imaginário corresponde à necessidade do homem de produzir conhecimento pela multiplicação dos significados, atribuindo significados a significados; suas produções não são únicas, mas se acumulam e passam a exprimir mais por meio de um processo associativo, no qual um significado dá origem a um segundo ou terceiro e, assim, sucessivamente. Pelo imaginário, a imagem urbana de locais, monumentos, emblemas, equipamentos urbanos comunitários públicos ou privados, passam a se exprimir mais pela incorporação de significados extras e autônomos do que em relação à imagem básica que lhe deu origem.

A imagem decorre de um referencial contextualizado, já o imaginário refere-se à capacidade associativa de produzir imagens a partir da imagem concreta; corresponde a um jogo relacional entre significados.

Ferrara (2000) descreve várias qualificações de imagem urbana como: edificada; escultórica; referencial; segura; apelativa; pública; renovada; emblemática; e estática, caracterizando cada uma delas dentro de seus próprios contextos.

Em síntese, descreve que a imagem urbana apresenta a chancela do hábito, do cotidiano descompromissado e, por isso mesmo, fortemente enraizado na cumplicidade das crenças e valores constatados pela visão e registrados coletivamente. Portanto, tem-se de atentar para o conceito de imagem e imaginário da cidade; ambos caracterizados por fluidez e ambigüidade, constantes na linguagem visual.

A imagem é concretamente construída, o imaginário é estimulado ou desencadeado pelas características urbanas que se comunicam pelas imagens. Se a imagem urbana é uma fruição coletiva, o imaginário é solitário, no qual o ver não é constatar, mas produzir/criar a informação urbana e, com ela, a própria experiência. Esse ver é um pensar, refletir. Assim, o imaginário sobre uma cidade não a reproduz, mas, estimulado pelos fragmentos mentais, produz discursos que com ela interagem.

As imagens urbanas (monumentos, estátuas, equipamentos urbanos etc.) situadas em pontos de destaque da paisagem construída gravam através de seus símbolos, cada um a seu tempo, os discursos, pensamentos e modos de viver dos determinados grupos humanos que vivem nestes espaços urbanos e participam desta construção.

O trabalho de tese não está centrado nas questões de imagem e imaginário, mas sinaliza-se para uma necessidade do estudo das representações para ajudar na interpretação de como se definem equipamentos urbanos nas cidades e o que estes representam para ela.

2.3 O Conceito de Representação

Para Falcon (2000), quando se lê, em certos textos de História e Ciências Sociais, o termo representação parece situar-se no centro de uma constelação de noções ou conceitos muito variados como: imaginário; ideologia; mitologia; utopia e memória.

O conceito de representação, entretanto, é muito complexo. A etimologia da palavra representação diz que, as relações entre as coisas se dão por similitude e assim foi até o nascimento das Ciências, com Descartes. A partir daí, as coisas passam a não mais serem olhadas e reconhecidas tal como o que o mundo empírico podia dizer através do tato, olhar etc. O mundo não passou a ser só o que os olhos viam e se despontou para o fato de que a noção de realidade é enganosa, é ficção, pois tudo é, e nada é. Antes da Ciência, a imaginação era algo ilusório. Depois, as coisas passaram a sair do plano do real (representações) para o plano das taxionomias, onde da ausência nasce o real. O objeto não precisa mais estar presente. A própria imagem o substitui como no exemplo: “A toga do juiz vale pelo juiz”. Mas de todos esses usos da palavra, pode-se reter um ponto em comum: a representação é um processo pelo qual se institui um representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar de quem representa.

Landim (2004, p. 38) diz:

Aquilo que somos neste momento e aquilo que faremos a seguir depende de uma infinidade de fatos que representam nossa história. Sem um passado não há expectativa de presente ou de

futuro. De forma análoga, a lembrança de uma sociedade, de um povo ou de uma nação significa sua segurança em relação ao futuro. Somente seremos capazes de realmente aprender, entender e reconhecer a cidade por meio da paisagem se nesta estiverem presentes elementos remanescentes de outros tempos. Uma vez que a sociedade se faz presente por meio de seus objetos, e considerando a paisagem urbana como um produto resultante de vários fatores que poderiam ser sintetizados em História e Natureza, onde a História é uma intervenção cultural do homem num determinado momento e a Natureza, uma base física qualquer, pode-se dizer que teoricamente a Paisagem Urbana deve refletir, ou ao menos denunciar, o momento histórico em que está inserida.

Considerando-se a cidade em si, pelo que construiu, levando-se em conta a História e a Natureza, ela é uma realidade objetiva com suas ruas, construções, monumentos e equipamentos urbanos e comunitários.

Entendendo-se, entretanto, que sobre esta realidade os homens constroem um sistema de idéias e imagens, representações, ou seja, através de imagens, o homem reapresenta a ordem social vivida, atual e passada. Endossar essa postura significa assumir a decifração do real pelo imaginário, ou seja, pelas suas representações. E as representações que interessam neste trabalho são apenas indicativas, pois podem ser necessárias, após a comprovação de como os Equipamentos Urbanos Comunitários são definidos e implantados nas cidades catarinenses, na tentativa de em estudo futuro elaborar um método de definição do melhor local de implantação destes equipamentos. Estas definições deverão ser baseadas em alguma lógica, que possa responder tanto à necessidade prática do uso dos equipamentos urbanos comunitários, quanto à possibilidade de atender a determinadas representações da comunidade que irá usufruir de tais equipamentos.

Baczko (1985) sugere que conforme seja a perspectiva assumida pelo historiador, o conceito de representação significará coisas totalmente opostas e mutuamente excludentes.

Para Ibrí (1992), pela rapidez de sua transformação, a imagem é mais do que uma representação, é uma representabilidade possível de

conhecimento, que situa o estudo da linguagem ou da representação da cidade no âmbito de um dos caminhos mais atuais da produção científica. Dessa forma, conhecer e interpretar o sentido das transformações da cidade atual significa penetrar, lenta, mas atentamente, na produção da sua imagem. Significa a possibilidade de uma leitura urbana e a definição de equipamentos urbanos comunitários deve ser considerada nesta leitura.

“Com a organização do espaço formando a história da cidade, a sua imagem passa a ser o produto da ordem social da urbe, motivo pelo qual se torna emblema da sua identidade urbana” (KNAUSS, 2003, p. 10).

Escreve Landim (2004, p. 29) sobre a cidade:

Ela é uma imagem, uma criação mental e social; está na mente das pessoas, nas relações de uso que se estabelecem entre os cidadãos [...] a cidade é fruto de um contexto social e caracteriza-se, também, pelas relações de uso e apropriações dos espaços construídos, estabelecidas pelos usuários desse cenário urbano.

Diz, ainda, o autor que a cidade é fonte geradora de estímulos perceptivos para quem nela habita, gerando, nesta percepção, informações novas e diferenciadas a partir de seus elementos percebidos. Cada espaço é visto e entendido a partir das informações que se tem sobre ele.

Todo espaço edificado é identificado por determinadas características que compõe sua particularidade, transformando-o em um LUGAR para aquela comunidade que o habita. Essas características são resultado do domínio e da utilização, por parte dos habitantes, dos elementos naturais, tais com clima e topografia, de acordo com suas necessidades, sejam como moradia, circulação, lazer, trabalho, seja também como resultado de sua cultura (LANDIM, 2004, p. 29).

Menezes (1996), baseado num importante grupo de historiadores sociais, tais como Chaussinaud-Nogaret, Chartier e Neveux (1981)¹ acompanha os autores dizendo que cidade é um ente social. Enfatiza, ainda, que a cidade moderna e contemporânea se impõe por sua originalidade e por sua especificidade.

Por certo, há elementos morfológicos nas cidades que parecem dotados de tal densidade que os habilita a, sozinhos, remeterem a todo um conjunto de significações e, mesmo, à cidade inteira. Assim, por metonímia, tomando a parte pelo todo, pode-se dizer que as muralhas fazem referências plenas a certas cidades antigas; ou, na cidade colonial, a Casa de Câmara e a Cadeia, o pelourinho, o traçado das ruas e o desenho de praças e outros equipamentos urbanos, podem representá-las e defini-las. (A ponte Hercílio Luz, em Florianópolis; o Corcovado, no Rio de Janeiro; e o Arco do triunfo e a Torre Eiffel em Paris, por exemplo).

Segundo Lefebvre (1991), é bom ter presente que qualquer que seja o conteúdo histórico de uma cidade, esta deve ser entendida segundo três dimensões: cidade é artefato, campo de força e imagem. Solidariamente interligadas, cada uma dependendo profundamente das demais e correlacionadas:

A cidade é considerada artefato, porque a sociedade que a constitui e dela se utiliza, a constrói historicamente, produzindo-a com suas próprias características, dentro de toda complexidade advinda de seus mais variados agentes sociais e através dos tempos, definição absorvida como base para este trabalho, como já dito anteriormente.

Yázigi (2003, p. 111) diz se referindo à cidade do Rio de Janeiro:

A história produziu todo um artificialismo que é próprio da cidade, numa vasta coleção que vai do bem sucedido às vergonhas que queremos esconder [...] Mas essas ponderações não são fatalidades: hoje o maravilhoso só poderá renascer a partir das nossas virtudes.

¹ Historiadores sociais da França que colaboraram no Livro História da França Urbana (1981).

Lefebvre (1991) entende que como artefato ela é um segmento da natureza socialmente apropriado, ao qual pode se impor forma, função e sentido. Espaços, estruturas, objetos, equipamentos urbanos, arranjos gerais, todavia, são produzidos por forças que não são possíveis excluir do entendimento: forças econômicas; territoriais; especulativas; políticas; sociais; culturais; em tensão constante, em um jogo de variáveis que é preciso entender. Em última instância, segundo Lefebvre (1991), o artefato é sempre produto e vetor deste campo de forças nas suas configurações dominantes e nas práticas que ele pressupõe.

Mas, além de artefato, elemento material produzido pelas práticas sociais e de complexo campo de forças por toda a atuação deste no fazer, a cidade é também representação.

As práticas sociais (que produzem artefatos e também procuram neles reproduzir-se) não se fazem às cegas, mecanicamente ou por instinto. Esta intervenção concreta do homem no universo real é orientada pelas representações sociais, sempre presentes.

O conceito de representações sociais, para a maioria dos autores, grosso modo, aborda a complexidade da imagem (imaginário, imaginação), sendo igualmente capaz de incorporar outros ingredientes, como conhecimento, classificações, memórias, ideologia, valores, expectativas.

Se nos estudos tradicionais da cidade impera a dimensão do artefato e sob o influxo das Ciências Sociais vem tomando corpo o de campo de forças, é preciso reconhecer que a de imagem, representação, tem ainda pouquíssimo peso, ou então aparece desvinculada das demais.

Do final do século XIX em diante, a cidade se torna cada vez mais complexa, ao mesmo tempo em que se acentua seu caráter em um sistema de representações. Boyer (1994) descreve uma série de modelos visuais e mentais pelos quais os ambientes urbanos foram identificados, figurados e planejados. Segundo ela, podem ser distinguidos três "mapas" principais: a cidade como obra de arte, característico da cidade tradicional; a cidade como panorama, característico da cidade moderna; e a cidade como espetáculo, característico da cidade contemporânea.

O objetivo das alusões aqui feitas é ilustrar a extraordinária diferenciação de sentidos, que impõe a historicização da iconografia

urbana e que não pode ser deixada de lado, mesmo se entendendo a cidade como artefato.

2.4 A Cidade e a sua Expansão Urbana

O rápido crescimento populacional urbano das últimas décadas tem provocado, nas cidades, o acúmulo de uma infinidade de problemas. Esta expansão desenfreada, vindo como novidade e com a consequente falta de estudos e conhecimento deste novo momento, unida à ausência de planejamento, reflete-se em conseqüente ampliação do perímetro urbano da cidade, na maioria das vezes, sem estudo das consequências deste aumento populacional, acarretando significativas modificações sociais e estruturais no espaço urbano.

Este fenômeno não ocorre exclusivamente no Brasil, porém, suas dimensões nele são alarmantes, necessitando de ações dos governantes no sentido de atenuar seus impactos negativos. Isto é particularmente importante, pois como refere Portas et al. (2007), o ano de 2001 constituiu o primeiro ano em que mais da metade dos habitantes do nosso planeta passaram a residir nas cidades. O que vem a ser uma tendência preocupante em termos de planejamento urbano.

Para efeito de visualização deste crescimento, apresentam-se, a seguir, as tabelas 1,2,3 e 4, com os dados dos censos demográficos do Brasil, de Santa Catarina e suas mesorregiões e das seis principais cidades pesquisadas, realizados nos anos de 1991, 2000 e 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que demonstram a evolução do crescimento populacional, neste período.

Tabela 1 - Evolução da população total do Brasil, de Santa Catarina e de suas mesorregiões, período entre 1991 a 2010.

Mesorregião	1991	2000	2010	Aumento % 1991 a 2010
Grande Florianópolis	619.265	803.255	994.687	60,62%
Norte Catarinense	838.211	1.026.606	1.212.997	44,71%
Serrana	375.121	401.184	426.825	13,78%

Continua

Continuação

Sul Catarinense	714.694	822.671	925.177	29,45%
Vale do Itajaí	943.620	1.187.184	1.509.273	59,89%
Oeste Catarinense	1.051.083	1.116.963	1.200.723	14,24%
Santa Catarina	4.541.994	5.357.864	6.249.682	37,60%
Brasil	146.825.475	169.872.856	190.732.694	29,90%

Tabela elaborada pelo autor - Fonte: IBGE (www.sidra.ibge.gov), 2012

Na tabela 1 pode-se observar o crescimento das populações entre 1991 e 2010, com seus respectivos valores de crescimento e de percentual, das seis mesorregiões estudadas nesta tese. Colocou-se o Brasil, na tabela, para analogia com o Estado de Santa Catarina. Nota-se claramente que as mesorregiões: Vale do Itajaí, Norte Catarinense e Grande Florianópolis, entre 1991 e 2010, tiveram crescimento acima da média do que ocorreu no Estado e no País, enquanto nas Mesoregiões: Serrana, Oeste e Sul Catarinense ficaram com valores percentuais abaixo deste crescimento.

A seguir, na tabela 2, apresenta-se a evolução da população urbana no Brasil, Santa Catarina e suas mesorregiões, período entre 1991 e 2010.

Tabela 2 - Evolução da população urbana no Brasil, Santa Catarina e suas mesorregiões, período entre 1991 e 2010.

Mesorregião	1991	2000	2010	Aumento % 1991-2010
Grande Florianópolis	521.069	725.509	915.864	75,77%
Norte Catarinense	680.254	876.170	1.063.909	56,40%

Continua

Continuação

	267.304	312.519	332.431	24,36%
Serrana				
	488.787	608.230	753.153	54,09%
Sul Catarinense				
	718.164	992.887	1.321.993	84,08%
Vale do Itajaí				
	532.959	702.616	860.563	61,47%
Oeste Catarinense				
	3.208.537	4.217.931	5.247.913	63,56%
Santa Catarina				
Brasil	110.990.990	137.953.959	160.879.708	44,85%

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: IBGE (www.sidra.ibge.gov), (2012)

Analisando-se a tabela 2 se constata que somente as mesorregiões da Grande Florianópolis e Vale do Itajaí tiveram um acréscimo populacional urbano maior que a média do estado. As mesorregiões Norte, Sul e Oeste Catarinense tiveram acréscimo relativamente parecido com o do Estado, mas superior ao do Brasil. A mesorregião Serrana teve aumento bem menor, tanto em relação ao Estado como ao Brasil.

Tabela 3 - Resumo da população total e urbana em Santa Catarina e no Brasil. Período entre 1991 e 2010.

Local	Ano	População total		População urbana		Relação Total/ Urbana
Santa Catarina	1991	4.541.994	-	3.208.537		70,64%
Santa Catarina	2010	6.249.682	37,60%	5.247.913	63,56%	83,97%

Continua

Continuação

Brasil	1991	146.825.475	-	110.990.990	-	75,59%
Brasil	2010	190.732.694	29,90%	160.879.708	44,95%	84,35%

Tabela Elaborado pelo autor. Fonte: IBGE, (2012)

Pode-se observar pela comparação entre os dados dos CENSOS dos períodos acima, que o percentual médio da população total de Santa Catarina aumentou 37,60% enquanto que no Brasil foi de 29,90%. Esse aumento também foi identificado na população urbana de forma mais acentuada, visto que em Santa Catarina o crescimento foi de 63,56% e no Brasil 44,95%. Ou seja, enquanto a diferença do aumento da população geral (SC e Brasil) foi de 7,70% a da população urbana foi de 18,61%. Isto reflete que, no estado, os dois índices de referências tiveram crescimento maior que no Brasil.

Entendendo estes dados, significa dizer que o Estado de Santa Catarina cresceu comparativamente entre o período de 1991 a 2010, 1.707.688 habitantes na população total enquanto que, na população urbana cresceu o equivalente a 2.039.376 habitantes.

Isto reflete que a parte urbana das cidades do estado aumentou muito mais rapidamente, alterando as características da população. Estes dados devem ser realmente preocupantes para os gestores das cidades, que necessitam fazer estudos criteriosos para elaborar estratégias eficientes e eficazes de planejamento, vislumbrando a qualidade de vida e evitando possíveis problemas, principalmente no que se refere aos serviços públicos, neles incluídos os EUCs.

Pode-se verificar, também, que ocorre uma corrida das pessoas do campo para as cidades. Se for analisado que no Brasil a média de habitantes na parte urbana atingiu, pelo Censo 2010, o patamar de 84,35%, e isto pelo acompanhar dos números é uma tendência, Santa Catarina que alcançou 83,97% também deverá chegar ao patamar brasileiro. Acredita-se que este aumento agravará mais a situação, se não forem antecipadas as devidas providências em termos de estudos e planejamento pelos gestores dos municípios. Com o intuito de contextualizar as seis cidades mais populosas de cada mesorregião, apresentam-se a seguir, tabela 4, o crescimento da população total e urbana destas.

Tabela 4 - Evolução da população das seis cidades mais populosas, de cada uma das mesorregiões do Estado de Santa Catarina, entre os anos de 1991 e 2010.

Cidade	1991	2010	Variação % 1991 - 2010
Florianópolis (Grande Florianópolis)	258.383	421.223	63,02% total
Florianópolis	242.989	405286	66,79% urbana
Joinville (Norte catarinense)	347.151	515.250	48,42% total
Joinville	334.674	497.850	48,76% urbana
Lages (Serrana)	151.235	156.737	3,64% total
Lages	138.575	153.937	11,09% urbana
Criciúma (Sul Catarinense)	146.320	192.236	31,38% total
Criciúma	132.313	189.630	43,32% urbana
Blumenau (Vale do Itajaí)	212.025	309.214	45,84% total
Blumenau	186.327	294.773	58,20% urbana
Chapecó (Oeste Catarinense)	123.050	183.561	48,18% total
Chapecó	96.751	168.113	73,75% urbana

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: IBGE (www.sidra.ibge.gov), (2012)

Importante analisar os dados da tabela acima, pois mostram uma forte tendência de crescimento da população urbana, necessário para o entendimento da situação pelos gestores das cidades. Conforme se pode observar na cidade de Lages a tendência de crescimento não foi confirmada como nas demais, visto que foi a única que neste período (1991 a 2010) teve um acréscimo na população total bem inferior às demais cidades e um pequeno aumento na população urbana. As outras cidades mantiveram percentual de aumento, entre urbano e total, relativamente parecido.

Apresentam-se, a seguir as figuras 6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17, para efeito de contextualização, com imagens das seis cidades mais populosas de cada mesorregião do Estado de Santa Catarina, pesquisadas, que dão idéia do crescimento urbano ocorrido nelas, nas últimas décadas.

FIGURA 6 - Cidade de Criciúma, SC na década de 1960



Fonte: disponível em <http://www.skyscrapercity.com>. Acesso em 13.01.2013

FIGURA 7 - Cidade de Criciúma, SC em 2010



Fonte: Disponível em <http://www.skyscrapercity.com>. Acesso em 13.01.2013

FIGURA 8 – Cidade de Joinville, SC na década de 1970



Fonte: Disponível em <http://www.skyscraperlife.com>. Acesso em 11.01.2013

FIGURA 9 – Cidade de Joinville, SC em 2010



Fonte: Disponível em <http://www.skyscraperlife.com> . Acesso em 11.01.2013

FIGURA 10 – Cidade de Chapecó, SC, na década de 1960



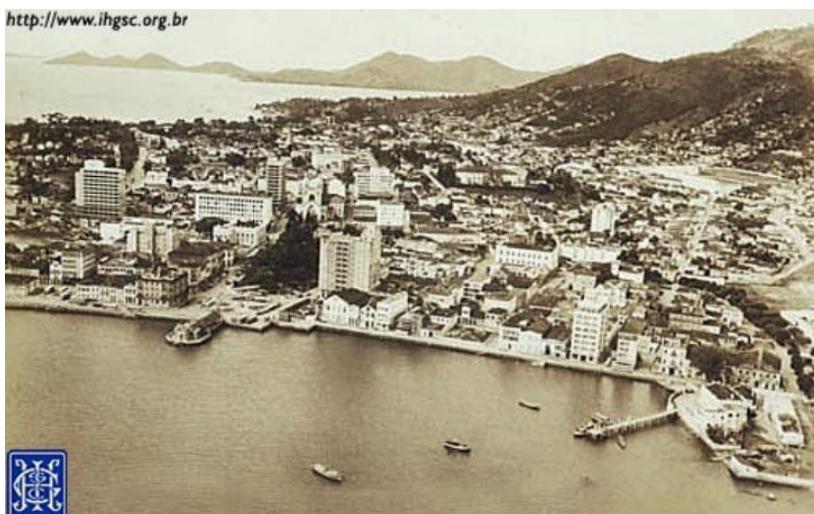
Fonte: Zolet, Victorino B. (2006, pg. 68).

FIGURA 11– Cidade de Chapecó, em 2010



Fonte: Disponível em [http:// www.skyscapercity.com](http://www.skyscapercity.com). Acesso em 11.01.2013

FIGURA 12 – Cidade de Florianópolis –SC, na Década de 1960



Fonte: Disponível em <http://www.ihgsc.br>. Acesso em 11.01.2013

FIGURA 13 – Cidade de Florianópolis em 2010

Fonte: Disponível em <http://www.websantacatarina.com.br>. Acesso em 11.01.2013

FIGURA 14 – A cidade de Lages na década de 60

Fonte: Disponível em <http://www.skyscrapercity.com>. Acesso em 11.01.2013

FIGURA 15 – Cidade de Lages no Ano de 2010



Fonte: Disponível em <http://www.skyscrapercity.com>. Acesso em 11.01.2013

FIGURA 16 – Fotografia de Blumenau – 1970



Fonte: Disponível em <http://www.bemsul.com/sc/blumenau/historia-rua-xv-de-novembro>. Acesso em 21/01/2013

FIGURA 17 – Fotografia de Blumenau – 2010

Fonte: Disponível em

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=239064> – Acesso em 12/01/2013

Como se pode observar nas figuras mostradas anteriormente, o crescimento destas cidades se deu de maneira intensa na área urbana, o que vem confirmar os dados apresentados nas tabelas anteriormente, assim como a preocupação com planejamento que devem ter seus gestores. As imagens não deixam dúvidas quanto a esta variação de população ocorrida nas últimas décadas, acompanhando o desempenho da maioria das cidades brasileiras e porque não dizer, da tendência mundial.

Ferrari (1977) diz, em certo momento, que o planejamento deve ser contínuo e permanente, para ser capaz de resolver os problemas do momento e antecipar os do futuro:

“Em um sentido amplo, planejamento é um método de aplicação, contínuo e permanente, destinado a resolver, racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade situada em determinado espaço, em determinada época, através de uma

previsão ordenada capaz de antecipar suas ulteriores conseqüências”. (FERRARI, 1977, p. 3).

Segundo Barreiros e Abiko (1998), este crescimento demográfico das cidades, ocorrido a partir da metade do século XX, trouxe como uma de suas conseqüências a expansão das áreas urbanas, principalmente nas grandes cidades, ocasionando um processo sem paralelo, quer por sua velocidade, quer por suas dimensões. Por conseguinte, a falta de planejamento, de estrutura organizacional, de legislação específica, da ação especulativa do mercado e de necessidades (invasões) fez com que estes processos de urbanização, fossem totalmente desregulados e sem controle. Para que se possa solucionar este problema há a exigência de que os gestores tenham, além de vontade política, legislações específicas e eficientes para normatizar e regularizar os processos da expansão de suas cidades.

2.5 A Legislação como Um Instrumento de Planejamento Urbano

No Brasil a organização primitiva da maioria das cidades, tem como características básicas modelos herdados dos colonizadores portugueses. Em Santa Catarina, que foi formada pela imigração de europeus de outros países, que não só de Portugal, desenvolveu-se na grande maioria das cidades outras características de organização, mas que também não ficaram imunes ao processo de expansão demográfico desenfreado e desordenado.

O Estado brasileiro, por tradição, deixou para os municípios o poder de regular o desenvolvimento urbano e o direito de planejar e construir a cidade como um todo. A Constituição Federal, aprovada em 05 de outubro de 1988, vem confirmar e ampliar estes poderes. Em seu artigo 182, define que:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

Ao retroceder no tempo, verifica-se com mais clareza a forma com que o planejamento no Brasil passa a merecer maior crédito como instrumento de governo.

Com a preocupação do Governo Federal, em 1956, de executar a nova capital do país, este vem conclamar os arquitetos e urbanistas, propiciando um amplo debate sobre o planejamento das cidades brasileiras. Falou-se muito, nesta época, do poder dos planos urbanísticos em reorganizar a sociedade de forma a eliminar conflitos de natureza social.

Houve uma maior preocupação com o planejamento, a partir do movimento militar de 1964, chamando a atenção para o estado desordenado das cidades e os desequilíbrios regionais, através de medidas que pretendiam desde a redistribuição da população urbana até a modernização das estruturas locais de administração. São enfatizadas as análises das experiências estrangeiras e falava-se da necessidade de política nacional de desenvolvimento urbano.

A partir da Lei Federal nº 6.766-79, que teve como objetivo dar regulamentação técnica e jurídica ao parcelamento do solo, com força para regulamentar as urbanizações e de abrangência nacional, é que se estabeleceram normas e parâmetros para nortear e determinar novas posturas nas legislações estaduais e municipais, passando-se a ter um parâmetro urbanístico no que tange à expansão urbana.

O Estatuto da Cidade, criado pela Lei Federal nº 10.257 de 10 de Julho de 2001, veio para normatizar as políticas públicas de interesse social, regulando o uso da propriedade urbana, em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, como enfatiza o referido estatuto no seu parágrafo único, do artigo primeiro.

Destaca-se a seguir alguns princípios fundamentais da lei: garantia do direito a cidades sustentáveis; gestão democrática por meio da participação popular; cooperação entre os governos e demais setores da sociedade no processo de urbanização com interesse social; oferta de equipamentos urbanos e comunitário; ordenação e controle do uso do solo; a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização; a recuperação dos investimentos do poder público que tenham resultado em valorização de imóveis urbanos e o direito a

idades sustentáveis, à moradia, à infraestrutura urbana e aos serviços públicos, proteção e recuperação do meio ambiente natural e construído. Estes princípios conferem aos municípios novas possibilidades e oportunidades de gestão e financiamento de seu desenvolvimento trazendo a melhoria na qualidade de vida de seus municípios.

Assim, como houve modificações marcantes na economia e na política, o Governo também passa a se preocupar com o urbano, criando vários organismos federais para tratar do assunto, como por exemplo, o Ministério das Cidades, criado em 01 de janeiro de 2003, com o objetivo combater as irregularidades sociais, tentando transformar as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e transporte.

Neste contexto pode-se reafirmar a importância do planejamento como prática sistemática e constante do desenvolvimento urbano, que, se bem conduzido, tem reflexos positivos sobre a vida das pessoas, sobre a economia da própria cidade, do Estado e do País.

Considerando que as indústrias e os prestadores de serviços estão basicamente nas cidades, gerando riqueza, um bom ordenamento do espaço urbano é imprescindível para definir os locais de moradia, os de lazer, os equipamentos urbanos comunitários, assim como os de trabalho, provocando fluxos de mobilidade e acessibilidade, mais livres tanto para bens materiais, como para as pessoas. Os reflexos serão sentidos pela população, que terá a oportunidade de viver em ambientes mais produtivos, mais limpos, mais acessíveis e o cotidiano não será tão complicado e desgastante. Esta evolução de bem estar coletivo pode ser alcançada quando o município tem o seu Plano Diretor construído, baseado nos moldes mínimos que estabelecem o Estatuto da Cidade.

2.6 Plano Diretor

Dentre os principais instrumentos básicos da política de desenvolvimento e de expansão urbana está o Plano Diretor, obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes, até 2006. Em virtude da complexidade desta tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir este prazo original, dado pelo Estatuto, não criando os seus Planos diretores. Diante dessa situação, foi promulgada a Lei 11.673 em 08 maio de 2008, prorrogando a elaboração dos Planos Diretores até 30 de junho de 2008.

A Constituição Federal em seu (art. 182 § 1) e o Estatuto da Cidade (art.40), definem que o Plano Diretor é: “o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. Afirma Alves (2012, p. 117) que:

O Plano Diretor não se resume a uma peça técnica ou jurídica de mera descrição das condições urbanas. Tampouco sua efetividade envolve somente vigência legal e eficácia positiva. Antes de se tornar processo normativo ordenador do território, o Plano Diretor é um processo político discutido no espaço público por diversos autores. Essa diversidade no debate contrasta, certamente, com a homogeneidade com o consenso político hegemônico, que, no mais, procura evitar conflitos e construir uma lei neutra e eficaz.

Silva (1995) acrescenta uma definição objetiva e clara para Plano Diretor que auxilia o seu entendimento. Enfatiza ele: “é plano, porque estabelece os objetivos a serem atingidos, o prazo em que estes devem ser alcançados [...], as atividades a serem executadas e quem deve executá-las. É diretor, porque fixa as diretrizes do desenvolvimento urbano do Município”.

Desta forma se tem que o Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano (COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES, 2002).

Independente das definições estabelecidas pela Legislação, algumas cidades, visando melhor adequar o seu entendimento e as suas realidades e necessidades, constroem o seu Plano, definindo-o, com as normas e prioridades que entendem mais eficaz para o seu município, conforme se pode observar no exemplo do Plano Diretor da Prefeitura de Itajaí, SC, que diz:

O Plano Diretor é uma lei municipal que estabelece diretrizes para a ocupação da cidade. Ele deve identificar e analisar as características físicas, as atividades predominantes e as vocações da cidade, os problemas e as potencialidades. É um conjunto de regras básicas que determinam o

que pode e o que não pode ser feito em cada parte de cidade. É processo de discussão pública que analisa e avalia a cidade que temos para depois podermos formular a cidade que queremos. Desta forma, a prefeitura em conjunto com a sociedade, busca direcionar a forma de crescimento, conforme uma visão de cidade coletivamente construída e tendo como princípios uma melhor qualidade de vida e a preservação dos recursos naturais. O Plano Diretor deve, portanto, ser discutido e aprovado pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo prefeito. O resultado, formalizado como Lei Municipal, é a expressão do pacto firmado entre a sociedade e os poderes Executivo e Legislativo.

Entende-se então que é no plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, que devam ser expressas as exigências fundamentais de ordenação da cidade, considerando que a propriedade urbana deve atender aos requisitos básicos, para cumprir sua função social, respondendo as expectativas da população em relação ao futuro da cidade.

É neste contexto que se pode considerar que no Plano Diretor está o instrumento de justiça social, devendo ser parte integrante do planejamento local e realizado democraticamente, com a participação de toda a sociedade organizada. Seu conjunto de normas e diretrizes deve ser voltado para a organização e controle do desenvolvimento da cidade, de maneira a promover a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Apesar de parecer tão clara as questões relacionadas com a construção do Plano Diretor, alguns autores entendem que pela complexidade e pela diversidade de interesses que existem tanto do ponto de vista dos gestores quanto da sociedade em geral, o processo fica prejudicado, pela morosidade nos debates e nas decisões.

Esta visão fica exposta por Bastos (1995), quando afirma:

Apesar das Leis Constitucionais elegerem o Plano Diretor como o instrumento da Política Urbana, o quadro atual encontra-se marcado pelas incertezas

e pela perda de referências e dificulta ainda mais a elaboração das propostas imediatas ou de médio e longo prazo. Dentro desta realidade o Plano Diretor deveria tratar de projetar no espaço as possibilidades reais de acesso social à cidade, de possibilitar a viabilização dos interesses negociados compartilhados e assumidos como compromisso de todos (SOSTISSO *apud* BASTOS, 1995, p. 28).

Assim, torna-se evidente que o Plano Diretor na visão do referido autor consiste não em um instrumento de amortecimento das contradições sociais que caracterizam a vida urbana, mas como uma possível base para contratos sociais, contratos urbanos, cuja duração estará subordinada à dinâmica da vida pública da cidade. Desta forma, a responsabilidade e o direito decisivo do planejamento espacial foram transferidos para a base política local, ou seja, o município. “Nada mais justo já que é sobre o território municipal, que são gerados os fatos relevantes. Só ele pode assumir e definir sua política de desenvolvimento urbano, a partir da sua própria realidade” (BASTOS, 1995 p.29).

Concorda-se, assim, que o Plano Diretor deva ser desenvolvido escutando a sociedade local nos seus anseios, preservando as suas características e cultura, pois só assim, se tornará realidade e será adotado e absorvido por seus cidadãos que, com suas próprias forças e embasados nos seus ideais, alcançarão os objetivos nele estabelecidos. Por isso é importante a participação da sociedade conforme enfatiza Gama D’êça (1995, p. 14):

Falta em nossa região a presença efetiva da população no processo de ordenamento do ambiente urbano em que vive. Esta participação, para que não seja usada para manipulação político-partidária, depende de informação correta do que representa para a qualidade de vida, a intervenção do poder público na urbanização.

Importante, então, a realização dos planos visando ultrapassar mandatos eletivos e a observância do cumprimento dos objetivos e metas neles definidos, fiscalizados e cobrados efetivamente pela população

como sociedade organizada e pelos seus representantes legalmente eleitos.

O Plano Diretor trata-se, pois, se bem elaborado, de um instrumento prático e objetivo, que aparelha o município com uma ferramenta legal, para enfrentar com sucesso os desafios do crescimento futuro, sem deixar de tratar dos problemas de curtos e médios prazos. Estabelece para todos os atores sociais públicos e privados e sociedade em geral, os meios pelos quais poderão manter e melhorar a qualidade de vida na cidade onde vivem e projetam seu futuro e de seus filhos.

Conclui-se assim que o Plano Diretor representa um duplo instrumento. Por um lado, um conjunto de normas urbanísticas que oferece subsídios que devem ser cumpridos pelos gestores e fiscalizados pela sociedade. Por outro lado, é o que lhe possibilita canalizar os interesses da comunidade para a construção de um projeto que vise o bem comum de todos os munícipes.

Dentro deste processo a tendência é que as cidades se estruturam para atenuar os problemas gerados pelo crescimento demográfico, com um planejamento urbano bem definido, com planos diretores bem elaborados prevendo, além da distribuição geográfica da população e do conseqüente aumento do perímetro urbano da cidade a definição dos seus equipamentos urbanos comunitários, com o objetivo de fornecê-los igualmente a toda comunidade. Para alcançar esta meta os gestores municipais devem trabalhar forte e gradativamente, fiscalizando e, principalmente, garantindo que ultrapassem interesses e mandatos eletivos.

2.7 Equipamentos Urbanos Comunitários - EUCs

A normatização dos equipamentos urbanos estabelecida pela Lei Federal nº 6.766/79 classifica-os em duas modalidades quais sejam: equipamentos urbanos e equipamentos urbanos comunitários, conforme mostrado no Capítulo II em seus artigos 4º e 5º:

Artigo 4º [...]

§ 2º - Consideram-se **comunitários** os **equipamentos públicos** de **educação, cultura, saúde, lazer e similares**.

Artigo 5º - O Poder Público competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa "non aedificandi" destinada a equipamentos urbanos.

Parágrafo Único - Consideram-se **urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.**

Já a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em seu documento NBR 9284, cujo título é equipamento urbano, classifica os equipamentos que dão sustentação às funções urbanas de forma diferenciada à da Lei Federal nº 6.766/79, não os subdividindo em categorias de equipamentos urbanos e equipamentos urbanos comunitários. Define apenas um grupo de equipamentos: os equipamentos urbanos. Conceitua-os como sendo: “todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados”. Considera equipamentos urbanos os destinados a: circulação e transporte; cultura e religião; esporte e lazer; infra-estrutura (sistemas de iluminação pública, comunicação, energias e saneamento); segurança pública e proteção; abastecimento; administração pública; assistência social; educação; e saúde.

Neste trabalho, adotou-se a definição de Equipamentos Urbanos Comunitários – EUCs estabelecida na Lei Federal acima referida, ou seja, consideram-se equipamentos urbanos comunitários aqueles voltados para a educação, cultura, saúde, lazer e similares.

Na perspectiva de Ferrari (1977) chama-se de equipamentos urbanos às obras e serviços, sejam públicos ou de utilidade pública que permitam a plena realização da vida de uma população.

O Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 10 de Julho de 2001, cita alguns artigos específicos de equipamentos urbanos, como se vê a seguir:

Art. 25 (Direito de Preempção) – O direito de preempção confere ao poder público municipal

preferência para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares, entre os itens citados inclui a implantação de equipamentos urbanos.

Art. 35 (Transferência do Direito de Construir) – Lei Municipal que autoriza o proprietário de imóvel urbano a exercer em um outro local o direito de construir previsto em legislações urbanísticas decorrentes, quando o referido imóvel for considerado para fins de implantação de um Equipamento Urbano Comunitário.

Art. 36 (Do Estudo do Impacto de Vizinhança) – Lei Municipal que definirá os empreendimentos e atividades privadas ou públicas em área urbana que dependerá, de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) para obter licença ou autorização de construção, ampliação ou funcionamento, a cargo do poder público municipal. A exigência do EIV não dispensa a prévia apresentação do Estudo do Impacto Ambiental (EIA), nem o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), quando exigidos pela legislação ambiental. O EIV inclui Equipamentos Urbanos Comunitários.

A existência de EUCs é considerada como um fator importante de bem-estar social e de apoio ao desenvolvimento econômico, assim como de ordenação territorial e de estruturação dos aglomerados humanos.

Para Cortés Torres (2000), o EUC é um suporte material para a prestação de serviços básicos de saúde, educação, recreação, esporte etc. É constituído por um conjunto de espaços e edifícios, cujo uso é predominantemente público.

Os equipamentos urbanos, a infraestrutura e as moradias, constituem os componentes físicos básicos para a existência de um bairro ou de uma cidade. Assim, a carência dos mesmos mostra as desigualdades sociais. Para o desenvolvimento econômico e o bem-estar

da população é incontestável a importância na cidade de todos os seus elementos constituintes.

Segundo Cortés Torres (2000, pg. 23), nas cidades mexicanas:

[...] “Subdesenvolvidas economicamente se observa na periferia um maior grau de carência, devido à ausência de um planejamento integral que corresponda às necessidades reais da maioria da população. A crescente e desordenada urbanização da Cidade do México, na periferia, tem trazido como consequência que muitos serviços urbanos não oferecem ou prestam serviços de maneira eficiente; tal é o caso da educação donde existem dificuldades de acesso, permanência e qualidade. Esta problemática se manifesta na insuficiência de escolas e das localizadas em locais incorretos”.

No Brasil, os meios de comunicação estão todos os dias focando os problemas em EUCs, como por exemplo: hospitais e centros de saúde lotados (pessoas atendidas, em macas, pelos corredores, por falta de leito) enquanto que em outros, estão vazios fechando por falta de pacientes; nas escolas públicas, turnos intermediários, crianças sendo transportadas por não terem escolas próximas de casa, escolas sem estrutura física ou mal conservadas, escolas novas e vazias por falta de alunos; praças abandonadas ou superlotadas; bairros sem segurança por falta de equipamento e de pessoal; inexistência de bibliotecas públicas etc.

Pode-se compreender baseado na afirmativa de Cortés Torres (2000), que as relações são as mesmas entre os dois países, Brasil e México, ou seja, os municípios crescem desordenadamente e sem planejamento efetivo e sem fiscalização séria.

Cortés Torres (2000) coloca ainda que para que estes equipamentos urbanos comunitários funcionem adequadamente, devem-se observar três pontos:

- Conservação e manutenção, incrementando e otimizando a prestação de serviços, aproveitando as instalações em sua total capacidade;
- Reestruturação dos edifícios e instalações a fim de oferecerem melhores serviços dentro de um contexto dinâmico e implantando inovações;
- Produção de novas unidades, em localizações adequadas e dimensionadas para cobrir as necessidades ainda não satisfeitas, levando em conta os desejos da sociedade e considerando as tendências do crescimento demográfico.

Como se sabe, cada EUC tem características e funções próprias. Eles são fundamentais para organizar e qualificar o espaço urbano e podem, por suas características ou importância, constituir-se em referência para os moradores da cidade.

Entende-se, também, que as cidades com o passar do tempo, com o crescimento demográfico e com a conseqüente mudança de mentalidade da sociedade que a compõe, altera seus espaços, sua forma urbana e sua imagem e nesse processo estão incluídos os EUCs.

É neste contexto que Guerra, (2007, p 241) enfatiza que:

A cidade estrutura o espaço e o tempo da vida cotidiana, na diversidade dos territórios e modos de apropriação que temos no dia a dia. Uma cidade sem equipamentos de suporte² à vida cotidiana, com espaços recortados e guetizados, sem relação entre si, com deficientes condições de mobilidade e de acessibilidade, e ainda, com degradação sucessiva de fatores identitários, é uma cidade sem qualidade.

² Entende-se por equipamentos de suporte o mesmo significado e função dos EUCs.

Portanto, ao se planejar e construir uma cidade sabe-se que o tecido urbano que a compõe e a identifica vai se alterando, conforme o modo de vida de sua população, suas expectativas e desejos. Estas mudanças além de exercerem substanciais influências na vida sócio-econômica da comunidade, influenciam também, no seu sistema de trânsito e transporte, na ampliação de seus equipamentos urbanos, no local de seus EUCs e áreas de entorno, nos custos da urbanização e no meio ambiente.

As figuras 18 e 19, a seguir, mostram equipamentos urbanos comunitários, símbolos das cidades de Joinville e Florianópolis, construídos em épocas distintas que representam o pensamento da sociedade em seus tempos.

Como exemplo tem-se, respectivamente, o Centreventos Cau Hansen³ (Figura 18), inaugurado em 1998 e o edifício do Teatro Álvaro de Carvalho⁴ (figura 19), construído em 1875.

³ O Centreventos Cau Hansen (fig. 18), localizado em Joinville, foi inaugurado em 1998 e é um complexo para eventos culturais e feiras comerciais. Sedia o Teatro Juarez Machado que é um auditório público, podendo abrigar espetáculos de dança, teatro, música e shows. Atualmente funciona como a principal casa de espetáculo de Joinville. Tem capacidade para 500 espectadores. Possui uma área de estacionamento de 12.000 m²

⁴ O Teatro Alvaro de Carvalho (fig. 19) localizado em Florianópolis, foi inaugurado em 1875. O prédio está tombado pelo Patrimônio Histórico do estado desde 1988. É utilizado para palestras, e espetáculos teatrais, musicais e dança. Tem capacidade para 461 espectadores e não possui área de estacionamento, uma característica da época em que foi construído.

FIGURA 18 - Centreventos Cau Hansen – Teatro Juarez Machado – Joinville, SC



Fonte:disponível em: <http://www.sctur.com.br/joinville/centroeventos>. Acesso em 10.07.2010

FIGURA 19- Teatro Álvaro de Carvalho – Florianópolis – inaugurado em 1875



Fonte:Disponível em <http://www.pmf.sc.gov.Br>. Acesso em 10.07.2010.

Nesse espírito, pode-se entender, a partir de Guerra (2007) que do ponto de vista sociológico, a cidade passa pela referência de

identidade urbana, ou seja: pela capacidade de cada um gostar do local onde mora porque se identifica com ele. Para a autora este sentimento alimenta um sentido de pertencimento, com impactos positivos não apenas nas formas de apropriação individual e familiar, mas também, no investimento social e coletivo na vida local.

Desta forma, importante destacar que este sentimento é alcançado quando a cidade tem na sua infraestrutura, aqueles itens obrigatórios em toda a sua área urbanizada e com toda a sua população atendida. No entanto, esses serviços urbanos que estão ligados aos EUCs, além de atenderem a sua área de abrangência planejada, deve garantir, sobretudo, a acessibilidade geral e irrestrita a toda comunidade.

2.8 Acessibilidade no Espaço Público

Com o crescimento da população e o aumento da expectativa de vida, deve crescer também, o esforço do poder público e privado para oferecer serviços que concedam às pessoas, qualidade de vida e bem-estar. As condições de urbanização que estão relacionadas com a acessibilidade precisam ser entendidas como um conjunto de fatores que tem relação direta com a qualidade de vida da população. Isto significa um conjunto de elementos que envolvem a vida na cidade, como o acesso à infraestrutura e transporte. Esta discussão mostra que a acessibilidade é a possibilidade que o indivíduo tem de interagir com o espaço urbano, de comunicar-se com outros cidadãos, tendo ele ou não limitações de mobilidade ou percepção sensorial. Como interpretam os estudiosos a acessibilidade integral implica em acessibilidade às edificações, ao meio urbano, ao transporte, à comunicação e aos serviços.

E por essa razão entende-se que, tanto as grandes cidades quanto as pequenas, deveriam buscar projetar um meio ambiente cada vez mais abrangente e menos restritivo, visando conferir um sentimento de bem estar às pessoas. Nessa busca, acredita-se, que a tendência nos equipamentos, no caso deste trabalho, EUCs, é seguir os princípios do design universal e inclusivo de forma a oferecer condições de utilização com segurança e autonomia às pessoas, para facilitar a locomoção e a percepção com o máximo de liberdade e aproveitamento.

Segundo Mace⁵ citado por Simões (2006, p. 14) entende-se por design universal como o “design de produtos e do meio edificado de modo a poderem ser usados por todos, o mais abrangentemente possível, sem necessidade de adaptações ou soluções especiais; visa a todas as pessoas de todas as idades, estaturas e capacidades”.

Assim, pode-se afirmar que a acessibilidade é a característica de um meio físico ou de um objeto que permite a interação de todas as pessoas com estes e a utilização destes de uma forma equilibrada e segura. Isto significa igualdade de oportunidades para todos os utilizadores, quaisquer que sejam as suas capacidades físicas e mentais.

Apresenta-se, a seguir, alguns entendimentos sobre acessibilidade para contextualizá-la, aproveitando o ponto de vista de alguns pensadores.

É um indicador que permite avaliar a facilidade de acesso da população de uma determinada área para outra. Pode ser avaliada pelo tempo que se leva de um ponto a outro, assim como pela distância. (LIMA, 1998).

A acessibilidade é a facilidade com que cada ponto pode se ligar com outros, podendo ser um fator determinante na distribuição das atividades numa determinada área. Uma área com mais acessibilidade tenderá a ser mais atrativa que outra. (DAVIDSON *apud* LIMA, 1998).

Ser acessível é a condição que cumpre um ambiente, espaço ou objeto para ser utilizado por todas as pessoas. Esta condição é um direito universal, pois a referência a todas as pessoas no plural se associa a uma realidade essencial: a diversidade característica dos seres humanos. A cidade precisa respeitar esta diversidade. É do seu interesse estar adequada arquitetonicamente, de

⁵ Ronaldo Mace, arquiteto norte americano, nos anos 1980 usou pela primeira vez o termo Design Universal, estabelecendo um conceito mais abrangente que não se restringe à criação de condições de uso pela população com deficiência.

modo a facilitar a integração de todos os indivíduos que nela residem. (AZEVEDO, 2001).

A vida em comum pressupõe que todos os habitantes da urbe, para serem plenos de cidadania, tenham EUCs acessíveis às suas necessidades, independentemente do seu grau sócio-econômico, idade ou necessidade especial. Conseguir acessibilidade urbana sustentável é primordial para a melhoria do ambiente urbano e para a viabilidade dos EUCs.

A cidade do século XX foi marcada pelo surgimento de novos lugares voltados para o espetáculo e o entretenimento. As ruas, as calçadas, as praças e toda uma sorte de espaços públicos tradicionais na história urbana, foram “resignificados”, ou seja, ganharam novas conotações simbólicas e valores. O caos urbano, a velocidade dos automóveis e da vida agitada das metrópoles modernas (sintomas que já se estendem para cidades menores), aliados a falta de segurança nas ruas, criou um novo ambiente urbano muito pouco favorável para a vida comunitária nos lugares públicos [...] com o surgimento de lugares que se voltam para si e menos para a cidade. (DIAS, 2005).

Koga (2003, p. 23), analisando espaço público urbano como território escreve que este é:

“O chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade e as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes aos cidadãos, as condições de vida entre os moradores mostram-se diferenciadas, a presença-ausência dos serviços públicos se faz sentir e as qualidades destes mesmos serviços apresentam-se desiguais”.

Por isso, a capacidade e a versatilidade das deslocções modulam a utilização que seus usuários fazem do território, ativando e desativando parte de um todo quase permanentemente em uso. O papel da acessibilidade tanto pode ser o de obedecer as articulações projetadas como estabelecer novas. O reforço da acessibilidade é o fator que possibilita uma mistura de usos e os associa.

Entende-se, então, que o espaço público urbano acessível, se constrói a partir da relação entre este e as pessoas que nele vivem, o que permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelos moradores do lugar, suas relações e diferenças.

Somando-se a esta visão, Santos (2000) acredita que no dia a dia, a sociedade global vive apenas por intermédio das sociedades localmente enraizadas, interagindo com o seu próprio entorno, refazendo todos os dias essa relação. Isto, por consequência, faz com que todos interajam em busca de um local flexível e acessível.

Da perspectiva do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 2001):

Os valores do espaço urbano, vividos e percebidos por diferentes grupos sociais e pelas diferenças individuais, se configuram nas necessidades e práticas de uso e ocupação de determinado lugar, pois diferenças individuais significam, também, necessidades espaciais e práticas do espaço diferenciado. O espaço urbano se concretiza para uma pessoa quando sua experiência com ele é total. Interessa, portanto, interpretar a acessibilidade e as necessidades específicas das pessoas como parte de um fenômeno maior e integral, que não pode ser decomposto. [...] a cidade se constitui em uma multiplicidade de lugares particulares. A acessibilidade no espaço urbano se concretizará, então, na oferta de alternativas que criarão e assegurarão a existência de todos na cidade e o exercício da sua cidadania social, política e cultural.

Já Santos (1993, p. 69) diz:

Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar.

Ainda, segundo o IBAM (op.cit.), a acessibilidade se processa no espaço e deve ser prevista no planejamento deste, sendo que a organização e a ordenação desta acessibilidade estão intrinsecamente relacionadas às condições geográficas existentes no espaço físico, ao perfil sócio-econômico e aos aspectos culturais da população. Todos os itens acima têm para a acessibilidade importância equivalente e são parâmetros que qualificam o espaço urbano, no suprimento da população frente às necessidades de moradia, trabalho, saúde, transporte, educação e lazer. Alerta, também:

Que o espaço da cidadania transcende a capacidade qualitativa do espaço físico, por estar fundamentado na garantia dos direitos essenciais do ser humano, cabendo ao poder público políticas de acessibilidade, nos territórios [...] esta separação de classes sociais e funções no espaço urbano denominado de segregação espacial, são graus de acessos diferenciados, que configuram territórios específicos para cada grupo social em uma mesma cidade. Fica claro uma separação em territórios com influência direta no cotidiano e nos espaços de troca e socialização entre as diferentes pessoas. Estando esta separação por muito tempo ligada à história da formação das cidades, o que se almeja hoje, é que a acessibilidade seja incorporada de maneira natural e espontânea no planejamento do território e da cidade. Importante mapear as necessidades das pessoas no território (barreiras sociais), as necessidades físicas do lugar (barreiras físicas), as tendências de expansão do perímetro urbano e ocorrências de novas barreiras. Assim como a análise das tendências de crescimento da cidade, levando em conta a expansão horizontal do solo urbano que influi diretamente nos serviços urbanos e nos equipamentos urbanos comunitários que devem proporcionar qualidade no espaço. (IBAM, 2001).

No entanto, pelo que se acompanha, todos os dias, pelos meios de comunicação, esta qualidade está comprometida, pois há inadequação e falta destes equipamentos, não só no sentido quantitativo e de qualidade de atendimento, mas também, de localização.

O que se infere é que a gestão municipal não observa as alterações decorrentes do crescimento no seu município, que acontecem de acordo com a dinamicidade e com os valores da organização social que a compõe. Tem-se, então, uma contradição a resolver, pois ao mesmo tempo em que se aceita e se defende que todos tenham os mesmos direitos e igualdades de acesso, a cidade estática não permite que tal aconteça.

Falcato (2002) entende que se continua a gerir e edificar as cidades, excluindo-se grande parte de seus habitantes, de modo a que só parte da população tenha acesso a tudo o que se oferece. A sustentabilidade da cidade está ligada aos seus aspectos sócio-econômicos e para que ela aconteça, os gestores devem promover a igualdade e a integração social, assegurando-se de que os serviços e equipamentos básicos, para ensino, saúde, lazer etc., estejam disponíveis para todos os cidadãos.

Entende-se, também, que o poder público ao definir um EUC, deve se fixar no conceito de cidade como um conjunto de cidadãos.

O ambiente edificado deve servir os cidadãos, deve adaptar-se às suas necessidades e limitações e não exigir que sejam os cidadãos a adaptarem-se a um ambiente hostil ou mesmo impossível de usar [...] Mas o que temos vindo a assistir, devido às alterações demográficas em curso na maioria dos países industrializados, é uma crescente desadequação das cidades existentes. (FALCATO, 2002. P. 38).

Portanto, os EUCs devem ter acessibilidade no sentido mais amplo da palavra, servindo a todas as pessoas, ultrapassando as suas

dificuldades, adaptando-se aos seus movimentos, pois se assim não for, correm o risco de tornarem-se inóspitos.

Para se conseguir boa acessibilidade urbana é necessário definir indicadores, estabelecer metas e controles em consonância com as políticas públicas desejadas e melhorar as condições de mobilidade visando esta acessibilidade.

O IBAM sugere que a capacidade de uso da cidade, para atender as demandas de acessibilidade, provém “[...] das condições físicas do local geográfico, da linguagem regional e herança cultural, das condições socioeconômicas e das políticas definidas pelo poder público”. Tudo isso levando em conta o crescimento da população e de todos os fatores envolvidos que auxiliem na determinação da melhor qualidade de vida possível para sua população.

Entende-se, então, que se o objetivo do poder público é uma cidade que seja adotada pela sua população, como “*minha cidade*”, com alto-estima elevado, economicamente sustentável, integrada e confortável, o plano diretor e o seu planejamento, assim como a gestão pública na sua política, têm de ser centrados nas pessoas e isto pressupõe escutá-las e ter respeito pelos seus direitos, assim como entender as desigualdades sociais e físicas, inerentes a elas.

Segundo Falcato (2002, p 38):

Ter em consideração a acessibilidade das cidades significa um aumento de qualidade de vida da população em geral, resultado de um maior conforto e segurança, no entanto, para a população com deficiência é a única forma de poder ter uma vida independente, ativa e participativa.

Pela importância do assunto e pela sua contribuição no enriquecimento deste estudo abordar-se a seguir, considerações sobre a qualidade de vida urbana, a partir do ponto de vista de alguns autores.

2.9 Qualidade de vida Urbana

Este é um assunto que se tem tornado de extrema relevância nas discussões das análises políticas e sociais, pelos gestores não só dos órgãos públicos, como também, das instituições privadas, sobretudo na questão da qualificação das cidades. Corroborando com esta visão, Santos et al (2005, p. 7) ressalta que:

A forte competição existente entre os diferentes centros urbanos na captação de investimentos e de recursos humanos qualificados, associada a uma maior consciencialização e exigência por parte dos cidadãos com as suas condições de vida, levou a que os diversos aspectos associados à qualidade de vida sejam uma preocupação central das administrações públicas aos diversos níveis, local, regional e nacional”.

A Qualidade de vida – (QV), independente de etnia, de nível social e cultural, é almejada por todo indivíduo. Muito embora haja uma vasta literatura definindo e classificando os critérios de qualidade de vida, existem outros fatores que influenciam nesta condição que varia de indivíduo para indivíduo, pois cada qual tem as suas metas, suas prioridades, seus conceitos de conforto e de bem-estar. E em consequência disso, buscam essa condição (QV) aparente, muitas vezes, onde ela não existe.ou as chances de alcançá-la são remotas.

Mas diante de tanta discussão sobre esse conceito tão subjetivo, o que caracteriza a qualidade de vida? Quando se pensa em qualidade de vida logo se relaciona com a satisfação das necessidades do ser humano ou de uma população com as suas necessidades básicas atendidas. Mas é possível ter qualidade de vida somente com as necessidades básicas?

De acordo com estudiosos (Azahan, et al. (2009); Souza & Carvalho (2003)) pode-se entender que o termo (QV) faz referência ao bem-estar geral dos indivíduos e das sociedades. É usado em vários contextos, incluindo as áreas de saúde, política e social. Alertam os autores que a qualidade de vida não deve ser confundida com o conceito de padrão de vida, que se baseia principalmente na renda. Em vez disso, os indicadores padrão de QV incluem, não apenas riqueza e emprego, mas também o ambiente construído, acessibilidade e mobilidade a este,

assim como, saúde física e mental, educação, recreação e lazer. Para Santos et. al. (2005, p. 8):

A qualidade de vida é um conceito multidimensional, complexo e dinâmico que tem vindo abranger diferentes significados e variações consoantes à perspectiva e/ou campo do saber como a economia, a sociologia, a psicologia, a história, a medicina, a epidemiologia, etc.

Das diversas abordagens e problemáticas relacionadas com o conceito de qualidade de vida, decorrem três grandes perspectivas de análise. Uma primeira trata da distinção entre os aspectos materiais e imateriais da qualidade de vida. [...] Os aspectos materiais dizem essencialmente respeito às necessidades humanas básicas [...] historicamente e para sociedades menos desenvolvidas, estas questões materiais eram decisivas, hoje em dia, as questões imateriais mais ligadas ao ambiente, ao património cultural, ao bem estar, tornaram-se centrais.

Uma segunda faz a distinção entre os aspectos individuais e os coletivos. As componentes individuais mais relacionadas com a condição econômica, a condição pessoal e familiar dos indivíduos, as relações pessoais, e as componentes coletivas mais diretamente relacionadas com os serviços básicos e os serviços públicos.

A terceira perspectiva de análise é a distinção entre aspectos objetivos e subjetivos da qualidade de vida. Os primeiros seriam facilmente apreendidos através da definição de indicadores de natureza quantitativa, os segundos remeteriam para a percepção subjetiva que os indivíduos têm da qualidade de vida e que é muito diferente de pessoa para pessoa, e de estrato social para estrato social.

Este último aspecto é de fundamental importância: os indicadores de qualidade de vida têm diferentes

traduções, consoante a estrutura sócio-económica da população e, portanto, o mesmo indicador pode ser percebido de forma diferente por estratos sócio-económicos diferentes.

Azahan et al., (2009) complementa ainda que uma cidade tem boa qualidade de vida quando tem um bom meio ambiente⁶ e uma infraestrutura⁷ que ofereça bom padrão, em número suficiente e, sobretudo eficiente.

Santos et al (2005) apontam duas outras questões que são também fundamentais e que devem ser equacionadas quando se analisa a QV e quando se quer definir um conjunto de indicadores desta. A primeira tem a ver com o fato de as necessidades dos indivíduos estarem intimamente relacionadas com o contexto social, político e cultural em que vivem. A segunda está relacionada com a caracterização de um espaço em termos de bens e serviços existentes: a sua acessibilidade e facilidade de utilização. Diretamente relacionado com este último aspecto, coloca-se também a questão do nível de satisfação da população que utiliza esses mesmos bens e serviços, o que será fundamental na análise mais subjetiva da percepção da qualidade de vida.

Neste sentido, este estudo procurou saber como os gestores públicos definem o local de implantação de seus EUCs visando,

⁶ Um bom meio ambiente urbano, na visão de Jacobi (2006) é aquele que tem um nível de degradação mínimo, principalmente nas regiões habitadas por pessoas mais carentes. Ou seja, está livre de enchentes, de má gestão de resíduos sólidos, de degradação de recursos hídricos, de impacto pelo trânsito desestruturado e violento. Considera também, que um bom meio ambiente urbano deve ter uma boa definição do uso e ocupação do solo, sem perda da biodiversidade e cobertura vegetal, assim como, um bom sistema de transporte público, e acesso aos serviços e estruturas básicas. Considera, ainda que o meio ambiente urbano deve ter um mínimo de ambientes segregados e altamente degradados.

⁷ Entende-se por Infraestrutura urbana, como um sistema técnico de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas, podendo estas funções serem vistas sob os aspectos social, econômico e institucional (Zmitrowicz, 1997).

também, com isso, saber como são atendidas as necessidades da população e por consequência, até que ponto o planejamento de implantação de seus EUCs, contribui para a qualidade de vida de seus munícipes.

CAPÍTULO III

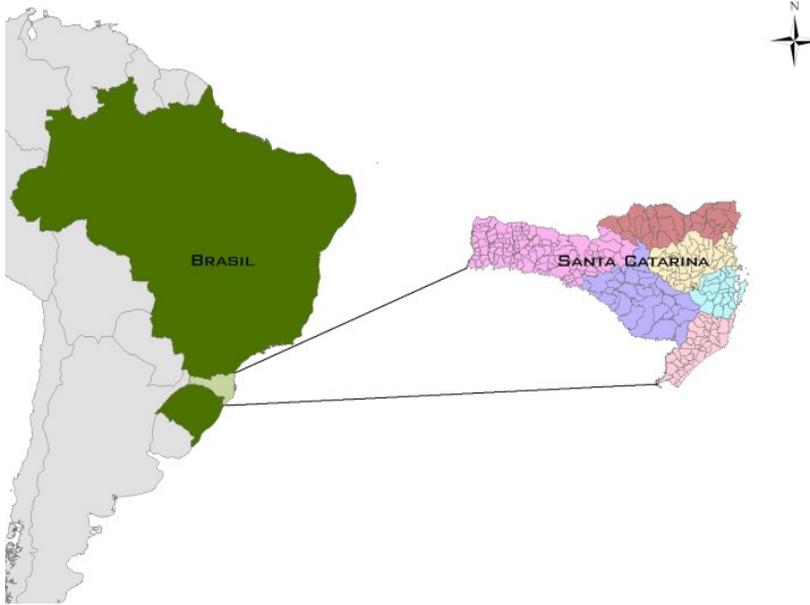
Neste capítulo apresentam-se a localização e as características populacionais das cidades que serviram de objeto deste estudo. Mostra-se a forma como foi realizada a pesquisa e a metodologia adotada. Aborda-se a descrição metodológica dos procedimentos utilizados, as estratégias usadas na recolha e na análise dos dados.

3. Metodologia da Investigação

3.1 Santa Catarina: suas cidades e etnias

Santa Catarina é um dos estados que forma a região sul do Brasil, conforme mostra a figura 20. Estudos sócio-econômicos mostram que a população do estado⁸ é formada por mais de cinquenta etnias, sendo as predominantes aquelas descendentes de portugueses, alemães, italianos e, em menor medida, eslavos (poloneses).

⁸ Os dados aqui apresentados a respeito das etnias: italiana, alemã e portuguesa, foram elaborados por Seyferth e Fausto (2008), Zanelato (2011) e constam no “*site*” do Ministério das Relações Exteriores.

FIGURA 20 – Localização do Estado de Santa Catarina - Brasil

Fonte: Elaborado por Roberval Felipe Pereira Lima, Geógrafo, (2010)

De acordo com Monteiro (2000) a Região Sul do Brasil teve sua formação étnica complementada por outras raças, que embora em proporções bem mais reduzidas que os portugueses, alemães e italianos, contribuíram a seu modo para a consolidação do espírito progressista que hoje caracteriza o estado de Santa Catarina.

Os imigrantes açorianos vieram para Santa Catarina bem mais tarde, no século XVIII. Pouco afeitos aos labores agrícolas, não penetraram muito a mata, havendo apenas explorado algumas terras ao longo dos rios, com o uso do braço escravo. Vencer a mata, sobretudo as cabeceiras montanhosas dos rios, de terras menos produtivas que as das longas vargens, foi o desafio dos alemães.

Os primeiros imigrantes alemães chegaram ao Brasil logo após a Independência, dentro de um programa de colonização idealizado pelo Governo brasileiro, que visava o desenvolvimento da agricultura e a ocupação do território no Sul do País.

Durante quase todo o período de duração do fluxo imigratório (entre 1824 e 1937), a imigração alemã se caracterizou pela participação contínua no processo de colonização em frentes pioneiras – compartilhada por outros imigrantes europeus, sobretudo italianos – que resultou na formação de um campesinato de pequenos proprietários. Neste processo, os alemães e seus descendentes ajudaram a ocupar as terras públicas dos três estados do sul.

Na citação, a seguir, mostra-se o sentimento dos imigrantes.

Sacrifícios, renúncias e tristezas caracterizavam a vida destes primeiros pioneiros. Atraídos pela propaganda romântica e cheios de ilusões, sentiram-se decepcionados e ludibriados, quando olharam a clareira de 200 x 1000 metros na selva virgem, um vasto lodaçal, uma quantidade interminável de tocos de árvores abatidas, que, em parte, ainda jaziam no local, alguns ranchos cobertos de sapé, aqui e ali umas pequenas plantações de milho, de mandioca, de batata doce... (FICKER, 1965, p.81)

As mais bem-sucedidas foram aquelas que passaram por um processo de desenvolvimento econômico com a industrialização: Blumenau, em 1850, e Joinville em 1851. As duas colônias foram as responsáveis pelo sucesso da colonização alemã no Estado, pois foi através delas que os imigrantes alemães se expandiram.

Passam-se cinco anos e 1248 colonos habitam o núcleo. Existem 68 casas, na sede e 147, na zona rural. A atividade principal está se encaminhando para a indústria. Já são trinta os engenhos de mandioca; quatro, os de arroz e nove, os de cana de açúcar. (SACHET; SACHET, 1997, p. 99)

Os alemães mantiveram-se isolados durante décadas em suas colônias, mantendo pouco contato com o restante da população do Brasil. Esse isolamento fez nascer no Estado uma forte raiz germânica, sentida em vários aspectos da sua população. Tiveram como característica marcante a manutenção da língua e da cultura original, da sua própria imprensa, de suas escolas e associações germanizadas e de sua arquitetura, criando assim, condições para o surgimento de uma

etnicidade teuto-brasileira, cuja marca é o pertencimento primordial a um grupo étnico demarcado pela origem alemã conforme Zanelato (2011).

Esta clausura resultou em uma longa história de atritos com a sociedade brasileira, que culminou com a campanha de nacionalização durante o Estado Novo (1937-1945) – uma tentativa de acelerar o processo assimilacionista. Os ideais primordiais de pertencimento étnico, embora atenuados, não desapareceram após a Segunda Guerra Mundial e podem, ainda hoje, ser percebidos nas principais regiões de colonização alemã.

Os italianos começaram a imigrar em número significativo para o Brasil a partir de 1870. Foram impulsionados pelas transformações sócio-econômicas em curso no Norte da península italiana, que afetaram, sobretudo a propriedade da terra.

No fim do século XIX, a partir de 1875 os italianos começaram a chegar ao Estado e foi a maior corrente migratória já recebida por Santa Catarina. Eles ocuparam principalmente a Região Sul do Estado, próxima ao litoral.

Em abril de 1877, um grupo de 291 colonos vênetsos desembarca em Laguna. Em barcos rebocados, eles sobem o rio, até Tubarão. Daí para a sede do núcleo colonial, o trajeto de vinte quilômetros é percorrido a pé, com as bagagens transportadas em mulas. [...] Em dezembro de 1879, uma nova leva de imigrantes, ao todo 22 famílias, 130 pessoas, não encontra lotes disponíveis em Urussanga. Empurrados mata a dentro, por um grupo de soldados, impedindo-lhes o retorno, depois de 25 quilômetros de floresta, em 6 de janeiro de 1880, os italianos acampam. Era o início do núcleo de Criciúma. (SACHET; SACHET, 1997, p. 125 e 127)

No início do século XX, italianos vindos do Rio Grande do Sul passaram a migrar para o Oeste de Santa Catarina, e ali as colônias italianas prosperaram.

Estabelecido em Chapecó com sua empresa de colonização desde o início da década de vinte, Ernesto Francisco Bertaso via apenas um aglomerado de pequenas casas. Então, com sua visão voltada para um futuro promissor, planejou, traçou e implantou tudo sem esquecer de nenhum detalhe para a época [...] A cidade planejada só tornou-se acolhedora graças a um povo laborioso e trabalhador que acreditou nele e aqui fincou suas raízes, tão profundas, que nos dão a certeza de que este fluxo de expansão continuará por tempos afora. (ZOLET, 2006, p. 33)

Cidades do Sul como Criciúma, Urussanga e Nova Veneza, preservam, ainda hoje, tradições herdadas dos pioneiros: o cultivo da uva e do vinho; o amor à boa mesa; a alegria; e a religiosidade. A heterogeneidade étnica que fez nascer o serrano catarinense inclui ainda os tropeiros que faziam a rota entre o Rio Grande do Sul e São Paulo:

Lages, que já era um ponto relevante da rota, localizada no extremo sul de uma região de mata virgem, que era passagem absolutamente obrigatória,[...] tornou-se ponto inevitável de descanso das tropas de muares, bovinos e cavaleiros que dos campos platinos e riograndenses rumavam para Sorocaba [...] o primitivo posto de tropeiros, por volta de 1740 já se transformava em centro comercial de relevância. (COSTA, 2001, p. 22).

Os japoneses e os austríacos ocuparam as férteis terras do Oeste. Todos responsáveis pela rica diversidade cultural e sociológica de Santa Catarina.

Na primeira metade do século XX, um novo e agressivo processo de colonização se concretizou, atingindo as regiões Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina.

A participação de companhias colonizadoras, inclusive internacionais, promovendo uma

ocupação considerada à época, racional, aliada à morfologia e hidrografia da região, produziu um padrão de unidades de assentamento caracterizado por lotes longos, os quais iam da borda do rio à cumeeira das elevações. [...] Tal multitude de pontos de assentamento impostos pelo padrão então considerado, possibilitou também o surgimento de um grande número de vilas que, mais tarde, se transformarem em pequenas e médias cidades, promovendo o retalhamento político-administrativo do Estado e, ao se transformarem em pontos de produção de outras atividades que não a de natureza agropecuária, passaram a contribuir para o aumento de demanda por infra-estrutura, como estradas integradoras, por exemplo (ZEFERINO, 2000, p. 51).

Grosso modo, o estado catarinense é formado de cinquenta por cento de lusos, índios e afros, e cinquenta por cento de imigrantes, principalmente alemães e italianos (incluídos nesta contagem eslavos, gregos, semitas, japoneses e espanhóis) (PAULI, 2008).

Em consequência da miscigenação étnica também se dá à miscigenação da cultura em geral, onde se inclui o planejamento da cidade, baseado no modo de viver e na tradição.

Para Pauli (2008), no Estado de Santa Catarina do futuro, na definição da identidade catarinense há que incluir todas as etnias e culturas, não como uma coleção de grupos a se manterem separados e justapostos, mas sim, como uma confluência para um só grupo, com as mais variadas raízes. Importa distinguir entre o étnico e o cultural.

Aos alemães efetivamente se deve parte significativa na definição étnica do catarinense e na expressividade econômica do Estado, o qual sem eles não seria tão representativo quanto efetivamente veio a ser. Enquanto a população luso-afro-brasileira apresentava cerca de 5% de alfabetizados, cerca de 80% da alemã imigrada era alfabetizada. Também logo desenvolveu uma economia tipo classe média, – casas frequentemente construídas com boa estrutura arquitetônica, quintais em seu torno, engenhos tecnicamente melhorados. Desenvolveram com relativa rapidez a indústria moderna. Nenhum Estado da União é tão germanizado e nenhum apresenta uma

distribuição de núcleos coloniais tão homogêneos, quanto o Estado de Santa Catarina.

Na região de campos de Lages, a população se identificava com a economia pastoril, com a fazenda de criação. Segundo Santos (2000), as condições sanitárias, em ambos os casos eram precárias, pois na passagem do século ainda não havia redes de água encanada e esgotos.

Para Zeferino (2000), no século XX, Santa Catarina segue a mesma tendência mundial, em que o homem elegeu a vida urbana como seu *modus vivendi*. Ela é portadora dos efeitos de um processo que vem se manifestando em todo o mundo, em especial nos países de terceiro mundo: a intensa urbanização de sua população.

O conjunto de cidades catarinenses sofreu com os impactos de mecanismos responsáveis pela explosão urbana ocorrida em todo o mundo. Dentre eles estão o crescimento demográfico, êxodo rural, melhoramentos nos transportes, mudança importantes nos setores econômicos, entre outros. A história da colonização de Santa Catarina como se vê é recente e as suas regiões baseadas nas diferentes etnias mostram cidades de formatos diferentes. Cada região estruturou as suas cidades dentro das características próprias das suas origens, trazidas pelos pioneiros colonizadores.

Pode-se observar que as cidades escolhidas para este trabalho, representam todas as colonizações e suas etnias e refletem como o povo catarinense vive e se desenvolve, cada qual dentro de suas características e dentro do progresso adquirido através dos anos e de seus empreendedores. Entretanto, sabe-se que independente da cultura das etnias, e do local onde se inserem, a necessidade de infraestrutura, de serviços públicos do ponto de vista de saúde, educação, lazer, etc, existem e quanto maior for a expansão demográfica do local, maior será a demanda deste serviços. Neles incluem-se, no mínimo, os EUCs básicos. A tabela 5 abaixo, apresenta os números relativos a dois tipos de EUCs, voltados para a Educação e Saúde, conforme CENSO 2010, das cidades objeto do presente estudo.

Tabela 5 – Cidades pesquisadas –Equipamentos de Saúde e Educação (2010)

Cidade	Estabelecimento Municipal de Saúde	Ensino Pré-Escolar Municipal	Ensino Fundamental Municipal
<i>Florianópolis</i>	57	138	113
Santo Amaro da Imperatriz	03	16	17
Rancho Queimado	02	03	05
<i>Blumenau</i>	69	145	86
Ibirama	12	08	10
Presidente Getúlio	07	10	10
<i>Criciúma</i>	56	106	96
Araranguá	17	33	43
Laguna	24	36	37
<i>Chapecó</i>	34	91	89
Pinhalzinho	02	10	05
Palmitos	06	07	11
<i>Lages</i>	34	84	107
Urubici	03	08	13
Bom Retiro	04	06	15
<i>Joinville</i>	73	222	147
Campo Alegre	05	07	08
São Bento do Sul	24	39	38

Fonte: Elaborada pelo autor. Fonte: IBGE-cidades. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel>. Acessado em 19.01.2013.

Todas as cidades citadas na tabela acima fizeram parte desta investigação. Aquelas que são mostradas com grifo são as seis cidades escolhidas, por serem a mais populosa de cada mesorregião do estado e as demais foram escolhidas por facilidade ao autor, próximas a estas, para a comprovação do resultado da pesquisa.

3.2 Procedimentos Metodológicos

3.2.1 Caracterização da Pesquisa

Do ponto de vista metodológico, este trabalho trata-se de uma Pesquisa Básica. Entende-se por pesquisa básica aquela que objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista.

Este tipo de pesquisa visa esclarecer e modificar conceitos e idéias para a formulação de abordagens posteriores. Ela procura proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que este possa formular outros problemas ou criar novas hipóteses para pesquisas e estudos posteriores (GIL, 2006), como por exemplo, para este caso, desenvolver um método, para ajudar aos gestores municipais, na tomada de decisão na definição do local de implantação de EUCs.

Pela sua natureza classifica-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Este tipo de pesquisa tem a finalidade de familiarizar-se com o fenômeno estudado para obter uma nova percepção a seu respeito, descobrindo assim, novas ideias em relação ao objeto de estudo. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e de estudo de caso.

Bryman (2000) e Cassel & Symon (1999) definem a pesquisa qualitativa como um conjunto de técnicas diferentes usadas para interpretar, descrever e codificar os componentes do fenômeno social e compreendê-los do ponto de vista dos indivíduos em seus meios.

Em relação a forma de abordagem do problema, pode-se caracterizar ainda, como uma pesquisa quali/quantitativa, pois as duas abordagens em dado momento da investigação foram aplicadas. Acredita-se que isto é necessário uma vez que além dos dados qualitativos, são também quantificados dados (número de prefeituras, de entrevistados, população, região, etc.) necessários para a estatística dos resultados obtidos. Isto significa traduzir em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.

Procurando desenvolver este trabalho dentro desse contexto, é que algumas dessas características foram aplicadas tais como: foco na interpretação, contextualização, voltado mais para o processo do que para o resultado, utilização de diversas fontes de dados, flexibilidade no processo da investigação e ênfase na subjetividade.

A metodologia escolhida, o estudo de caso, examina o caso em detalhe e em profundidade, no seu contexto natural, reconhecendo-se a sua complexidade e recorrendo-se para isso, a todos os métodos que se revelem apropriados (Yin, 2004). Para melhor alcançar os objetivos definidos, neste estudo de caso (múltiplos), foi importante entender a pesquisa como uma busca de informações feitas de forma sistematizada, organizada e racional. Esta visão é fundamental para que o pesquisador saiba utilizar o conhecimento anterior acumulado e manuseie (trate), cuidadosamente os diferentes métodos e técnicas para obter resultados pertinentes às suas indagações (DIAS, 2000; MARCONI e LAKATOS, 1992).

Assim, é uma pesquisa com características exploratória e descritiva. Exploratória porque envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram, ou têm experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão do estudo. Descritiva porque visa mostrar as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de questionário, como técnica padronizada de coleta de dados. Assume, em geral, a forma de levantamento (GIL, 2006). Segundo Cervo e Bervian (1983), observa, registra, analisa e correlaciona fatos e variáveis e procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que os fenômenos ocorrem, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características.

3.3 Procedimentos Técnicos

Para que se concretizassem os objetivos estabelecidos neste estudo, foram utilizadas para a pesquisa as seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; levantamentos e estudo de casos múltiplos.

3.3.1 Pesquisa Bibliográfica

Baseou-se em referencial teórico e foi elaborada a partir de materiais publicados: livros, teses, trabalhos acadêmicos, artigos de periódicos impressos e disponibilizados em via digital na Internet.

3.3.2 Pesquisa Documental

Foi executada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, principalmente dados relacionados às cidades, como população, características, história etc.

3.3.3 Levantamento dos dados

A pesquisa envolveu a interrogação direta de pessoas, através de entrevista e questionário, para se conhecer a forma como se faz a definição do local de implantação dos EUCs. Os atores entrevistados eram, naquele momento, responsáveis pelos órgãos das prefeituras, ou indicados por estes, que projetam e definem a implantação dos equipamentos urbanos comunitários.

3.3.4 Estudo de caso

Visa proporcionar um estudo acerca do modo como vem sendo tratado o assunto tema da pesquisa, visando o seu amplo e detalhado conhecimento. Para Barros e Lehfeld (1999), o estudo de caso por sua característica de ser uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente (sociedade, empresa, pessoa, comunidade etc.), não admite visões isoladas, parceladas e estanques. Constitui-se de um tipo de pesquisa para análise de um caso individual ou múltiplos, que se volta à coleta e ao registro de informações sobre um ou vários casos particularizados, elaborando relatórios críticos organizados e avaliados, dando margens a decisões e intervenções sobre o objeto escolhido para a investigação, permitindo o seu amplo e detalhado conhecimento.

Nas reflexões para estabelecer a metodologia, é salutar recorrer à Argan (1998, p. 6), que disse: “Para ser o historiador da cidade, o que para mim é o mesmo que ser o historiador da arte, a experiência foi fundamental, ainda que angustiante”. Daí a importância do interrogatório semi-estruturado com os responsáveis pelo processo de decisão das prefeituras.

Como saber científico do realizar urbano, imagina-se uma investigação no seu sentido mais íntimo, com a participação dos atores decisivos, para que se possa entender essa questão. Este trabalho parte de uma preocupação mais utilitária e pragmática, para depois evoluir para um estudo mais qualitativo, que vise à definição do melhor local dos equipamentos urbanos comunitários, nas cidades, avaliando-se todos os indicadores possíveis e necessários para o melhor desempenho destes equipamentos.

Objetivamente, buscando contemplar os aspectos considerados anteriormente, realizou-se os seguintes procedimentos analíticos:

- 1). Verificou-se de que forma são definidos os locais de implantação dos equipamentos urbanos comunitários nos municípios pesquisados;
- 2). Procurou-se contextualizar as cidades pesquisadas e verificar que relações podem ser estabelecidas entre elas, nas definições de locais de implantação de seus equipamentos urbanos comunitários.

3.4 Unidade de Análise e Recorte Temporal

O Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) divide o Estado de Santa Catarina em seis mesorregiões (Fig. 21): Norte (26 municípios); Serrana (25 municípios); Oeste (124 municípios); Vale do Itajaí (53 municípios); Grande Florianópolis (22 municípios); e a do Sul (43 municípios). Dentro destas mesorregiões, as cidades estão divididas por associações de municípios, sendo em número de quatro na Norte, duas na Serrana, oito na Oeste, três na Vale do Itajaí, uma na Grande Florianópolis e três na do Sul.

FIGURA 21 - Mesorregiões do Estado de Santa Catarina

Elaborado por: Roberval Fellipe Pereira Lima, Geógrafo - Fonte: IBGE, (2008)

Baseado nesta divisão definiu-se para este trabalho, por se entender representativo, pesquisar a cidade de maior população de cada mesorregião. A título de análise de consistência dos resultados obtidos, e a fim de ampliar o entendimento, mais duas cidades de cada mesorregião, foram escolhidas pela técnica de amostragem por conveniência, considerando-se o período de 2006 até a 2010, ou seja, da gestão em andamento.

As seis cidades, ou seja, as de maior população da mesorregião foram escolhidas pela técnica não probabilística de amostragem de julgamento. Gates e McDaniel (2003, p.385) afirmam que esta técnica é utilizada quando uma amostra é selecionada de acordo com um critério de seleção específico, como neste caso, as questões geográficas e a maior população, referentes às cidades de cada mesorregião.

Segundo Anderson, Sweeney e Willians (2007, p. 264), esta técnica é adequada quando o pesquisador possui uma vivência mais próxima em relação ao tema pesquisado: “Nessa abordagem, a pessoa que conhece mais profundamente o tema do estudo escolhe os elementos que julga serem os mais representativos da população”.

Como o pesquisador exerceu a função de Secretário de Planejamento e de Serviços Urbanos do maior município catarinense, Joinville, e também o cargo de Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina, uma Universidade multi-campi, com *campus* nas seis mesorregiões do Estado, a experiência adquirida no exercício destas funções suporta a confiança na representatividade do recorte escolhido.

Entende o pesquisador que os municípios mais populosos e que, conseqüentemente, viveram este processo de crescimento populacional nas últimas décadas, hipoteticamente, se estruturaram melhor para responder aos problemas gerados, justificando este recorte.

Baseados nos dados fornecidos pelo IBGE, as cidades mais populosas por mesorregião são:

- Norte Catarinense: Joinville;
- Vale do Itajaí: Blumenau;
- Grande Florianópolis: Florianópolis;
- Serrana: Lages;
- Oeste Catarinense: Chapecó;
- Sul Catarinense: Criciúma.

A fim de realizar uma análise de consistência dos resultados obtidos nessas cidades referência, foram avaliadas algumas cidades no entorno destas. Essa representatividade se deve ao fato de que a *práxis* relativa ao planejamento, a projetos (incluindo aí os EUCs) são, as cidades menores terem como referência o modelo de planejamento e de projetos dos municípios maiores e mais estruturados. A técnica de amostragem utilizada foi também não probabilística de amostragem por conveniência.

Anderson, Sweeney e Williams (2007, p. 264) colocam a validade desta técnica para a realização de inferências a respeito de uma população. Nesse caso em específico, o critério de viabilidade impele o pesquisador

a buscar as prefeituras mais acessíveis ao seu estudo, para a realização da análise de consistência dos resultados obtidos nas maiores cidades.

As cidades que se enquadram neste modelo e foram escolhidas são:

- Norte Catarinense: São Bento do Sul e Campo Alegre;
- Serrana: Urubici e Bom Retiro;
- Grande Florianópolis: Santo Amaro da Imperatriz e Rancho Queimado;
- Oeste Catarinense: Pinhalzinho e Palmitos;
- Sul Catarinense: Araranguá e Laguna;
- Vale do Itajaí: Ibirama e Presidente Getúlio.

3.5 Coleta de Dados

A primeira etapa foi elaborada a partir de um referencial teórico, relativo às cidades, aos equipamentos urbanos comunitários e sobre a história de Santa Catarina e dos dados dos municípios escolhidos.

Este referencial foi aprofundado no âmbito das publicações produzidas em teses, livros, artigos em revistas eletrônicas e impressas, nacionais e internacionais, além de *sites* das próprias cidades, e ainda, em órgãos oficiais de pesquisas.

A segunda etapa consistiu na realização de entrevista semi-estruturada e aplicação de um questionário específico. O levantamento de dados dentro das prefeituras passou pela determinação das pessoas que atuam como fontes de conhecimento e de informações. Os agendamentos foram feitos com os Prefeitos Municipais e Secretários de Planejamento das prefeituras dos municípios listados. Foram realizadas dezoito (18) entrevistas, com aproximadamente duas horas de duração cada, com prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais, ex-presidente de instituto de planejamento e chefes de divisão.

As perguntas do questionário foram direcionadas e baseadas em indicadores que envolvem: plano diretor, sistemas de informação cadastral, influência política e da sociedade civil, análise de área de

entorno (impacto de vizinhança), acessibilidade e mobilidade, influencia política e da população.

3.6 Análise de Dados

Na parte quantitativa sistematizou-se os dados coletados através do questionário, onde foi respondido pela totalidade (18 cidades/100%) dos representantes dos municípios investigados. Na parte qualitativa levantou-se os procedimentos internos, em relação aos projetos de equipamentos, dos setores envolvidos, como estão estruturados e como são definidos os locais de implantação de EUCs.

A análise dos dados obtidos, nas entrevistas e questionários, teve caráter qualitativo. Segundo Goldenberg, citado por Almeida (2004) nesse tipo de pesquisa se busca o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória. Não se utiliza quantificações, não pela existência de incompatibilidade entre as abordagens qualitativa e quantitativa, mas porque existe a intensão primordial de interpretar o significado existente por trás dos discursos e dados coletados.

A análise foi feita pelo uso do princípio da triangulação através dos dados obtidos na interpretação dos conteúdos das entrevistas, resultados dos questionários sistematizados os quais foram classificados em tabelas para uma melhor interpretação, documentação e observação das estruturas organizacionais das prefeituras.

Desta forma, depois dos dados devidamente confrontados, foi realizada a análise das informações, considerando-se, inicialmente, os procedimentos similares ou não, utilizados como estratégias em cada prefeitura e aqueles recomendados pelas legislações descritas nas legislações e na literatura.

CAPÍTULO IV

Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos nas entrevistas e questionários aplicados com os sujeitos das prefeituras que serviram de objeto de estudo, conforme critérios estabelecidos no capítulo três. Discute-se esses resultados comparando-os com as orientações estabelecidas nas legislações, para se entender os procedimentos adotados pelos gestores das prefeituras na definição dos locais de seus EUCs. Procurou-se estabelecer uma relação clara e necessária entre a Legislação, a administração pública e a comunidade e, a partir disso, foram apresentadas as recomendações e sugestões para futuros trabalhos.

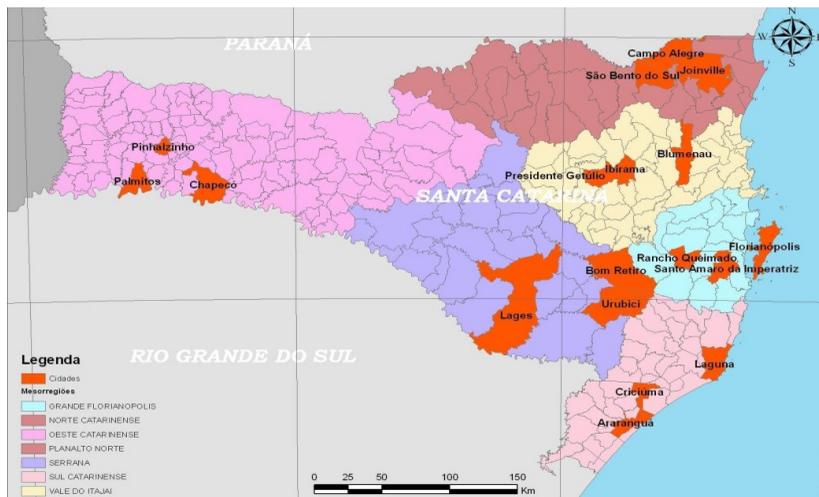
4. Análise, Discussão e Resultados

4.1 Apresentação e Análise dos resultados das cidades mais populosas de cada mesoregião.

Conhecer a localização das cidades que fazem parte deste estudo é importante e auxilia na compreensão das questões positivas e negativas que serão abordadas; da cultura arraigada que influencia nas necessidades da população e no modo de gestão de cada cidade, bem como, a influência nas outras cidades da mesoregião. Pode-se ver através do mapa, figura 22, as distâncias que separam as cidades mais populosas, de cada mesoregião. Acredita-se que este pode ser um fator importante de diferenciação entre os modelos de gestão (planejamento e projetos).

No mapa de Santa Catarina (fig. 22), identifica-se as mesoregiões com as respectivas cidades que serviram de objeto de estudo do presente trabalho.

FIGURA 22- Cartograma com as mesorregiões de SC e cidades estudadas



Elaborado por: Roberval Felipe Pereira de Lima, Geógrafo. Fonte: IBGE (2008)

Apesar da ênfase desta investigação ser na cidade mais populosa de cada mesorregião (Florianópolis, Blumenau, Joinville, Lages, Criciúma e Chapecó), é importante também ressaltar que se nessas cidades as dificuldades de gestão e de planejamento são apontadas, nas cidades menores que compõem essas mesorregiões, acredita-se que essas sejam ainda maiores. Isto pelos vários fatores que podem influenciar, tais como: distância aos centros maiores onde estão fixados as informações e orientações, a falta de capacitação para os gestores, municípios pequenos com orçamento menor, etc. Apesar destas cidades serem assessoradas pelos técnicos das associações das quais fazem parte, estes nem sempre têm as atualizações técnicas necessárias, pelas mesmas razões acima expostas.

E neste contexto, para melhor se entender este processo e saber como os gestores tomam as decisões para definir o local de implantação de seus EUCs, nestas cidades objetos de estudo, foi aplicado um questionário composto por várias questões de caráter administrativo e de gestão pública. Para aprofundar as questões, foram também realizadas entrevistas abertas com as pessoas indicadas pelo prefeito ou pelos

órgãos responsáveis pelo planejamento do município, para que as informações fossem complementadas.

Apresenta-se a seguir as tabelas contendo as questões da pesquisa realizadas com os sujeitos da investigação das seis prefeituras escolhidas, pelos motivos já expostos, **Florianópolis, Joinville, Chapecó, Criciúma, Blumenau e Lages**. Além dos resultados obtidos mostra-se, também, os objetivos destas perguntas, assim como os comentários.

Objetivo da pergunta 01: A importância desta pergunta se reflete na necessidade de se entender se o Plano Diretor, elaborado para a cidade se preocupou e previu o crescimento desta, de sua expansão demográfica e territorial, que, conseqüentemente, exige o aprimoramento e a oferta de mais e melhores equipamentos e serviços públicos.

Tabela 6 – Respostas obtidas relativa a Pergunta 01 do Questionário.

Pergunta 01 - Possui a Prefeitura Municipal (PM) Plano Diretor (PD) que oriente a política de desenvolvimento e ordenação da expansão urbana, integrando uso do solo, habitação, saneamento, mobilidade, acessibilidade (trânsito e transporte) em relação aos equipamentos urbanos comunitários (EUC) projetados?

Cidades	Sim	Não	Total
Blumenau,	X		
Chapecó	X		
Criciúma	X		
Florianópolis	X		
Joinville,	X		
Lages		X	
Frequência	5	1	6
Porcentagem	83,30%	16,7% ⁹	100%

Elaborada pelo autor. Observação: Todas as cidades possuem Planos Diretores.

Observando-se as respostas, se tem como tendência que as

idades previram a orientação da política de desenvolvimento e ordenação urbana. Pode-se também perceber que a grande maioria (83,3%) dos entrevistados respondeu que o plano diretor integra equipamento urbano comunitário com uso do solo, habitação, saneamento, mobilidade e acessibilidade.

Importante esclarecer que na entrevista com o representante da prefeitura de Florianópolis, apesar da resposta ter sido sim, ressaltou o entrevistado que a prefeitura tem o seu Plano Diretor elaborado, no entanto está em fase de aprovação.

Objetivo da pergunta 02: Esta pergunta tem objetivo mostrar em que as prefeituras se baseiam, no caso de não terem contemplado no Plano Diretor a orientação a qual se refere a pergunta um.

Tabela 7 – Respostas obtidas relativa a Pergunta 02 do Questionário

Pergunta 02: Se não possui o Plano Diretor, no que se baseia?

Lages	Contemplando as áreas de desenvolvimento, uso do solo e expansão urbana, temos PD de 1988; Quanto a trânsito e transporte não temos planos norteadores.
-------	---

Elaborada pelo autor

Apenas Lages (16,7%), como se vê na tabela 7, respondeu negativamente a pergunta 01 (Possui a prefeitura municipal Plano Diretor (PD) que oriente a política de desenvolvimento e ordenação da expansão urbana, integrando uso do solo, habitação, saneamento, mobilidade, acessibilidade (trânsito e transporte) em relação aos equipamentos urbanos comunitários (EUCs) projetados.

Apesar das respostas à pergunta 01 indicarem uma posição dos gestores, pode-se observar nas entrevistas, que os planos diretores não orientam a política de desenvolvimento e ordenação da expansão urbana, integrando uso do solo, habitação, saneamento, mobilidade, acessibilidade (trânsito e transporte) em relação aos equipamentos

urbanos comunitários (EUC) projetados, pelo menos na sua totalidade, mesmo nas cidades que já fizeram a revisão, em observância ao Estatuto da Cidade.

No caso específico de Joinville, na entrevista pode-se entender que houve revisão quanto ao uso do solo, principalmente, no perímetro urbano, com ampliações, nos anos 80, estimuladas pela especulação imobiliária e com re-ordenamento, no ano de 1995. Os planos diretores continuam seguindo a tendência dos planos setoriais característicos dos anos setenta, se reproduzindo ou sendo conduzidos de forma a suprir as tendências de necessidade a partir das demandas atuais geradas e não de planejamento futuro.

Ainda a respeito de Joinville, em alguns casos a lei de uso do solo foi alterada para a acomodação dos equipamentos comunitários na malha urbana. Após o Estatuto da Cidade, relatou o entrevistado que os planos diretores devem ser aplicados de forma contínua para atingir eficiência, sendo necessários acompanhamentos constantes e adequações em consequência das mudanças dinâmicas, tanto demográficas quanto sócio-econômicas, promotoras de transformações no viver das cidades.

Após a aprovação da Lei 10.257/01, as cidades pesquisadas se enquadram na obrigatoriedade de revisão e adequação de seus Planos diretores até final de 2006. No entanto, pode-se observar que apenas Chapecó (LC-202/2004 e Blumenau (LC-615/2006), fizeram as revisões até a data prevista na Lei. Lages aprovou em 21/12/2007 (LC- 306/2007) e Joinville em 26/02/2008 (LC- 261/2008). Florianópolis e Criciúma estão em fase de discussão (2008).

Objetivo da pergunta 03: Pretende-se saber se as prefeituras estão preocupadas com o que acontece ou pode acontecer no entorno de um equipamento, em relação aos benefícios e transtornos que este pode trazer à comunidade vizinha (impacto de vizinhança) e com o cumprimento da Lei 10257 (10/07/2001).

Tabela 8 - Respostas obtidas relativa a Pergunta 03 do Questionário

Pergunta 03: Quando se define um EUC, existe estudo e planejamento para a área de entorno (análise de impacto de vizinhança) no que tange às conseqüências que estes equipamentos possam trazer?

Cidade	Sim	Não	Total
Blumenau	X		
Chapecó	X		
Criciúma		X	
Florianópolis	X		
Joinville		X	
Lages		X	
Freqüência	03	03	06
Porcentagem	50%	50%	100%

Elaborada pelo autor

Analisando-se o aspecto do estudo de impacto de vizinhança, observa-se pelas respostas que 50% das cidades não estudam e nem planejam a área de entorno. A questão do impacto de vizinhança é muito recente, pois só foi oficializado com advento da Lei 10257 (10/07/2001) conhecida como Estatuto das Cidades, que estabelece em seu artigo segundo a ordenação e controle do uso do solo, Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). Embora o conceito seja de entendimento anterior, em termos de legislação pode ser considerado novo e, os planos diretores só estão sendo revisados após a obrigatoriedade do estatuto da cidade.

Entende-se que a Lei foi prudente ao solicitar este estudo, pois dependendo do tipo e local do equipamento implantado, este pode trazer grandes transtornos à população circunvizinha no que se refere à produção e nível de ruído, conturbação no trânsito, agressão ao meio ambiente e na mobilidade urbana. Infere-se aqui que as cidades que não estão fazendo análise de impacto de vizinhança estão incorrendo em erro duplo, o de não planejar e o de descumprir a Lei.

Objetivo da Pergunta 04: Pretende-se aqui saber se os municípios estão gerindo de acordo com a Lei 10257/2001, que diz em seu Art. 2º, inciso II:

Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

E também no que se refere o Capítulo IV, da Gestão Democrática da Cidade, em seus artigos:

Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Tabela 9 – Respostas obtidas relativa a Pergunta 04 do Questionário

Pergunta 04: A Prefeitura Municipal (PM) oportuniza a sociedade organizada, ou suas entidades representativas, discutir a definição do tipo e do local de implantação de um EUC?

Cidade	Sim	Não	Total
Blumenau	X		
Chapecó	X		
Criciúma	X		
Florianópolis	X		
Joinville		X	
Lages	X		
Frequência	05	01	06
Porcentagem	83,3%	16,7%	100%

Elaborada pelo autor

Observa-se, pelas respostas, que a grande maioria das cidades (83,3%) discute com a sociedade a definição do local de implantação de um EUC. No entanto, a maior cidade do estado, Joinville, que tem um instituto de pesquisa e planejamento estruturado, afirma não oportunizar, apesar da diretriz dos PD e da Lei 10257/2010, obrigar a discussão.

Entende-se este fato como ruim para a cidade, visto que, o objetivo do Estatuto da Cidade é permitir que a sociedade organizada possa manifestar-se em relação ao passado, ao que desejam no presente e para o futuro. O debate oferece um importante instrumento de ligação entre a população que é a usuária dos ambientes urbanos e os técnicos responsáveis pelo planejamento e os demais gestores municipais. Principalmente, na questão de como entendem que deve ser o equipamento e o seu local de implantação, tendo a sensibilidade daquilo que tange as necessidades de quem utiliza o serviço. Esta conjunção de opiniões, fatalmente, trará um melhor embasamento e suporte técnico, que servirá de apoio, na hora da decisão do local de implantação de um EUC.

Objetivo da Pergunta 5: Como modelo básico para o melhor uso dos equipamentos e do erário, entende-se que a definição do local de implantação de um EUC deveria, após ouvir-se a comunidade cumprindo-se assim a Lei 10257/2010, ter caráter técnico e se basear em indicadores. Considera-se os indicadores como algo de extrema importância para se definir o melhor local, uma vez que a decisão passa a ser técnica e com menor possibilidade de erro, tanto no uso, quanto no desperdício do erário. O objetivo é saber se as cidades estão utilizando indicadores nas suas decisões.

Tabela 10 - Respostas obtidas relativa a Pergunta 05 do Questionário

Pergunta 05: A PM se baseia em algum tipo de indicador, como, por exemplo: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, nível social da população e estatística por faixa etária nos vários locais do município - para a definição e implantação de um EUC?

Cidade	Sim	Não	Total
Blumenau	X		
Chapecó	X		
Criciúma		X	
Florianópolis	X		
Joinville		X	
Lages		X	
Frequência	03	03	06
Porcentagem	50,0%	50,0%	100%

Elaborada pelo autor

Como se observa na tabela 10, metade das cidades entrevistadas alegam utilizar indicadores para definir o melhor local de implantação de um EUC.

A partir das respostas referentes à pergunta acima referida (5), elaborou-se a tabela 11 com as respostas das três cidades (Florianópolis, Chapecó e Blumenau) as quais apontaram o que consideram indicadores para a definição e implantação de seus EUCs.

Tabela 11 - Resumo dos indicadores apontados para a definição e implantação de seus EUCs.

Indicador utilizado para definição do local de implantação de um EUC	
Blumenau	Utiliza indicador sócio-econômico desenvolvido pela FURB (Fundação Universitária Região de Blumenau) com a Prefeitura Municipal de Blumenau, denominado SIGAD, que orienta as diversas tomadas de decisão. Utiliza-se do Cadastro Multifinalitário e Mapas Temáticos
Chapecó	Pesquisa de Demanda, Geoprocessamento
Florianópolis	Índice de mortalidade infantil Índice de natalidade

Elaborada pelo autor

Na tabela 11, têm-se a relação dos modelos que as prefeituras entendem como indicadores adotados para definir um EUC.

As cidades que entendem utilizar indicadores, como se pode verificar na tabela 12, cada qual têm modelos próprios uma diferente da outra. Não se discute aqui a validade do modelo adotado, no entanto, como indicado pela prefeitura de Florianópolis, que citou os índices de natalidade e de mortalidade como parâmetros, parecem não serem indicadores confiáveis para a definição, até porque, não demonstram ter uma relação coerente com o assunto.

Já Chapecó afirma utilizar a pesquisa de demanda. É uma estratégia que se bem feita pode dar indicação para a definição, desde que seja baseada em indicadores, que mostrem a realidade da população de abrangência, como faixa etária, índice de desenvolvimento humano e outros aspectos. Pode também, focar outras questões, tais como: infraestrutura da região, mobilidade e acessibilidade, para que possa ajudar na definição. No entanto, observou-se que estes índices não são utilizados, sendo a decisão mais política. Pôde-se, durante a entrevista, entender que na visão do entrevistado a definição é de acordo com a demanda momentânea do local. Por exemplo, se um bairro cresce significativamente e esta expansão é contínua e não foi prevista dentro do planejamento da cidade, surge então uma demanda por pressão

política que tem que ser resolvida.

Um outro elemento utilizado para definição dos EUCs pelos gestores de Chapecó é o geoprocessamento. Este pode ser uma ferramenta mas não serve para ser utilizada em substituição ou como alternativa do indicador social, e sim, como ferramentas para demonstrar ocorrências.

Neste aspecto, apesar de não contar com um algoritmo baseado em indicadores, Blumenau tenta buscar a melhoria para o seu processo de tomada de decisão utilizando o SIGAD⁹ (Sistema de Informações Gerenciais de Apoio à Decisão), software desenvolvido em parceria com a FURB¹⁰. Este sistema tem por objetivo principal gerar informações para o processo de tomada de decisões para os investimentos públicos e privados.

Objetivo da pergunta 06: Sabe-se que o fator político ainda é muito forte nas decisões municipais em referência aos serviços oferecidos à população. Objetiva-se saber com este questionamento a influência política na decisão da definição do local de implantação de um EUC.

Tabela 12 – Respostas obtidas relativa a Pergunta 06 do Questionário

Pergunta 06 – A PM leva em consideração na definição de um EUC o anseio da comunidade, do(s) vereador (es), ou do prefeito?

Item	Opções de respostas	Cidades	Frequência	Porcentagem
a	Somente da comunidade			0,00%
b	Da comunidade e dos vereadores			0,00%
c	Somente dos vereadores			0,00%

Continua

⁹ Este software é um banco de dados que organiza as informações sociais e econômicas do município. [Http://www.furb.br/sigad](http://www.furb.br/sigad).

¹⁰ Fundação Universitária da Região de Blumenau

Continuação

d	Do prefeito e da comunidade	Criciúma Florianópolis	2	33,30%
e	Do prefeito e dos vereadores			0,00%
f	Somente do prefeito			0,00%
g	De todos os itens mencionados	Lages, Blumenau Chapecó, Joinville	3	66,70%

Elaborada pelo autor

Como anteriormente citado no Capítulo II, o Plano Diretor, uma exigência do Estatuto da Cidade, define que as comunidades devem ser ouvidas no planejamento e nos projetos dos municípios. Esta prerrogativa da Lei pode-se observar através do questionário e das entrevistas que todas as cidades cumprem este requisito, exceto Joinville, que alegou não oportunizar à sociedade organizada a discussão (Tabela 9).

Importante ressaltar que em muitos momentos durante o processo de entrevistas e no preenchimento do questionário, os respondentes complementaram com informações valiosas dados do dia a dia da gestão os quais, foram citados no item observação, opção disponível no questionário. Assim, pontua-se na tabela 13 as observações complementares apontadas pelos gestores.

Tabela 13 - Considerações complementares na definição de implantação de um EUC.

Cidade	Observações
Blumenau	Observa o planejamento futuro do município (Blumenau 2050)
Florianópolis	Pode considerar pedido de vereadores e o Plano Plurianual (PPA, LOA, LDO)
Joinville	A Prefeitura tem dimensionado a rede física escolar de acordo com as demandas pontuais. A Prefeitura tem evitado manter escolas em turnos intermediários, assim procedendo a construção de unidades novas. Também dirige ações às áreas onde há previsões de novos loteamentos

Elaborado pelo autor

Objetivo da pergunta 07: Nesta pergunta insere-se o tema do desenvolvimento de projeto, no sentido de entender se a prefeitura se preocupa com o bom uso do equipamento e com a comodidade e acessibilidade da população de entorno ao serviço público.

Tabela 14 - Respostas obtidas relativa a Pergunta 07 do Questionário

Pergunta 07 – Existe estudo pela PM para definição do grau máximo de utilização, ocupação e o número máximo de usuários ao mesmo tempo, e o equipamento supre a população da sua área de entorno?

Cidade	Sim		Não	Total
	Por Estimativa	Por Estatística		
Blumenau	X			
Chapecó	X			
Criciúma			X	
Florianópolis	X			
Joinville	X			
Lages	X			
Frequência	05		01	06
Porcentagem	83,3%		16,7%	100%

Elaborada pelo autor

Pelas respostas pode-se verificar que a grande maioria (83,3%) das cidades estima o grau máximo de utilização, de ocupação e o número máximo de usuários ao mesmo tempo. Estimar sempre é muito relativo e depende do grau de conhecimento e confiabilidade do técnico que vai fazer a estimativa.

Entende-se que o estudo deveria ser estatístico, pois é de elevada importância conhecer-se a região e a população da área de abrangência, prevista para o equipamento, em todos os seus indicadores, infraestrutura, acessibilidade, mobilidade, uso racional do erário, faixa etária, índice de desenvolvimento e outros, pois diminuiria em muito, a margem de erro do local e do uso do equipamento.

Objetivo da pergunta 08: Nesta questão quer se verificar se as prefeituras estão utilizando produtos cartográficos para conhecer, planejar e gerir as cidades. Saber se as cidades estão utilizando técnicas para produção de mapas e cartas, através da Geotecnologia, como: Mapas Cadastrais, Mapas Temáticos; Sistemas de Informação Geográfica (SIG) que têm o objetivo de conhecer de maneira mais apurada as alterações e dinâmicas de crescimento das cidades.

Estas formas de dados sistematizados ajudam e orientam os técnicos e os gestores públicos a planejar e ordenar o assentamento da população, a organização do imposto predial e territorial, a urbanização e a criação de espaços públicos e de equipamentos urbanos, profissionalizando e facilitando a gestão, objetivando a eficácia do serviço público.

Tabela 15 - Respostas obtidas relativa a Pergunta 08 do Questionário

Pergunta 08: Sabe-se que a informação é a base para um melhor conhecimento e gestão do território, e, conseqüentemente, da melhoria de vida da sua população. A PM utiliza-se, quando na definição do local de implantação de um EUC, dos produtos cartográficos tais como: cadastro técnico, mapas temáticos ou SIG?

Cidade	Sim	Não	Total
Blumenau	X		
Chapecó	X		

Continua

Continuação

Criciúma		X	
Florianópolis	X		
Joinville	X		
Lages	X		
Frequência	3	3	6
Porcentagem	83,30%	16,70%	100%

Elaborado pelo autor

Observa-se pelas respostas que a maioria das cidades, totalizando cinco (5) de seis (6) utilizam-se de produtos cartográficos.

Foram identificados os sistemas cadastrais que cada uma das prefeituras entrevistadas utiliza para definir seu EUCs. Conforme mostra-se na tabela 16, abaixo.

Tabela 16 – Sistemas de informações utilizados pelas prefeituras pesquisadas para definição da implantação de um EUC.

Sistema de informação utilizado	
Blumenau	Mapas Temáticos, Geoprocessamento, Cadastro Técnico, SIGAD e Pesquisa de Campo.
Chapecó	Cartografia, Geoprocessamento, Cadastros Técnicos, Mapas Temáticos, informações de entidades.
Criciúma	Baseia-se na vontade da população.
Florianópolis	Mapeamento Digital, Cadastro Técnico e Mobiliário, Sistema de Geoprocessamento.
Joinville	Cadastro Técnico.
Lages	Mapas Temáticos, cadastro técnico (não digitalizado), Sistema de Geoprocessamento (não utilizado na sua totalidade).

Elaborada pelo autor

O que se vê na Tabela 15, a princípio parece ser um dado relevante, pois 83,3% de utilização de produtos cartográficos, mas na Tabela 16, gera-se uma preocupação, pois sugere uma falta de conhecimento sobre os produtos. Como se pode constatar, nas informações prestadas pelas prefeituras há certa confusão entre Ciência Cartográfica e produtos gerados por meio dos levantamentos. Há, também, uma miscelânea entre produtos, técnicas e processos. O que se denota é que as prefeituras possuem algumas ferramentas e equipamentos, que tiveram certo investimento, mas não estão sabendo ou querendo utilizá-los, por falta de política efetiva ou de competência técnica. Para se ter resultados satisfatórios é necessário investir em pessoal qualificado, caso contrário o investimento se torna desnecessário e oneroso ao erário. Observa-se, também, que este é um processo de investimento contínuo e constante na atualização (programas e equipamentos), e na qualificação e aperfeiçoamento do pessoal, que pode não estar sendo bem compreendido e apoiado politicamente.

Objetivo da pergunta 09: Entende-se que esta seja a principal pergunta do questionário, pois responde ao que se quer entender, ou seja, se as prefeituras utilizam algum método para definir a implantação de seus EUCs.

Tabela 17 - Respostas obtidas relativa a Pergunta 09 do Questionário

Pergunta 09: A PM se baseia em algum método para a tomada de decisão em relação à definição do melhor local para a implantação de um EUC? Se sim, qual? Se não, quem define?

Cidade	Sim	Não	Total
Blumenau		X	
Chapecó		X	
Criciúma	X		
Florianópolis	X		
Joinville		X	
Lages		X	
Frequência	04	04	06
Porcentagem	33,3%	66,7%	100%

Elaborada pelo autor

Observa-se na Tabela 17 que quatro (4) cidades, 66,7%, afirmam não possuir algum tipo de método para basear-se na escolha da locação de um EUC, enquanto duas (2) outras, Florianópolis e Criciúma, disseram que se baseiam em alguns critérios, entendendo eles que estes seja um método, conforme mostra a tabela 18, a seguir.

Tabela 18 - Quadro de respostas dadas à pergunta 09, pelas cidades estudadas, com os seus respectivos critérios de tomada de decisão para a implantação de seus EUCs

Respostas (Pergunta 09: A PM se baseia em algum método para tomada de decisão em relação à definição do melhor local para a implantação de um EUC? Se sim, qual? Se não, quem define?)	Cidades	Crítérios
Sim	Florianópolis	Avaliação dos vazios urbanos existentes Menor custo de desapropriação Demanda reprimida por área de carência
	Criciúma	Sempre aproveitando as áreas públicas disponíveis
Não	Joinville	A prefeitura atualmente está realizando um estudo para a distribuição equilibrada dos equipamentos urbanos comunitários, na malha para garantir o acesso das crianças a educação, respeitando os critérios de “caminhabilidade” segura

Continua

Continuação

Não	Blumenau	Solicitações Observações Espaços disponíveis
	Lages	Secretário e Prefeito
	Chapecó	O Prefeito com as secretarias e comunidade

Elaborada pelo autor

Pelas respostas dadas à questão, pode-se aferir que as cidades não utilizam métodos técnicos estruturados para a tomada de decisão, quando da definição do local da implantação de um EUC, no entanto, suas definições seguem parâmetros que cada uma delas estabelecem como normas para as definições, mesmo que sejam eles, por necessidades surgidas pelo crescimento demográfico, pela pressão popular ou, mesmo, por estratégias políticas, ficando a decisão de cunho político e não técnico.

As duas cidades que entendem que os critérios utilizados sejam um método, na verdade, se confundem pois o que apresentam como método são indicadores. Entende-se por indicadores as informações básicas determinantes que sejam fiáveis e que respondam às características específicas para cada tipo de equipamento.

Fica constatado pelas respostas, que a cidade mais populosa de cada mesorregião do Estado de Santa Catarina não possui um método e para tal baseia-se em formulações próprias, conforme se vê na tabela 18.

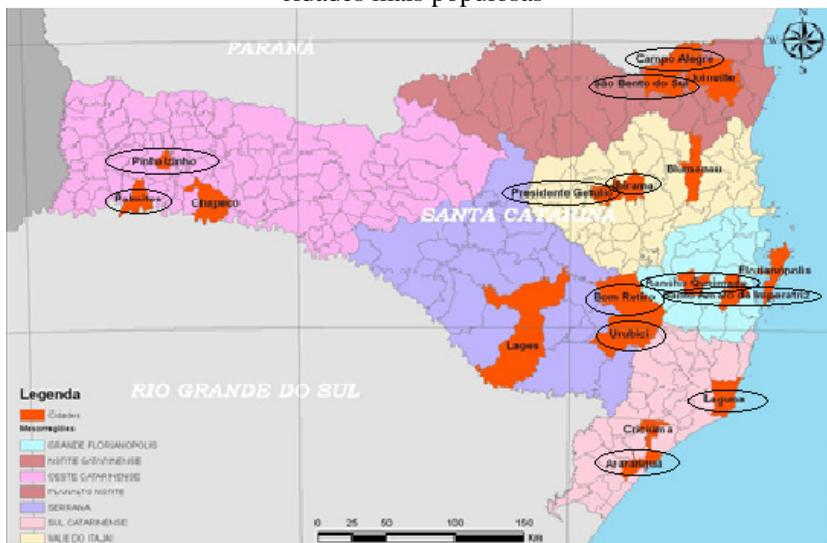
4.2 Apresentação e Análise dos Resultados das Doze Cidades de Entorno às mais Populosas de Cada mesorregião

Discute-se neste item os resultados obtidos com os questionários aplicados às prefeituras das doze cidades menores do entorno das cidades mais populosas das mesorregiões.

Para uma melhor compreensão das localizações dessas cidades: Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, Bom Retiro, Urubici, São Bento do Sul, Campo Alegre, Araranguá, Laguna, Ibirama,

Presidente Getúlio, Pinhalzinho e Palmitos, mostra-se na figura 23, a localização dessas nas suas respectivas mesorregiões.

FIGURA 23 - Cartograma com as Cidades pesquisadas no entorno das cidades mais populosas



Elaborado por: Roberval Felipe Pereira de Lima, Geógrafo. Fonte: IBGE (2008)

Apresentam-se a seguir as tabelas contendo as perguntas com as suas respectivas respostas, do questionário aplicado aos sujeitos da investigação das outras doze prefeituras objeto deste estudo. Considera-se para estas perguntas os mesmos objetivos definidos na investigação das cidades mais populosas das mesorregiões.

Tabela 19 - Respostas obtidas relativa a Pergunta 01 do Questionário

Pergunta 01 - Possui a Prefeitura Municipal (PM) Plano Diretor (PD) que oriente a política de desenvolvimento e ordenação da expansão urbana, integrando uso do solo, habitação, saneamento, mobilidade, acessibilidade (trânsito e transporte) em relação aos equipamentos urbanos comunitários (EUC) projetados?

Cidades	Sim	Não	Total
Araranguá	X		

Continua

Continuação

Bom Retiro	X		
Campo Alegre	X		
Ibirama	X		
Laguna	X		
Palmitos	X		
Pinhalzinho		X	
Presidente Getúlio	X		
Rancho Queimado	X		
Santo Amaro da Imperatriz	X		
São Bento do Sul,	X		
Urubici	X		
Frequência	11	1	12
Porcentagem	91,70%	8,30%	100%

Elaborada pelo autor. (Observação: Todas as cidades possuem Plano Diretor)

Observando-se as respostas, tem-se como tendência que as cidades seguiram a orientação da política de desenvolvimento e ordenação urbana. Pode-se observar pelas respostas que a grande maioria (91,7%) dos entrevistados respondeu que o plano diretor integra equipamento urbano comunitário com uso do solo, habitação, saneamento, mobilidade e acessibilidade.

Tabela 20 - Resumo dos dados, de como se baseiam as cidades em relação à definição de implantação de um EUC

Pergunta 02. Se não possui o Plano Diretor no que se baseia?	
Araranguá	“Ele foi feito em 1981, tipo pacoteço. Hoje ele é utilizado apenas para definir gabaritos e zoneamento”.
Bom Retiro	“Estamos reformulando o Plano Diretor com todos os quesitos necessários”
Pinhalzinho	Através da expansão urbana, seguindo normas de legislação ambiental com objetivo de suprir as necessidades do local
Rancho Queimado	“Já possuímos PD desde dezembro de 1989 e atualmente estamos revisando o mesmo e incluindo as áreas rurais”
Urubici	Não define

Elaborado pelo autor

Apesar de apenas a cidade de Pinhalzinho, como se vê na tabela 1, responder negativamente a questão um, a segunda questão que é uma sequência da primeira e teoricamente não deveria ser respondida pelas outras cidades, no entanto, foi respondida por mais quatro delas (Araranguá, Urubici, Bom Retiro e Rancho Queimado). Observa-se, então, certa contradição, pois estas outras quatro cidades fazem alusão ao uso de outras formas para definir, como se a resposta à primeira questão, não fosse verdadeira.

Mesmo as respostas à questão de número 01 indicando uma verdade nas entrevistas, percebeu-se-se claramente, que os Planos Diretores não seguem a política de desenvolvimento e ordenação da expansão urbana, integrando uso do solo, habitação, saneamento, mobilidade, acessibilidade (trânsito e transporte) em relação aos equipamentos urbanos comunitários (EUC) projetados, coincidindo com o que acontece com as maiores cidades.

Destas cidades, apenas São Bento do Sul (LO 1975 de 10/10/2006), Campo Alegre (LC 037 de 10/10/2006) e Rancho Queimado (LC-02 de 24/06/08) aprovaram seus novos planos diretores.

As outras cidades estão em fase de discussão (até a data de coleta desses dados em março/abril de 2008).

Tabela 21 - Respostas obtidas relativa a Pergunta 03 do Questionário

Pergunta 03: Quando se define um EUC, existe estudo e planejamento para a área de entorno (análise de impacto de vizinhança) no que tange às conseqüências que estes equipamentos possam trazer?

Cidades	Sim	Não	Total
Araranguá		X	
Bom Retiro		X	
Campo Alegre		X	
Ibirama	X		
Laguna		X	
Palmitos		X	
Pinhalzinho	X		
Presidente Getúlio		X	
Rancho Queimado		X	
Santo Amaro da Imperatriz	X		
São Bento do Sul,	X		
Urubici		X	
Frequência	04	08	12
Porcentagem	33,3%	66,7%	100%

Elaborado pelo autor

Como se percebe pelas respostas, 66,7% das cidades não estudam o impacto de vizinhança na definição da implantação de um equipamento urbano comunitário, contrariando a Lei 10257/2001, conhecida como Estatuto das Cidades. Analisando-se o aspecto do estudo de impacto de vizinhança, observa-se pelas respostas das cidades pequenas, assim como nas maiores, que estas não estudam e nem

planejam a área de entorno de um EUC. A cidade de Pinhalzinho nega a questão um e nesta diz que analisa.

Esta é uma demonstração clara de que não se utilizam e/ou desconhecem a importância e necessidade da questão estabelecida no Estatuto das Cidades, dando a conotação da falta de seu cumprimento, ou parte dele.

Tabela 22 - Respostas obtidas relativa a Pergunta 04 do Questionário

Pergunta 04: A Prefeitura Municipal (PM) oportuniza a sociedade organizada ou suas entidades representativas, discutir a definição do tipo e do local de implantação de um EUC?

Cidades	Sim	Não	Total
Araranguá		X	
Bom Retiro	X		
Campo Alegre	X		
Ibirama	X		
Laguna	X		
Palmitos	X		
Pinhalzinho	X		
Presidente Getúlio	X		
Rancho Queimado,	X		
Santo Amaro da Imperatriz	X		
São Bento do Sul	X		
Urubici	X		
Frequência	11	01	12
Porcentagem	91,7%	8,3%	100%

Elaborada pelo autor

Observa-se, pelas respostas, que 91,7% das cidades afirmam oportunizar

à sociedade organizada discutir a definição do local de implantação de um EUC, através de audiências públicas, seguindo assim, a orientação da Lei e mantendo semelhança com o que fazem as maiores cidades.

Tabela 23 - Respostas obtidas relativa a Pergunta 05 do Questionário

Pergunta 05: A PM se baseia em algum tipo de indicador, como por exemplo: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, nível social da população e estatística por faixa etária nos vários locais do município, para a definição e implantação de um EUC?

Cidades	Sim	Não	Total
Araranguá	X		
Bom Retiro	X		
Campo Alegre		X	
Ibirama		X	
Laguna		X	
Palmitos		X	
Pinhalzinho	X		
Presidente Getúlio		X	
Rancho Queimado,	X		
Santo Amaro da Imperatriz		X	
São Bento do Sul	X		
Urubicí		X	
Frequência	05	07	12
Porcentagem	41,7%	58,3%	100%

Elaborada pelo autor

Na tabela 24 apresenta-se as respostas daquelas prefeituras que disseram sim em relação dos indicadores utilizados na na definição de implantação de um EUC.

Tabela 24 – Relação das cidades com os indicadores utilizados

Cidades	Indicadores
Araranguá	Normalmente estatísticas de faixa etária/renda, de acordo com informações das secretarias envolvidas.
Bom retiro	Vê pelas condições dos moradores.
Pinhalzinho	Audiências públicas com representantes (delegados) das comunidades, interior e bairros, levando em conta orçamentos, contra-partida e nível social.
Rancho Queimado	Indicadores sociais do IBGE Indicadores do PSF (programa da saúde da família) Indicadores das Igrejas
São Bento do Sul	Estatística por faixa etária, ritmo de ocupações de novas áreas.

Elaborado pelo autor

Como se pode observar 58,3% das cidades não utilizam indicadores para definir o local de implantação de um EUC e as outras 41,7% das cidades, os definem utilizando parâmetros próprios, como se pode verificar no quadro três. Não se discute aqui a validade do modelo adotado, no entanto, os parâmetros utilizados, apesar de darem indicação, não exprimem uma certeza no acerto da decisão pois não envolve todos os indicadores possíveis para os vários tipos de EUCs.

Tabela 25 - Respostas obtidas relativa a Pergunta 06 do Questionário

Pergunta 06 – A PM leva em consideração na definição de um EUC o anseio da comunidade, do(s) vereador (es), ou do prefeito?

Item	Opções de respostas	Cidades	Frequência	Porcentagem
A	Somente da comunidade	Urubici, Campo Alegre	2	16,70%
B	Da comunidade e dos vereadores		0	0,00%
C	Somente dos vereadores		0	0,00%
D	Do prefeito e da comunidade	Araranguá Laguna	2	16,70%

Continua

Continuação

E	Do prefeito e dos vereadores	Bom Retiro	1	8,30%
F	Somente do prefeito		0	0,00%
G	De todos os itens mencionados	Ibirama, São Bento do Sul, Santo Amaro, Rancho Queimado, Presidente Getúlio, Palmitos e Pinhalzinho	7	58,30%

Elaborada pelo autor

O Estatuto da Cidade define que a comunidade deve ser ouvida no planejamento e nos projetos do município. Pelas respostas apenas uma cidade (Bom Retiro) não está dentro do previsto na lei. Tem-se aqui certa semelhança com o que acontece nas maiores cidades.

Importante destacar que a cidade de Rancho Queimado, além dos parâmetros anteriormente mostrados, considera ainda a participação de órgãos importantes no município como ONGs, Conselhos Comunitários, Associações de Moradores e Sindicatos e já Pinhalzinho promove as audiências públicas.

Tabela 26 - Respostas obtidas relativa a Pergunta 07 do Questionário

Pergunta 07 – Existe estudo pela PM para definição do grau máximo de utilização, ocupação e o número máximo de usuários ao mesmo tempo, e o equipamento supre a população da sua área de entorno?

Cidade	Sim		Não	Total
	Por Estimativa	Por Estatística		
Araranguá,			X	
Bom Retiro	X			
Campo Alegre	X			
Ibirama	X			
Laguna	X			
Palmitos	X			
Pinhalzinho		X		
Presidente Getúlio			X	
Rancho Queimado	X			
Santo Amaro da Imperatriz			X	
São Bento do Sul	X			
Urubucí	X			
Frequência	08	01	03	12
Porcentagem	66,7%	8,3%	25%	100%

Elaborada pelo autor

Pelas respostas pode-se verificar que 66,7% das cidades estimam o grau de utilização, ocupação e número máximo de usuários e da população do entorno, e somente uma (Pinhalzinho) alega usar a estatística. Enquanto que vinte e cinco por cento delas não se preocupa com aqueles indicadores. Entende-se que o estudo deveria ser estatístico, pois é de elevada importância, conhecer a região e a população da área de abrangência prevista para o equipamento, em todos os seus indicadores tais como: infraestrutura, acessibilidade, mobilidade, faixa etária, índice de desenvolvimento e outros, pois diminuiria em muito a margem de erro no uso do equipamento. Observa-se aqui coerência com o que ocorre nas maiores cidades.

Tabela 27 - Respostas obtidas relativa a Pergunta 08 do Questionário

Pergunta 08: Sabe-se que a informação é a base para um melhor conhecimento e gestão do território e, conseqüentemente da melhoria de vida de sua população. A PM utiliza-se, quando na definição de um EUC, dos produtos cartográficos, tais como Cadastro Técnico, Mapas temáticos ou SIG, por exemplo?

Cidades	Sim	Não	Total
Araranguá		X	
Bom Retiro		X	
Campo Alegre		X	
Ibirama	X		
Laguna	X		
Palmitos	X		
Pinhalzinho		X	
Presidente Getúlio	X		
Rancho Queimado,	X		
Santo Amaro da Imperatriz	X		
São Bento do Sul	X		
Urubici		X	
Frequência	07	05	12
Porcentagem	58,3%	41,7%	100%

Elaborado pelo autor

Mostra-se na tabela 28, a seguir, aquelas prefeituras que responderam sim para o uso de sistemas cartográficos e aquelas cidades que não usam os sistemas o mas que utilizam outros métodos.

Tabela 28 - Resumo dos sistemas cartográficos utilizados

Cidade	Resposta		Método Utilizado
	Sim	Não	
Araranguá		X	Não possui dados confiáveis
Bom Retiro		X	Não respondeu
Campo Alegre		X	Baseia-se nos conceitos de economia, levando em consideração os imóveis/terrenos a disposição do poder público para que não onere os cofres públicos
Ibirama	X		Cadastro Técnico
			Mapas
Laguna	X		Cadastro Técnico
Palmitos	X		Cadastro Técnico
			Mapas de Loteamentos
Pinhalzinho		X	Principalmente pela experiência dos técnicos do município
Presidente Getúlio	X		Cadastro Técnico
Rancho Queimado	X		Cadastro Técnico
			Mapas do IBGE/UFSC
			Aérofotografias
Santo A. Imperatriz	X		Cartografia
São Bento do Sul	X		Cadastro Técnico
			Mapas temáticos
			Ortofotocartas
Urubici		X	Não respondeu

Elaborado pelo autor

Como se pode observar a maioria das cidades utiliza-se do cadastro técnico como sistema principal de informação (58,4%) e as outras (41,6%) não utilizam nenhum sistema.

Tabela 29 - Respostas obtidas relativa a Pergunta 09 do Questionário

Pergunta 9: A PM se baseia em algum método para tomada de decisão em relação a definição do melhor local para a implantação de um EUC?

Cidades	Sim	Não	Total
Araranguá		X	
Bom Retiro		X	
CampoAlegre		X	
Ibirama	X		
Laguna		X	
Palmitos		X	
Pinhalzinho		X	
Presidente Getúlio		X	
Rancho Queimado,	X		
Santo Amaro da Imperatriz		X	
São Bento do Sul		X	
Urubici		X	
Frequência	2	10	12
Porcentagem	16,70%	83,30%	100%

Elaborada pelo autor

Como se pode apurar a maioria das cidades afirma não utilizar método para a tomada de decisão quando da definição do local de implantação de um EUC. Apenas Ibirama e Rancho Queimado afirmam que se baseiam em um método.

Tabela 30 - Como as cidades definem seus locais de implantação de seus EUCs

Cidades	Resposta		Como as cidades definem seus EUCs
	Sim	Não	
Araranguá		X	A definição basicamente é feita pela área pública disponível, ou pela pressão popular
Bom Retiro		X	Prefeito
Campo Alegre		X	Imóveis a disposição do poder público
Ibirama	X		Discute-se sempre o melhor local indicado tecnicamente com a sociedade organizada, geralmente com as associações de moradores do local onde ocorrerá a implantação do EUC.
Laguna		X	Secretário e Prefeito
Palmitos		X	Áreas de propriedade da prefeitura
Pinhalzinho		X	Prefeito em áreas da prefeitura
Presidente Getúlio		X	Disponibilidade imobiliária
Rancho Queimado	X		Análise da área propícia à instalação de um EUC (física/social) Reunião ampla com a comunidade para verificar viabilidade Definição com os órgãos municipais
Santo A. Imperatriz		X	Prefeito, Secretários e Comunidade.
São Bento do Sul		X	As secretarias municipais, as disponibilidades e ofertas de terrenos, orçamento comunitário, e o Prefeito, sempre com base nos elementos dos quesitos anteriores
Urubici		X	Prefeito

Elaborada pelo autor

As duas cidades, Ibirama e Rancho Queimado, entendem que a fórmula utilizada seja um método. Na verdade se confundem pois o que apresentam como método são apenas parâmetros, que não podem ser consideradas nem como indicadores. As outras dez, como mostrado na tabela 31, entendem que não possuem um método e apresentam os critérios utilizados. Para auxiliar a leitura e a comparação de como as cidades definem os seus locais de implantação, criou-se na tabela 31, um resumo para facilitar dos parâmetros adotados pelas 12 cidades.

Tabela 31 - Resumo das respostas da tabela 30.

Cidade	Método de definição	Frequência	Percentual
Urubici Pinhalzinho Bom Retiro	Prefeito	03	25,0%
Laguna São Bento do Sul	Prefeito e Secretários	02	16,7%
Santo Amaro da Imperatriz Rancho Queimado Ibirama	Prefeito, Secretários e Sociedade Organizada	03	25,0%
Araranguá Campo Alegre Presidente Getúlio Palmitos	Prefeito em Área Pública disponível	04	33,3%

Elaborada pelo autor

Nesta tabela resumo observa-se que quatro cidades definem os locais de seus EUCS, por estratégia política definida pelo prefeito e, em terrenos da prefeitura. Três definem somente pela vontade política do prefeito. Duas, pela vontade dos prefeitos e secretários e três, pela vontade dos prefeitos, secretários ouvindo as reivindicações da sociedade organizada. Em todas as entrevistas, percebeu-se claramente que as prefeituras não adquirem, normalmente, imóveis para a implantação de seus EUCs, utilizando-se de seus imóveis disponíveis. Observa-se que a influência política é muito forte em todos os processos decisórios, pois a implantação dos equipamentos urbanos atende às

demandas da população e acabam tendo um cunho de oportunidade política e não técnica.

4.3 Comentários Gerais

As cidades do Estado de Santa Catarina não fugiram à regra de um crescimento urbano extremamente acentuado, como no resto do país, deixando de ter grandes populações nas áreas rurais e pequenas nas áreas urbanas, para serem o oposto, população quase que totalmente urbanas.

A expansão demográfica desenfreada, unida à ausência de planejamento e à falta de vivência e experiência dos gestores públicos (executivo e legislativo) para receber esta expansão, refletiu-se em conseqüentes ampliações dos perímetros urbanos das cidades, na maioria das vezes sem legislações específicas para isto, e no aumento da densidade populacional na ocupação do solo, nem sempre de forma legal (invasões), vinda acarretar profundas modificações sociais e estruturais, dentro destes perímetros.

Antonucci (2001) se refere à cidade, baseado nos estudiosos da morfologia urbana, como a acumulação e a integração de muitas ações individuais e de pequenos grupos, governados por tradições culturais e moldados por forças sociais e econômicas ao longo dos anos. Considera-se, então, que a cidade é o resultado das atividades bem planejadas e organizadas ou não, pela sociedade que a compõe, e que a sua construção é ponto por ponto expressão da ordem econômica, social, cultural e tecnológica presente nesta sociedade em dado momento. A cidade tem o privilégio de ser o lugar onde diariamente se criam novos modos e estilos de vida. Nos dias de hoje, com a velocidade das informações e o acesso democratizado a estas, o modismo pode ser abstraído e apropriado a todo instante pela sociedade. Isto também pode ocorrer em relação aos equipamentos urbanos, principalmente, se não existir um planejamento definido, ficando as decisões ao gosto, estilo e idéias dos gestores municipais do momento, fato este verificado na pesquisa de campo.

Longe de ser uma observação à margem da problemática da organização social e territorial da cidade, a capacidade de produção de espaços planejados e úteis nestas, tendendo ao bem estar e padrões de eficiência, é um elemento diferencial na qualidade de vida nas cidades.

Devem resultar de planos e estratégias de planejamento, visando o conforto dos habitantes e o melhor aproveitamento do erário. Acredita-se que quando o crescimento urbano da cidade não é acompanhado por investimentos em infraestrutura, em estudos e em planejamento, nestes incluindo-se os equipamentos urbanos comunitários, a oferta dos serviços urbanos não acompanhará o crescimento da demanda. Isto irá acentuar o déficit na oferta destes serviços, o que se reverterá espacialmente, prejudicando toda a rede e provocando um desequilíbrio entre as necessidades cotidianas da população e a oferta para satisfazer estas necessidades.

Durante as investigações bibliográficas foi constatado que existe uma lacuna referente a textos específicos sobre equipamentos urbanos comunitários, sendo que, os artigos e livros encontrados relacionados com cidades, mobilidade e acessibilidade, não guardavam relação direta com o tema. Nas entrevistas realizadas, entendeu-se que além das prefeituras não investirem em bibliografia sobre o assunto, também, não incentivam a capacitação de seus técnicos de planejamento urbano, para torná-los mais bem informados e atualizados com o tema.

Embora possa ser inferido que as cidades menores se espelham nas cidades maiores de suas mesorregiões, para definirem determinados tipos de tratamentos ao processo de planejamento e tomada de decisão, no caso específico de EUC vê-se que o senso de oportunidade e a área municipal disponível são, de forma geral, os “sistemas” mais utilizados pelos municípios. As cidades, em sua maioria, aproveitam os seus terrenos disponíveis, adquiridos por força de legislação quando na implantação de loteamentos privados.

Tanto a lei federal 6766/82, quanto a sua atualização, a lei 50/2002 prevê a disponibilização de áreas nos loteamentos para equipamentos urbanos. As utilizações destas áreas não ficam definidas na aprovação do projeto, ficando as mesmas em estoque para uso futuro. Entende-se que as administrações das cidades deveriam propor alteração de lei, permitindo à prefeitura estocar áreas em outros loteamentos. Poderia se adotar o sistema de permuta, criando assim grandes áreas públicas, dentro de programas e projetos pré-estabelecidos no seu plano diretor. Um dos motivos é que as prefeituras têm grandes estoques de áreas, mas todos fragmentados, não possuindo grandes espaços para equipamentos públicos em geral. Pode-se dizer que isto ocorre com todas as cidades pesquisadas.

Nas entrevistas e ao conferir os resultados dos questionários, verificou-se que os municípios estão em fase de adequação dos seus planos diretores, em virtude da exigência do Estatuto da Cidade, onde foi estabelecida data limite (até 2006), para que todos os municípios, com mais de 20 mil habitantes, tenham adequados os seus planos diretores. Segundo depoimento dos entrevistados, a grande maioria das cidades não fez a adequação (até o desenvolvimento deste estudo) por não possuírem estruturas de recursos humanos, financeiros e, em alguns casos, vontade política. Nos textos abaixo se mostram dois casos veiculados na imprensa. O primeiro trata da cidade de Joinville que concluiu a sua adequação em 2008.

O prefeito de Joinville [...] assina nesta quarta-feira (12) a lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município. A cerimônia será às 11 horas, na Galeria dos Ex-prefeitos. Um pouco antes, às 10 horas, o prefeito e a equipe técnica do IPPUJ concedem entrevista na Sala do Colegiado, apresentando detalhes da nova lei. O Plano Diretor começou a ser elaborado em 2005. Foram realizadas 70 reuniões em diferentes bairros da cidade, totalizando mais de 3 mil horas trabalhadas e a participação direta e indireta de 44.875 pessoas. (Disponível em www.toninhoneves.com.br, acesso em 20/01/2008).

E no segundo caso trata das cidades do sul do Estado de Santa Catarina sendo investigada pelo Ministério Público Federal, pelo não cumprimento da Lei 10.257/2001:

O Ministério Público Federal em Santa Catarina instaurou Inquérito Civil para apurar eventuais atos de improbidade administrativa decorrentes de irregularidades na execução do Convênio nº PG-208/2001-00, celebrado entre o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), o Estado de Santa Catarina e diversos municípios do sul do Estado. Conforme a Portaria nº 05/2007, que instaurou o inquérito civil, os prefeitos municipais de Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaiivota, Ermo, Jacinto

Machado, Maracajá, Meleiro, Passo de Torres, Praia Grande, São João do Sul, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Turvo, Criciúma, Içara, Morro da Fumaça e Forquilha protocolaram diversas representações no MPF apontando irregularidades na execução do Convênio nº PG-208/2001-00. Assinado no dia 13 de dezembro de 2001, o acordo prevê a elaboração e adequação dos planos diretores dos municípios integrantes da área de influência da obra de duplicação da BR-101. Porém, passados mais de cinco anos, até agora o convênio ainda não foi cumprido, inviabilizando a elaboração dos planos diretores.

Por intermédio da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC), o procurador da República em Criciúma Darlan Airton Dias foi informado que o atraso se deu por culpa do DNIT que não repassou os recursos devidos. Já o DNIT, por sua vez, imputou a demora à CODESC. Para Darlan, o Estatuto das Cidades é claro ao fixar a obrigatoriedade da elaboração de plano Diretor para todos municípios “inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional”. Nessas hipóteses, a Lei 10.257/2001 prevê que “os recursos técnicos e financeiros para a elaboração do Plano Diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação adotadas”. (Disponível em www.prsc.mpf.gov.br. Acesso em 22/01/2008).

Além do risco do prefeito ter contra si ação de improbidade administrativa, os municípios que não se adequarem à legislação, podem não serem enquadrados nas solicitações dos repasses financeiros a nível federal, como penalização.

Acredita-se, também, que devido ao fato do Estatuto da Cidade ser uma Lei recente, ainda há uma deficiência de forma legal, a nível municipal, da regulamentação dos Estudos de Impactos de Vizinhança. Observa-se então que, pela falta de critérios mais claros sobre a configuração de como estes impactos devem ser avaliados, eles são exigidos sob forma de análise, mais para empreendimentos da iniciativa

privada (aqueles que causarão grandes interferências ao seu entorno, indústrias e *shopping centers*, principalmente) do que para os investimentos do poder público. Geralmente, a cobrança de determinados critérios de análise é feita para obras que não são do poder público, sendo que na maioria das vezes, os prédios públicos, como se pôde observar pelas respostas dos questionários, não são analisados. Nos dias de hoje, como se pode acompanhar pela imprensa, o Tribunal de Contas e o Ministério Público questionam as construções de novos EUCs, tanto no trato com o dinheiro público, quanto com o objetivo e a função dos mesmos. A seguir, a título de exemplo, apresenta-se um questionamento do Ministério Público sobre a implantação de um equipamento educacional, no norte do Estado:

Mesmo sem um projeto definido e com os questionamentos feitos pelo Ministério Público Federal (MPF), a prefeitura de Joinville e o governo do Estado oficializaram, ontem, a compra da área para implantação da extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).(...) Ontem, foi assinado um manifesto com a efetivação da negociação, que será enviado à reitoria para se iniciar o projeto de construção do campus.

Procurador questiona uso de verba pública.

A denominada "obra do século", segundo o presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville (Acij), [...], enfrenta outro problema: o inquérito civil de autoria do procurador da República [...]. O documento questiona uso de dinheiro público em investimento sem projeto definido. Dos quase R\$ 10 milhões a serem investidos, 60% viriam do governo do Estado, e o restante dos cofres do município. Como o valor não estava previsto em orçamento, ele será conseguido através de um financiamento da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc). A importância da instalação desse campus está acima disso tudo. Além disso, não haveria como iniciar um projeto sem antes a área ser definida - argumentou o prefeito, [...]. O procurador [...], não quis dar declarações.

(Disponível em <http://www.conamp.org.br> Acesso em 22/01/2009).

Mediante as informações prestadas pelos municípios, entende-se que cada cidade segue o seu próprio critério para definir o local de implantação de um EUC e, acomodam as suas demandas conforme o grau de pressão da sociedade, na maioria das vezes, vinculada a um determinado tipo de representação política.

Infere-se, também, que nos equipamentos construídos para as áreas de educação e saúde, as cidades tendem a explorar ao máximo a sua capacidade de utilização, como por exemplo, o uso de turnos intermediários nas escolas (Joinville, a maior cidade do estado, tenta há anos acabar com o turno escolar do meio dia, mas o crescimento acentuado da população dos bairros e a falta de recursos alegadas, para a construção de novas escolas, ainda não permitiram).

A seguir, mostra-se matéria jornalística que reflete a falta de planejamento e a pressão popular como um fator importante nas decisões dos locais de implantação de EUCs:

Na rede pública, três mil continuam no turno intermediário:

Segundo o secretário de Educação [...], a falta de vagas nos turnos regulares (manhã ou tarde) continua e, novamente, quase 2,8 mil alunos devem iniciar o ano letivo no turno intermediário. (...) “Até o mês de abril vamos inaugurar a Escola Municipal Prefeito Nilson Wilson Bender e a (escola) prefeito Baltazar Buschle, o que vai reduzir para apenas 2,2 mil alunos no turno intermediário”, garante. (...) Nos CEIs ainda faltam vagas. O problema da falta de vagas nos CEIs (Centro de Educação Infantil), que atendem crianças de zero a seis anos, persiste em Joinville. Pais que trabalham o dia todo estão tendo dificuldades na hora de matricular seus filhos devido à falta de vaga. Hoje, a cidade possui apenas 52 centros que somam 8 mil vagas, numero bem inferior ao necessário. O filho mais velho da ex-auxiliar de produção Sônia do Santos, de 31

anos, não conseguiu vaga. Ela conta que não pode voltar a trabalhar porque na época o CEI já estava lotado e não tinha onde deixar seu filho. “Naquela época, há três anos não tinha vaga. Hoje está pior. Agora com minha outra filha que nasceu não tenho onde deixá-la por isso não voltei a trabalhar”, lamenta a senhora. A administração municipal promete inaugurar mais dois centros no próximo mês. Mesmo ainda em obras, os CEIs já possuem fila de espera que vão além da capacidade. (...) Para amenizar o problema dos pais que não têm onde deixar seus filhos para poder ir trabalhar, o secretário garante que as crianças serão aceitas nas escolas. “Estamos dando prioridade para aqueles pais que trabalham o dia todo e não têm condições de deixarem seus filhos com alguém”. Estes devem procurar o CEI mais próximo. (Disponível em www.gazetadejoinville.com.br. Acesso em 20/01/2009).

No caso específico da reportagem, escolas são usadas em turnos intermediários, criando circunstâncias que comprometem o grau de qualidade do serviço prestado e, a falta de creches comprometendo o trabalho dos pais.

Como se pôde verificar nos dados analisados, mesmo as prefeituras afirmando que estimam o número de pessoas no uso dos equipamentos, esta não condiz com a realidade. A reportagem, apresentada a seguir, mostra que o número máximo de pessoas a serem atendidas, em um Pronto Atendimento (PA) 24 Horas, em Joinville, por dia é de 350 e, no entanto, o atendimento ultrapassa o número de 750. Importante salientar também, o depoimento na citação abaixo, sobre mobilidade e acessibilidade, quanto a localização do PA:

Outro dia de PAs lotados

A falta de médicos em postos de saúde e a decisão do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, no começo do mês, de atender apenas a emergências refletiram mais uma segunda-feira de prontos-atendimentos (PAs) lotados em Joinville. Quem procurou os serviços, tanto na zona Norte quanto na zona Sul da cidade, enfrentou filas para

preencher as fichas e teve de aguardar de três a cinco horas para ser atendido. [...], de 80 anos, chegou por volta das dez horas de ontem no PA Norte, no bairro Costa e Silva, e até o meio-dia ainda aguardava atendimento ao lado de uma nora. "Comecei a sentir tonturas na sexta-feira. Fui no posto de saúde, mas eles disseram que teria de pegar vez para ser atendida. Como lá demora mais, deixei para vir aqui. A gente tem de esperar, mas aqui eles pelo menos dão um jeito de atender", conta. Cerca de 260 atendimentos já haviam sido feitos no local, somente pela manhã. O coordenador do PA, [...], diz que nas segundas-feiras ultrapassam os 750 atendimentos, enquanto os PAs têm capacidade para atender adequadamente a 350 pessoas. (...) No PA Sul, no Itaum, mais movimentado, os atendimentos chegavam a 351 ao meio-dia. A média em segundas-feiras também passa de 700 pessoas, segundo a coordenadora [...]. A localização do PA, perto de um terminal e num entroncamento de bairros, colabora para a demanda. "Muita gente, principalmente quem é mais carente, vem direto pra cá porque quer solução rápida. Atendemos todos, só que demora", diz. (Jornal A Notícia – Joinville - 24/06/2008)

A maior cidade do estado, teoricamente, deveria ter condição administrativa e técnica e apresentar possibilidades de utilização de mecanismos que suprissem o crescimento e o desenvolvimento da sua rede urbana. No entanto, o que se observa é que o atendimento é dado de forma a atenuar as demandas, consideradas insuportáveis, oriundas da pressão popular.

Conforme os municípios pesquisados, independentemente do tamanho e da mesorregião, todos apresentaram nos dados específicos da sua abrangência a falta de método para implantação de um EUC. Isto define que todos estão em uma mesma situação, no que se refere à definição dos locais de implantação de seus EUCs. Observa-se também que os equipamentos urbanos, por sua vez, quando implantados sem metodologias adequadas, acabam sendo construídos e pouco utilizados

ou utilizados de forma inadequada (exemplo: terminais urbanos de Florianópolis, figuras 1 e 2, p. 34).

Na década de 1970, época do regime político militar, iniciaram-se os processos de planejamento urbano. Os planos diretores iniciais foram direcionados visando os mecanismos de desenvolvimento do período que, entre outras circunstâncias, privilegiavam o transporte automotor (automóveis e caminhões) e o direcionamento da poluição (era incipiente a questão de tratamento de resíduos e de impacto ambiental) para regiões específicas das cidades, principalmente nas áreas industriais. Estes conceitos estabeleceram configurações urbanas (setorização) que geraram a necessidade de movimentação da população. Uns procurando melhor qualidade de vida (condomínios de alto padrão) e outros procurando menor custo, tendo como consequência loteamentos sem estruturas, surgindo assim os bairros populares. Este fato criou demandas de infraestrutura, não só de trânsito e transporte, mas também a necessidade de novos EUCs. A população das cidades, então, passou a precisar de mobilidade e acessibilidade para usar os serviços públicos e suprir os deslocamentos devidos a setorização (bairro residencial/centro/zonas industriais) dos espaços urbanos. Ao abandonar o centro da cidade, agravado pelo crescimento sem controle (migração), a população passou a fazer pressão nos governos, para ter mais perto de si todos os serviços públicos.

Sobre os planos diretores explanou o entrevistado arquiteto Rogério Gonçalves¹¹:

“O plano diretor como conceito está no papel, Joinville o possui desde 1974, porém, sofreu as consequências do crescimento, por não tê-lo respeitado na sua essência. Ter plano diretor significa ter uma meta a ser atingida. Isto explica o fato de Curitiba e Joinville terem planos diretores desenvolvidos pelo mesmo escritório, na mesma época, e, segundo o seu autor, Jorge Wilhein, o de Joinville foi melhor concebido. Curitiba criou a cultura de implantar e seguir o seu plano diretor e

¹¹ Rogério Pupo Gonçalves. Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Joinville, entre 2003 e 2005. Entrevista realizada em Joinville, em 25/07/2008.

se transformou na cidade que é hoje, considerada uma das mais bem planejadas do país. Enquanto que, Joinville não seguiu o seu e enfrenta problemas dos mais diversos. Por isso, a cultura de planejamento depende do pensamento político e no caso dos municípios depende e muito, do prefeito querer fazer e não somente dos técnicos. Muito mais importante que o prefeito querer definir o local de implantação de um equipamento é ele ter critérios e métodos para implementação de planejamento como um todo. Assim, ele terá formas de desenvolver a cidade e não somente aumentar o seu tamanho, aumentando os seus problemas. O fator de gerenciamento é fundamental para se atingir o sucesso na função do equipamento público, quer por seu uso ou pela capacidade de atender a população, com a finalidade para o qual foi criado”.

Percebeu-se assim, que as preocupações surgidas nas entrevistas e respostas aos questionários, referem-se aos equipamentos comunitários de maior demanda e necessidade (saúde e educação), mas entende-se que se pode, ainda, expandir esta leitura à questão referente às áreas públicas de segurança e de lazer, como: praças, parques e equipamentos esportivos. Por outro lado, pode-se afirmar que o fato dos municípios, de alguma forma, possuírem um plano diretor, possibilita ter-se um grau de entendimento que estes planos diretores, se bem utilizados, podem provocar um processo de planejamento e de desenvolvimento, não somente dos mecanismos legais, mas também do “*modus operandi*” do gerenciamento das cidades, a partir do ponto de vista do equilíbrio entre crescimento e desenvolvimento.

Segundo Lira (1999) houve momentos em que fazia sentido pensar a cidade em referência à raça, cultura e à nação. Até porque, a cidade, como obra da civilização, era filha da nação e como tal podia ser concebida com as características do homem que nela vive, assim como, com as suas crenças e valores. No entanto, é interessante notar que a diferença étnica não influi no planejar as cidades catarinenses, visto que a fórmula final tende para a decisão política, pelo menos na contemporaneidade. Apesar dos fundadores destas cidades serem de origens étnicas diferentes, com o passar dos anos os reflexos

administrativos parecem os mesmos. É fato real que as intervenções raciais não são tão visíveis.

Nas entrevistas, observou-se que antes do advento do Estatuto das Cidades, a mobilidade e a acessibilidade eram consideradas ações isoladas. O Estatuto trouxe a necessidade de portadores de deficiências serem atendidos em sua gama de peculiaridades, bem como o Estatuto do Idoso obrigou à implementação de ações, prevendo o atendimento, a várias necessidades especiais.

Isto está obrigando as cidades à formalidade legal no entendimento da mobilidade e da acessibilidade, fazendo com que os municípios revejam determinados conceitos ou mesmo, passem a observá-los com maior grau de atenção e cuidado. Exemplos disto são os municípios de Blumenau, Joinville, Florianópolis e Chapecó, que segundo os atores entrevistados, estão iniciando ações de cuidados e critérios, voltados aos meios de acessos aos equipamentos urbanos comunitários.

Pelo que se observou nas prefeituras, entende-se que os processos para o seu fortalecimento técnico e a implantação de mecanismos de decisão, apoiados em métodos e não só em indicadores próprios, dependem da vontade, do interesse, da decisão política, assim como, do discernimento dos gestores eleitos e dos secretários municipais indicados (cargo de confiança e nem sempre técnico), para a administração das cidades.

CAPITULO V

Este capítulo apresenta as conclusões encontradas neste trabalho a partir dos levantamentos teóricos e empíricos. Coloca-se o ponto de vista do investigador a partir dos vários temas abordados os quais embasaram os resultados alcançados. Enfatiza-se a importância de um método estruturado que auxilie os gestores nas tomadas de decisão para o planejamento e definição dos EUCs. Bem como, ainda, a necessidade das prefeituras se preparem para tratar o tema de forma mais eficiente e com gestores capacitados para enfrentar com mais segurança os desafios de compreender e executar o que a legislação recomenda, e sobretudo, saber lidar com a complexidade que o tema exige. Apresentam-se, também, as recomendações e as sugestões para futuros trabalhos.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como interesse maior contribuir para a melhoria do processo de definição dos locais de implantação do EUCs. Para isso, definiu-se como objetivo principal: Analisar os processos de definição utilizados pelas prefeituras, para o local de implantação de Equipamentos Urbanos Comunitários (EUC), em municípios de Santa Catarina, com o intuito de no futuro, se elaborar métodos científicos que definam o melhor local de implantação para estes, nas cidades.

Para se compreender e identificar os processos utilizados pelas prefeituras analisou-se os aspectos teóricos constantes na literatura, de legislação, de planejamento urbano, de qualidade de vida e de acessibilidade, além do levantamento de campo através das entrevistas e questionários aplicados aos sujeitos envolvidos.

A partir dessa panorâmica constatou-se em relação aos aspectos teóricos que são poucos os trabalhos que tratam do assunto e que em nível de orientação, a legislação básica que rege estas questões está pautada no Estatuto da Cidade, principalmente, nos Planos Diretores. No entanto, os próprios planos diretores das cidades já adaptadas à Lei, requerem regulamentações legais (ex. Lei de Ordenamento Territorial-LOT) que facilitem o planejamento e fiscalização das ações na cidade.

A pesquisa exploratória revelou, ainda, pelos depoimentos nas dezoito prefeituras, uma forte tendência política nos processos de tomada de decisão, muitas vezes, não levando em consideração a tendência de direcionamento da expansão urbana.

Verificou-se que o rápido crescimento populacional urbano das últimas décadas, fato inquestionável, tem provocado nas cidades brasileiras o acúmulo de diversos problemas. Neste sentido, o presente estudo procurou explorar as prefeituras da cidade mais populosa de cada mesorregião do Estado de Santa Catarina e de mais duas de menor porte, de seu entorno, visando entender como estas definem o local de implantação de seus EUCs.

Percebeu-se que existe uma grande diferença entre as estruturas das prefeituras das cidades, principalmente, no que se referem aos órgãos os quais estão vinculados as questões objetos deste estudo. As cidades avaliadas têm sistemas administrativos diferenciados em relação aos seus gerenciamentos e ao planejamento urbano. Todos os responsáveis pelos órgãos têm cargo de confiança do Prefeito.

Baseado nas entrevistas verificou-se que a maioria dos entrevistados não mostra domínio considerável sobre o assunto. Infere-se que as decisões são mais políticas do que técnicas. Nas prefeituras menores isto fica mais acentuado, visto que, nem todos os responsáveis pelos setores que definem este tema têm formação técnica. Há flagrante diferença de postura entre os servidores responsáveis entrevistados, principalmente pelas formações diversas destes, além de que, muitas secretarias não são afeitas, exclusivamente, ao assunto. O grupo de entrevistados mostrou, por meio dos depoimentos e respostas aos questionários, que a autonomia e poder de decisão, quanto à influência de indicadores e parâmetros para a definição do melhor local de implantação de um EUC, ainda é limitado pela decisão política.

Após a análise dos resultados da pesquisa pode-se afirmar que a hipótese do trabalho (*os gestores das cidades catarinenses definem a implantação de um Equipamento Urbano Comunitário, sem um método científico, que se baseia em indicadores para implantá-los no melhor lugar em termos de acessibilidade, de mobilidade, de uso e do melhor aproveitamento do erário público*) fica comprovada, pois o estudo de campo mostrou a não existência de método para a definição dos locais de implantação de EUCs nestas prefeituras. Importante frisar que o mesmo que acontece com as cidades mais populosas, acontece, também, com as menores. O estudo das doze cidades menores, que servem como

apoio para consistência destes resultados em relação às maiores, se mostrou totalmente coerente, confirmando a prática de que estas se espelham naquelas.

Ficou evidente que mesmo para os municípios mais populosos, que possuem maior estrutura de gestão municipal, existe um direcionamento de ações, voltado para a decisão política. Esta, normalmente, é pautada na pressão popular (sociedade civil organizada) dependendo do seu nível de organização e representação.

Embora a Lei 10.257/2001 determine para o planejamento municipal, que haja a discussão entre todos os atores componentes da sociedade, observou-se que há conflitos e contradições entre prefeitos, vereadores, técnicos e comunidade. Esta discussão deve ser fomentada pelo Conselho das Cidade, eleito dentro das normas preconizadas pelo Estatuto da Cidade, e através de audiências públicas, que garantam um sistema democrático objetivando o melhor para a população.

Apesar dessa necessidade normativa que veio para facilitar e orientar as decisões dos gestores notou-se que o fator de decisão ainda está concentrado na vontade do prefeito ou do secretário municipal. Isto vem fortalecer a visão que se teve na investigação, que a decisão é baseada em indicadores próprios (visão política) e não em método técnico-científico.

Por isso, reafirma-se que mesmo que sejam considerados os critérios estabelecidos pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), é imprescindível que haja um método baseado em parâmetros indicadores. As discussões precisam ser aprofundadas, uma vez que os problemas e as soluções estão interligados, de forma sistêmica com todo o planejamento da cidade. A simples discussão (prefeito, vereadores, técnicos e comunidade) nem sempre caracteriza a melhor solução “para a definição do melhor local”.

Outro fator importante que ficou evidente foi que as prefeituras não adquirem terrenos para implantação de EUC, e em geral, aproveitam o seu “estoque”, mesmo não sendo o local mais apropriado.

Considera-se que as prefeituras não estão preparadas sobre a importância do tema e, também, sobre a necessidade de métodos baseados em parâmetros indicadores, que guiem as ações e orientem na compreensão das conseqüências que podem advir da escolha de um local inadequado.

Percebe-se que há necessidade de conscientização, dos prefeitos e secretários municipais, sobre a importância do investimento em planejamento, capacitação e contratação de pessoal devidamente habilitado. Isto, possibilitaria manter constantes atualizações dos dados referenciais e diminuir os graus de conflito e de incerteza no processo de ampliação das estruturas urbanas. Entende-se que não se pode mais ficar entre os limites das técnicas (planejamento, sistemas informacionais, etc...) e as vontades políticas dos gestores. Criar um Sistema de Informações Geográfico - SIG é, atualmente, indispensável em função do caráter mutante das dinâmicas populacionais na malha urbana. Encara-se esta criação (SIG), como fator central para a reestruturação dos órgãos de planejamento das Prefeituras Municipais, em termos de visão de futuro “no viver urbano”, que permitirá além das vantagens administrativas imediatas, principalmente, a continuidade do planejamento nas administrações subseqüentes.

Este trabalho serve de subsídio para que as prefeituras municipais entendam que devem investir em métodos de apoio de tomada de decisão. Também orienta para que estas se adequem estrategicamente, fazendo investimentos em planejamento e qualificação de pessoal, para suprir as necessidades reais, antecipando-se às demandas da população, com o melhor aproveitamento do erário.

Assim, pode se afirmar que os objetivos definidos para esta pesquisa, foram atingidos na íntegra, uma vez que os estudos tanto do ponto de vista teórico quanto os resultados empíricos analisaram as prefeituras e revelaram que estas não possuem método estruturado para definir o local de implantação dos EUCs.

De forma geral, todos os municípios analisados apresentam o mesmo perfil e todos buscam soluções, voltadas às condicionantes forçadas pelas demandas apresentadas, correndo atrás do processo ao invés de antecipá-los.

Reportando-se, também, a questão principal estabelecida para a pesquisa: *Como as prefeituras estão definindo os locais de implantação de seus EUCs?* A pesquisa de campo revelou que há uma necessidade básica de gestão política democrática, de entendimento às leis, de capacitação e de informação no que se refere ao tema. É necessário que haja estratégias de ação, com o uso de seus melhores recursos, para uma disciplinada estratégia de concentração de esforços no início do planejamento e não deixar na vontade política de seus gestores. Assim, baseados nessas informações e nas respostas às entrevista e

questionários, pode-se responder a questão afirmando que a maioria das prefeituras definem os locais de implantação dos EUCs, seguindo as estratégias políticas de seus gestores, na maioria das vezes dos prefeitos e em outras (poucas) consideram também a interferência dos secretários e da comunidade.

5.1 RECOMENDAÇÕES

Baseado nas conclusões tiradas sugere-se algumas orientações para as prefeituras, com o objetivo de melhoria na gestão das decisões das implantações dos seus EUCs:

- É preciso estabelecer a necessidade de mudança de cultura nas administrações municipais e estas devem estar abertas a isto. A implementação de melhorias só ocorrerá com a aceitação de nova visão administrativa:

- Os prefeitos e secretários envolvidos têm que “comprar” a idéia de investir em sistemas de informação geográficas (SIG) e aquisição de dados;

- Os prefeitos e secretários envolvidos devem ter o discernimento de entender que a melhor decisão política será aquela discutida com a comunidade, mas baseada em um método científico que ajude a interpretar o melhor local de implantação de um EUC;

- É preciso investir no aperfeiçoamento técnico e treinamento dos servidores a respeito de sistemas cadastrais e coleta de dados, para que se tenha sucesso na implementação destes;

- As melhorias, nos sistemas de informação e métodos, devem estar integradas à estratégia da administração municipal visando perenidade, com atualizações constantes;

- Todos os Equipamentos Urbanos Comunitários devem considerar o usuário final, em termos de conforto (segurança, mobilidade e acessibilidade) e o melhor aproveitamento do erário;

- Os projetos devem ser desenvolvidos visando o atendimento da população pretendida, executados com materiais resistentes e que evitem manutenção constante. Entende-se que os EUCs não devem estar

inseridos na cultura do efêmero, envolvidos pela manipulação dos gostos e das opiniões políticas.

- A preocupação com relação aos desperdícios deve ser tratada de forma sistemática desde o projeto;

- A idéia do fluxo de pessoas e do arranjo físico devem estar consolidadas nas atividades de desenvolvimento do projeto;

- Na elaboração do projeto e na definição do local de implantação deve-se levar em conta o perfil da população e a previsão estatística de crescimento. A representação do EUC deve considerar as atividades que agreguem valor ao bem estar da população almejada;

- É indispensável avaliar toda a área de entorno e fazer o estudo de impacto ambiental e de vizinhança:

- Entende-se, também, que as prefeituras precisam fazer leis de permuta de áreas, para criarem grandes espaços públicos (agrupar as áreas de loteamentos, para projetos planejados, em um só local, visando ter um estoque de grandes áreas e não somente de áreas fragmentadas, na maioria, de baixa qualidade para edificações—acidentadas, em faixas sanitárias, sem acesso, por exemplo);

- Investir em pesquisa e inovação e trazer para a sua realidade modelos vitoriosos, adequando-os ao modo de vida de sua população.

5.2 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Este trabalho procurou visualizar uma questão básica, para servir de suporte a novos trabalhos, ou seja, saber como as cidades do Estado de Santa Catarina definiriam o local de implantação de seus Equipamentos Urbanos Comunitários, criando espaço para novos pesquisadores interagirem com o tema.

Sugere-se como assunto para novos trabalhos, visando a melhoria do serviço público em relação à melhor aplicação do erário e da melhor qualidade de vida nas cidades tendo em vista ao melhor atendimento de sua população:

- a. Desenvolvimento de métodos de apoio à tomada de decisão para a definição do melhor local de implantação de um equipamento urbano comunitário;
- b. Estudo nas cidades catarinenses sobre a abrangência do uso de produtos cartográficos;
- c. Estudo para implantação de SIG (Sistema de Informação Geográficas) em cidades de Santa Catarina.
- d. Desenvolvimento de estudos que mostrem indicadores e variáveis (*standard*), definidas para cada tipo de EUC.

6 BIBLIOGRAFIA

6.1 Bibliografias Referenciadas

ALMEIDA, Mário de Souza. **Tecnologia de Informação e a Criatividade no desenvolvimento de Produtos: Um Estudo de Caso em Grandes Organizações**. Tese de Doutorado, UFSC. Florianópolis, 2004.

ALVES, Rafael de Oliveira. **Fundamentos do Direito Urbanístico**. Belo Horizonte, 2012. ISBN 978-85-912658-2-4. <http://books.google.com.br>

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. **Estatística aplicada à administração e economia**. 2. ed. São Paulo: Thomson learning, 2007.

ANTONUCCI, Denise. Morfologia urbana – O Conceito. **Revista Arquitexto** 014. Julho, 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br-arquitexto>>. Acesso em: 19 set. 2008.

ARGAN, C. G. **A história da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ASCOM – Assessoria de comunicação do MPF. **MPF quer agilizar a elaboração dos planos diretores do sul do Estado**. Notícia de 08\08\2007. www.prsc.mpf.gov.br. Acesso em 03\07\2008.

ASCOM – Assessoria de comunicação do MPF. **Terreno para a UFSC custará 9,4 milhões**. Notícia 18\09\2007. www.conamp.org.br. acesso em 03\07\2208.

AZAHAN, A; JAMALUDDIN, M.J; LUKMAN, Z. M; KADARUDDIN, A; KADIR, A. **The Quality of Life in Malaysia's Intermediate City: Urban Dwellers Perspective**. European Journal of Social Sciences – Volume 9, Number 1 (2009). Disponível

em <http://www.fpsk.unisza.edu.my/ccqols/images/pdf/27.pdf>. Acesso em 21.01.2013.

AZEVEDO, Leda de. **Manual para a acessibilidade aos prédios residenciais da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2001.

BACZKO, B. Imaginário social. **Enciclopédia Einaudi, v. 5**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BARREIROS, Antonio F.; ABIKO, Alex K. **Reflexões sobre o Parcelamento do Solo Urbano. Boletim Técnico da USP**. São Paulo: 1998.

BARROS, Adil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide A. de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

BASTOS, Maria das Dores de Almeida. **A realidade urbana de Florianópolis a partir da informação cadastral municipal**. Florianópolis: UFSC, 1995, monografia de fim de curso de bacharelado em Geografia, p. 28.

BRYMAN, A. *Research Methods and Organization Studies*. Londres: Routledge. 2000.

BOYER, M. C. *The City of Collective Memory. Its Historical Imagery and Architectural Entertainments*. Cambridge Mass.: MIT Press, 1994.

BRESCIANI, M. S. In: PESAVENTO, Sandra J.; SOUZA, Célia (org.). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRHS, 1997.

CARTILHA CALÇADAS EM BLUMENAU. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Prefeitura de Blumenau. SC, 2006.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHAUSSINAND-NOGARET, G. *La Vile Jacobine et Balzacienne*. In: LADURIE, Emmanuel Le Roy (org.). **La Ville Classique de la**

Renaissance aux Révolutions. L'Histoire de la France Urbaine, 3. Paris, Seuil, 1981, pp. 539-620.

CLARK, D. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo: Ed. Difel, 1985.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **Planejamento e desenvolvimento urbano**. Desenvolvimento Urbano: Gestão Territorial Responsável / Confederação Nacional dos Municípios. – Brasília: CNM, 2008. 84 p. Vol. 10 ISBN 978-85-99129-31-9

Coluna Toninho Neves. **Tebaldi assina Plano Diretor**. www.toninhoneves.com.br acesso em 03/08/2008. notícia de 11/03/2008.

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES. BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002. <http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/oqueplano.php>

CORTÉS TORRES, Maria Guadalupe. *El Equipamiento Urbano de La Educacion Superior em La ZMCM*. In: **Revista Gestión y Estrategia**. 2000. Disponible em: <<http://www.azc.uam.mx-publicaciones-gestion-mm2>>. Acesso em: 26 nov. 2007.

COSTA, Licurgo Ramos da. **ACIL e seu compromisso com o desenvolvimento da serra catarinense**. Lages: Ed. e Gráfica Pérola, 2001.

DIAS, Cláudia Augusto. **Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas**. Informação & Sociedade: Estudos. v. 10, n. 2, 2000. Disponível em www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002621&dd1=a0003.

DIAS, Fabiano. **O desafio do espaço público nas cidades do século XXI**. Revista Arquitexto 061. Junho, 2005. www.vitruvius.com.br-arquitexto. Acesso 22.05.2010.

DINIZ, João. Limites da cidade. **Revista Arquitexto 043**. Dezembro, 2003. www.vitruvius.com.br-arquitexto.

FALCATO, Jorge. Acessibilidade - Um direito de cidadania. In: **Revista Ciudibero**, n. 23, maio 2002, p.37-40. Disponível em: <<http://www.nunimadrid.es>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

FALCON, F.J.C.. História e Representação. In: Ciro Flamarion Cardoso e Jurandir Malerba. (Org.). **Representações e contribuição a um debate transdisciplinar**. São Paulo: Papirus, 2000, v., p. 41-79.

FERRARA, L. D'Alessio. **Olhar periférico**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp, 2000.

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**. Joinville: Impressora Ipiranga Ltda, 1965.

GAMA D'EÇA, Felipe. Conheça o plano metropolitano. **Jornal Sul da Ilha**, Florianópolis, ano1, n. 3, nov. 1995, p.14.

GATES, Roger; McDANIEL, Carl. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GAZETA DE JOINVILLE. **Na rede pública, três mil continuam no turno interme-diário**. Notícia de 10\01\2008. www.gazetadejoinville.com.br. Acesso em 04\07\2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

GUERRA, Isabel. Tensões do Urbanismo Quotidiano. In Portas, N., Domingues, A. e Cabral, J.: **Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades**. Org.

PORTAS, N. et.all. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2002.

HURIOT, Jean-Marie; DERYCKE, Pierre Henry. *Penser La Ville - Théories et Modèles*. Paris: Ed. Econômica. 1996.

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Apostila: O PAPEL DO MUNICÍPIO EM ACESSIBILIDADE. 2001. Rio de Janeiro.

IBRI, I. A. **Kósmos Noetós**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

JACOBI, Pedro. **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. 2º edição. São Paulo: Annablume, 2006. ISBN 85-7419-102-7.

JORNAL A NOTÍCIA. **Outro dia de Pas lotado**. Notícia de 24/06/2008. www.clicrbs.com.br. Acesso em 04/07/2008.

KNAUSS, Paulo. **Sorriso da cidade**: imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói: Fundação de arte de Niterói, 2003.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LANDIM, Paula da Cruz. **Desenho de Paisagem Urbana**: cidades do interior paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LE BERRE, M.. *Encyclopédie de Géographie*. Paris: ed. Econômica. 1992, pp. 617-638.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1988.

LEFFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEITE, Julieta. A cidade como escrita: o aporte da comunicação na leitura do espaço urbano. **Revista Arqutexto 067**. Dezembro, 2006.

LIMA, Renato Silva. **Acessibilidade – O Caso de Cidades Médias Brasileiras**. Dissertação de Mestrado. USP - São Carlos. 1998.

LIRA, José Tavares Correia de. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil. **Revista Brasileira de estudos Urbanos e Regionais**. Nº 1. Maio 1999.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAKOWIECKY, Sandra. **A representação da cidade de Florianópolis na visão dos artistas plásticos**. 2003. 543 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MENEZES, U. T. B. Morfologia das cidades brasileiras – introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. In: **Revista USP/SP**. N.30, jun/ago, 1996.

MONTEIRO, Rogério. Um Brasil Diferente. In: **Revista Mares do Sul**, nº 31, 49-50, Santa Catarina: Editora Mares do Sul, abr./maio de 2000.

MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. **Estatuto da Cidade para Compreender**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA,2001.

OLIVEIRA, Roberto. **A Methodology for Hausing Design**. Tese de doutorado. University of Waterloo, U. W., Canadá: 1994.

PAULI, Evaldo. Santa Catarina Província. ENCICLOPÉDIA SIMPOZIO.(Versão em Português do original em Esperanto). © Copyright 1997 Evaldo Pauli. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Santa%20Catarina%20Provincial/91sc1363-1376.htm>>. Acesso em 13 fev.2008.

PLANO DIRETOR. Disponível em: <<http://plano.itajai.sc.gov.br/index.php>>. Acesso em: 12 out. 2007.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João. **Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades**. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

ROUANET, S. P. A cidade iluminista. In: SCHIAVO, C.; ZETTEL, J. **Memória, cidade e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

SACHET, Celestino; SACHET, Sérgio. **Santa Catarina: 100 anos de história**. Florianópolis: Ed. Século Catarinense, 1997.

SANT'ANNA, Maria Josefina. A cidade como objeto de estudo: diferentes olhares sobre o urbano. **ComCiência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**. SBCP. 2002. www.comciencia.br.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2 ed. São Paulo: Editora Nobel, 1993.

_____. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Luis Delfim; MARTINS Isabel e BRITO, Paula. O Conceito de Qualidade de Vida Urbana na Perspectiva dos Residentes na Cidade do Porto. **Estudos Regionais nº 9, 2005** -Disponível em http://www.apdr.pt/siterper/numeros/rper09/art01_rper9.pdf

SANTOS, Sílvio Coelho dos. O panorama sócio-demográfico no início do século. IN: CORREA, Carlos Humberto (org). **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis, Instituto Histórico e geográfico de Santa Catarina. 2000, p.107-126.

SILVA, A. **Imaginários urbanos**. Bogotá y São Paulo: Cultura y Comunicaci3n urbana em Am3rica Latina. Bogotá: Terceiro Mundo Editoras, 1994.

SILVA, José Afonso. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1995.

SIMÕES, Jorge Falcato; BISPO, Renato. Design Inclusivo: Acessibilidade e Usabilidade em Produtos, Serviços e Ambientes. Manual de apoio às ações de formação do projeto Design Inclusivo. **Centro Português de Design, Maio de 2006, 2ª Edição.** www.designincludesyou.org/wp-content/uploads/2012/04/DesigInclusivo_Voll1.pdf. Disponível em 30.01.2013

SOUZA, Rafaela Assis de; CARVALHO, Alysson Massote. **Programa de Saúde da Família e qualidade de vida: um olhar da Psicologia.** *Estud. psicol.* (Natal) v.8 n.3 Natal sep./dez.2003.<http://www.scielo.br>. Acesso em 18.01.2013.

Symon, G. & Cassel, C. (EDS) **Qualitative Methods in Organizational Research: A Practical Guide**. London: Sage Publications. 1999.

TELES, Paula. **Os Territórios Sociais da Mobilidade** – um desafio para a Área Metropolitana do Porto. Porto: Edição: Lugar do Plano, 2004.

NEVES, Toninho. Tebaldi assina Plano Diretor. 11\03\2008 www.toninhoneves.com.br acesso em 03\08\2008

YÁZIGI, Eduardo. **Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulo do amanhecer.** São Paulo: Contexto, 2003.

Yin, Roberto K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VALENTE, Prudência. **Qualidade de vida na cidade da Guarda.** Centro de Estudo Ibérico. S.D.

ZANELATTO, João Henrique. **Comparação da Imigração Europeia e Inserção Sociopolítica dos Imigrantes e Seus Descendentes nas Regiões Sul, Vale do Itajaí e Norte de Santa Catarina (1850-1920).** Saeculum - Revista de História (nº24); João Pessoa, Janeiro – Junho. 2011)

ZEFERINO, Augusto César. A expansão da rede urbana. IN: CORREA, Carlos Humberto (org). **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis, Instituto Histórico e geográfico de Santa Catarina. 2000, p. 42- 61.

ZMITROWICZ, Witold. **Infra-estrutura urbana**. São Paulo: EPUSP, 1997. 36p. – (Texto Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/17). Disponível em <http://pcc2561.pcc.usp.br/ttinfraestrutura17.pdf>. Acesso em 12.01.2013.

ZOLET, Victorino B.. **ZOLET: 50 anos fotografando Chapecó: uma coletânea de 500 fotos**. Chapecó: Ed. do Autor, 2006.

6.2 Bibliografias Consultadas

AMARAL, A. A Imagem da Cidade Moderna: o Cenário e sua Arena. In: FABRIS, Anna Teresa. **Modernidade e Modernismo no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 1994, p. 89-95.

AUMONT, J. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993.

BERGER, P. (org.). **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: UFSC/ ALESC, 1984.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **A História Cultural**. Lisboa: DIFEL, 1994.

_____. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.13, 1990, p.108.

CHOAY, Françoise ; MERLIN, Pierre. *Dictionnaire de L'urbanisme et de L'aménagement*. Paris: ed. PUF. 1994.

CIDADES EUROPÉIAS SUSTENTÁVEIS. Disponível em: <<http://ec.europa.eu-enviroment-urban>>. Acesso em: 16 nov. 2007.

COELHO, T. A arte na metrópole. In: **Revista Bravo!** n. 54, ano V, mar. 2002, p. 43-8.

COLLETTA, T. *Il Commercio delle Immagini del Mito. Le Cartografie dei Grandi a'Atlanti di Città' del Cinquecento*. In: MAZZOLENI, D. (org.). *La Città e l'Immaginario*. Roma, Officina Edizioni, 1985, pp. 142-50.

COSGROVE, D.; DANIELS, S. (org.). *The Iconography of Landscape. Essays on the Symbolic Representation, Design and Use of Past Environments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

DESLANDES, Suely F. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes , 2000.

ETNIAS DE SANTA CATARINA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Etnias_de_Santa_Catarina&action=edit§ion=3>. Acesso em: 19 fev. 2008.

FABRIS, A. **Fragmentos urbanos: representações culturais**. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

_____. O Espetáculo da Rua: Imagens da Cidade no Primeiro Modernismo. In: BULHÕES, M. A.; KERN, M. L. B. (orgs.). **A Semana de 22 e a Emergência do Modernismo no Brasil**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 31-4.

FABRIS, A.; BATISTA, M. R. (orgs.). Cidade: História, Cultura e Arte. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Arte**. São Paulo: CBHA/Fapesp/ECA-USP, 1995.

FIGUEIREDO, Rubens. **As cidades que dão certo: experiências inovadoras na administração pública brasileira**. Brasília: MH Comunicação, 1996.

FIZ, Simón Marchán. *Contaminaciones Figurativas. Imágenes de la Arquitectura y la Ciudad como Figuras de lo Moderno*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.

FREIRE, C. **Além dos mapas**. Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC Annablume, 1997.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN. **O Imaginário da Cidade**. Lisboa: ACARTE, 1989.

GENTE CATARINENSE. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/turismo/contrastes/gente.html>>. Acesso em: 10 fev. 2008.

GONZÁLEZ, Román R.. FERNÁNDEZ, Rubén Cid. **A Informação Geoespacial nas cidades do Eixo Atlântico – Projecto SIUTEA**. Porto: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, 2007.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991b.

HILLMAN, J. **Cidade e alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

LIMA, Roberval Felipe Pereira. **Espacialização dos Índices de Desenvolvimento Humano-IDH por cartogramas corocromáticos estatísticos**. Tese de Doutorado. UFSC. Florianópolis, 2006.

LINKS, J. G. *Townscape Painting and Drawing*. London: Batsford, 1972.

LOCH, Carlos. SILVA, Júlia M. SARTORI DAMO, Márcia R.. **Os municípios catarinenses e o Plano Diretor**. COBRAC, Florianópolis, 2004.

LOURENÇO, Julia Maria. **Expansão Urbana – Gestão de Planos-Processos**. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento da pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 1997.

MIRA, Marly A. F. B. A evolução sócio-demográfica de Santa Catarina. IN: CORREA, Carlos Humberto (org). **A realidade catarinense no século XX.** Florianópolis, Instituto Histórico e geográfico de Santa Catarina. 2000, p.127- 146.

OFICINA DE DESENHO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. (1. : 1995 : Florianópolis, SC).Anais/1ª Oficina de Desenho Urbano de Florianópolis – Florianópolis: [s.nº], 1996, 164p.

PAIVA, Edvaldo *et al.* – **Plano Diretor de Florianópolis.** Estudos Preliminares. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1952.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Contexto. Vol.15, n.29, 1995, p. 3.

_____. **O imaginário da cidade.** Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

PIAZZA, Walter Fernando. A ocupação do território catarinense. IN: CORREA, Carlos Humberto (org). **A realidade catarinense no século XX.** Florianópolis, Instituto Histórico e geográfico de Santa Catarina. 2000, p. 26- 39.

PLANO DIRETOR. Disponível em:

<<http://www.eps.ufsc.br/informa/aspect.html>>. Acesso em: 5 jan. 2008.

PORTO ALEGRE. **PDDUA** – Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br>>. Acesso em: 16 nov. 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

RODGER, R. *Urban History: Prospect and Retrospect*. In: RODGER, R. (org.) **Urban History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 1-22.

SANTOS, Mílton. **Ensaio sobre a Urbanização Latino-Americana**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

SEYFERTH, Giralda; FAUSTO, Boris. **Imigração no Brasil: Histórico**. Italianos Espanhóis Japoneses Judeus Portugueses Sírios e Libaneses Alemães. Disponível em: <http://www.diasmarques.adv.br/pt/historico-imigracao_brasil.htm>. Acesso em: 10 fev. 2008.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: LED-UFSC, 2001.

SOUSA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006.

SOUZA, C. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo da representação. In SOUZA, C.; PESAVENTO, S. (org). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997, p.107-22.

SOUZA, C. F. de; PESAVENTO, S. J. (org.). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRHS, 1997.